

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SILENCIOSAS E SILENCIADAS: DESCORTINANDO AS
VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER NO COTIDIANO DA
PROSTITUIÇÃO EM NATAL-RN

MARIA ILIDIANA DINIZ

NATAL-RN
2009

MARIA ILIDIANA DINIZ

**SILENCIOSAS E SILENCIADAS: DESCORTINANDO AS
VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER NO COTIDIANO DA
PROSTITUIÇÃO EM NATAL-RN**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora:
Profa. Dra Telma Gurgel da Silva

**NATAL/RN
2009**

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Diniz, Maria Ilidiana.

Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN/ Maria Ilidiana Diniz. Natal, RN, 2009.

203 f.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Gurgel da Silva.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social- Dissertação. 2. Prostituição-Dissertação. 3. Violência- Dissertação. 4. Relações patriarcais de gênero- Dissertação. I Silva, Telma Gurgel da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/ CCSA

CDU 392.64 (043.3)

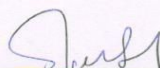
MARIA ILIDIANA DINIZ

“SILENCIOSAS E SILENCIADAS: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN”

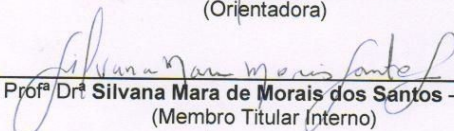
Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 10/07/09

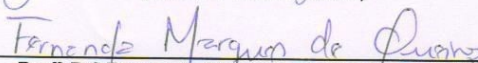
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª **Telma Gurgel da Silva** - UERN
(Orientadora)



Profª Drª **Silvana Mara de Moraes dos Santos** - UFRN
(Membro Titular Interno)



Profª Drª **Fernanda Marques de Queiroz** - UERN
(Membro Titular Externo)

Profª Drª **Rita de Lourdes de Lima** - UFRN
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Nas horas em que me acompanhava a solidão fizeram parte desse isolamento, a angústia, a tristeza e a indignação. Buscar nas palavras uma forma de mostrar minhas dores, meu repúdio, meu desespero foi a forma que encontrei para acalantar minha alma demente diante do universo que se aludiu diante de um pequeno espaço chamado realidade.

Agradeço a todos(as) que, direta ou indiretamente contribuíram na elaboração desse trabalho, e, de forma especial, a algumas pessoas que foram fundamentais para a sua realização.

Aos meus queridos pais Salete e Dezinho e minhas irmãs Ivete, Inecleide, Ismelry, Ithaely e irmão Eurismar que fizeram parte de minha trajetória acadêmica, pelo apoio incondicional, por apostarem nos meus sonhos, e por demonstrarem, mesmo diante das adversidades, um enorme orgulho em me ver trilhar um caminho que a realidade não os proporcionou.

Aos meus sobrinhos (as) por me proporcionar momentos de afeto, carinho e delicadeza, Nagylla, Luan, Iuly, Iago, Isabella, Giovanny, Ithauan e Júlia.

À todas as prostitutas que gentilmente se dispuseram a participar desse processo, expondo suas percepções, posicionamentos, questionamentos.

À minha querida amiga, companheira Fernanda Marques, que desde a graduação foi a responsável direta por toda essa trilha percorrida, desde a aproximação aos estudos de gênero, feminismo, violência contra a mulher, até a disponibilidade em me co-orientar. Um exemplo de profissional, comprometida, dedicada e crítica.

À querida Janaiky, por regar nossa amizade com expressões de carinho e companheirismo.

À minha orientadora Telma Gurgel, pelas contribuições, pelo respeito por minhas posições e por aceitar o desafio de me orientar já no decorrer do processo de mestrado.

À professora Severina Garcia, pela compreensão, pela demonstração de maturidade, pelo respeito que sempre pautou nossa breve, mas intensa trajetória acadêmica.

À professora Silvana Mara, pelo carinho que me dispensou no decorrer do curso, pela disponibilidade em participar dessa banca, pela criticidade e leveza com que conduz sua prática profissional cotidiana.

À todas as professoras do mestrado, que por intermédio de seus saberes e práticas contribuíram para a concretização deste trabalho.

À Lúcia, secretária da pós-graduação em Serviço Social da UFRN, pela disponibilidade, paciência e competência no atendimento das demandas dos(as) alunos(as) no dia a dia no mestrado.

À Diana, presidente da ASPRORN, por todo apoio dispensado na pesquisa, por me acompanhar nas visitas aos cabarés e me inserir nas atividades da associação. Pelo exemplo de garra e vontade de transformar o cotidiano das prostitutas.

Ao Marquinhos e à Cristina, voluntários da ASPRORN, pelo apoio na pesquisa pelas ruas e praças de Natal.

Aos queridos companheiros e amigos, Lenira e Henrique, que desde a graduação trilhamos esse caminho juntos(as) e que nos momentos mais angustiantes, buscávamos mutuamente forças para irmos em frente.

À Ednara uma amiga que conquistei, minha companheira de quarto na residência de pós-graduação da UFRN e de turma de mestrado, que dividiu comigo além desses espaços, grandes e inesquecíveis momentos.

À Guymamm e Dani pela solidariedade, acolhimento e amizade nos momentos iniciais do mestrado.

Ao CNPq/MEC pela concessão da bolsa que me possibilitou a permanência e conclusão do curso de mestrado.

À alguém muito especial que trouxe para minha vida momentos de delicadeza, cumplicidade, carinho, que fez com que eu me acostumassem com a felicidade.

RESUMO

A prostituição é conhecida como a “profissão” mais antiga do mundo, segundo algumas historiadoras, “contemporânea à própria civilização”. Entretanto, ao referenciá-la desse modo, podemos estar sistematicamente esvaziando-a das expressões de violência que a perpassam. Além do que, tal afirmação tenta legitimar a prostituição como uma prática historicamente relacionada à condição natural da mulher. O objetivo central da investigação é analisar de que forma a atividade prostitucional potencializa diferentes formas de violência no cotidiano da prostituição desenvolvida na cidade de Natal. Nesse sentido, à luz das categorias relações patriarcais de gênero e violência contra a mulher, refutamos a tese defendida por grande parte dos estudos feministas acerca da prostituição como expressão de autonomia das mulheres e superação da ordem patriarcal de gênero. Estabelecemos como procedimentos metodológicos uma abordagem quali-quantitativa, norteadas pelo método materialista histórico-dialético que nos permitiu apreender o objeto de estudo para além de sua imediatividade, desvendando as suas contradições. Realizamos nove entrevistas com prostitutas pertencentes às classes populares que desenvolvem as atividades prostitucionais nas ruas e cabarés de Natal. Lançamos mão da observação sistemática junto às atividades promovidas pela Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte-ASPRORN, a exemplo das visitas aos cabarés, bem como na participação nos seminários realizados por esta entidade, ocasião na qual estabelecemos contatos com informantes-chave que facilitaram o acesso às entrevistadas. Constatamos que a dimensão econômica é o fator determinante para a sua inserção na prostituição, todas a reconhecem como uma alternativa que encontraram para sobreviver, visto que, a maioria não detém nenhuma qualificação profissional e educacional. Outro aspecto importante a ser enfatizado refere-se aos espaços insalubres onde se desenvolvem os programas que por si só já se caracterizam como negação de direitos, expressos na desigualdade socioeconômica a que estão submetidas. Quanto às expressões de violência presentes em seu cotidiano, as principais formas identificadas foram a física e a social, contudo, há uma tendência em naturalizá-las, secundarizando-as em detrimento de outros fatos identificados como mais prementes, a exemplo do não pagamento dos programas pelos cliente. Os determinantes da violência identificados pelas entrevistadas foram atribuídos a própria mulher, ou seja, ao seu atrevimento. Destacamos ainda, a omissão do Estado em relação à problemática da prostituição, materializado principalmente na ausência de políticas públicas direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e geração de emprego e renda. Em relação à regulamentação da prostituição, a maioria das entrevistadas é contrária, argumentando que acentuaria o estigma presente nessa prática.

Palavras-chave: Prostituição. Violência. Relações patriarcais de gênero

ABSTRACT

The prostitution is known as the world's oldest "profession", according to some historians, "the contemporary civilization itself." However, to refer it that way, we can systematically emptying it of expressions of violence that permeate. Furthermore, this statement tries to legitimize prostitution as a practical historically related to the natural condition of women. The main objective of the research is to examine how the activity prostitucional potentiates in different forms of violence in everyday development of prostitution in the city of Natal. Accordingly, the spot of the categories of gender relations and patriarchal violence against women, refute the thesis advocated by much of feminist studies on of prostitution as an expression of autonomy of women and overcoming the patriarchal order of gender. Procedures as set methodological quali-quantitative approach, guided by the method historical-materialist dialectic that allows us to apprehend the object of study beyond their immediate, unmasking its contradictions. We conducted nine interviews with prostitutes belonging to the classes of People who develop the activities in the streets and prostitutes Natal's cabarets. We hand with the systematic observation activities promoted by the Association of Prostitutes in Rio Grande do Norte ASPRORN, as the visits to cabarets, as well as participation in seminars held by this entity, at which establish contacts with informants-c which have facilitated access to interviewed. We note that the economic dimension is the factor determinant for their inclusion in prostitution, all to recognize as who found an alternative for survival, since most do not has no professional training and education. Another issue important to be emphasized concerns the areas where unhealthy develop programs which by itself is characterized as a denial of rights, expressed in the socioeconomic inequality that are subject. As the expressions of violence in their daily lives, the main forms identified were the physical and social, however, there is a trend in naturalizes them, the secondary-over other issues identified as most pressing, such as not service payment by the customers. The determinants of violence identified by respondents were assigned to the woman, or is its boldness. We also, the omission of the State in the issue of prostitution, mainly embodied in absence of public policies directed to sexual rights and reproductive and generation of employment and income. Regarding the regulation of prostitution, the majority of the interviewees is contrary, arguing that exacerbate the stigma in this practice.

Keywords: Prostitution. Violence. Patriarchal relations of gender

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO-01 NÚMERO DE PROSTITUTAS QUE DESENVOLVEM A ATIVIDADE NAS RUAS E NOS BORDÉIS DE NATAL-RN

GRÁFICO-02 EM RELAÇÃO À MOTIVAÇÃO DE INSERÇÃO NA PROSTITUIÇÃO

GRÁFICO-03 O QUE MELHOR EXPRESSA SUA OPINIÃO SOBRE A PRÁTICA PROSTITUCIONAL

GRÁFICO-04 SE PUDESSE OPTAR QUAL PROFISSÃO ESCOLHERIA?

GRÁFICO-05 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA MAIS PRESENTES NO COTIDIANO PROSTITUCIONAL

GRÁFICO- 06 EM CASO DE VIOLÊNCIA A QUEM VOCÊ RECORREU PARA PEDIR AJUDA

LISTA DE SIGLAS

- AMOCAVIM**- Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos de Vila Mimosa
- APPS**- Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo
- APROCE**- Associação das Profissionais do Sexo do Ceará
- ASP**- Associação Sergipana das Prostitutas
- ASPRORN**- Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte
- CBO**- Código Brasileiro de Ocupações
- CCEM** - Comité Contre l'Esclavage Moderne
- CLADEM**- Comitê Latino Americano e do Caribe para defesa dos Direitos da Mulher
- CNPQ**- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DEAM**- Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
- DST**- Doença Sexualmente Transmissível
- GEMPAC**- Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- OMS**- Organização Mundial de Saúde
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PAISM**- Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PDH**- Padrões de Direitos Humanos
- PNUD**- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNAD**- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- POSSE**- Programa de Orientação a Saúde Sexual
- MTE**- Ministério do Trabalho e Emprego
- MST**- Movimento dos Sem Terra
- NEM**- Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir
- SEMURB**- Secretaria de Meio Ambiente e Urbanização
- SPM**- Secretaria Especial de Política para as Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CARTOGRAFIA DA “BAIXA PROSTITUIÇÃO EM NATAL-RN.....	18
2.1 Sujeitos e cenários.....	18
2.2 Os espaços de prostituição: entre o glamour e o decaimento.....	29
2.2.1 Mapa da “baixa prostituição” em Natal-RN.....	36
2.3 Os pontos- <i>Locus</i> da pesquisa.....	39
2.4 Trilhas metodológicas percorridas na pesquisa.....	52
2.5 A complexa e multifacetada problemática da prostituição.....	58
2.5.1 Prostituição: uma aproximação conceitual.....	62
3 O ESTADO E A PROBLEMÁTICA DA PROSTITUIÇÃO.....	66
3.1 Os primeiros registros da prostituição no mundo.....	67
3.2 A prostituição na era moderna.....	75
3.3 . O Estado e a intervenção no sistema prostitucional.....	81
3.4 A prostituição como estratégia de sobrevivência.....	92
3.5 Os sistemas político-jurídicos de enquadramento da prostituição.....	100
3.6 O movimento feminista em relação a prostituição.....	104
3.7 A organização das “profissionais do sexo” como sujeito político.....	110
4 ARTICULANDO CONCEITOS: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	124
4.1 A violência como expressão da questão social.....	139
4.2 As violências praticadas contra as prostitutas.....	147
5 DESCORTINANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS PROSTITUTAS.....	155
5.1 “ <i>Violência é eu vim aqui, pra que violência maior</i> ”? percepções sobre violência pelas prostitutas.....	155

5.2 Incidência de violência no cotidiano das prostitutas.....	157
5.2.1 Protagonistas da violência: cafetões/cafetinas, clientes e agentes de polícia.....	164
5.3 A importância da Lei Maria da Penha como mecanismo de proteção às prostitutas.	178
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS.....	194

01 INTRODUÇÃO

A prostituição tem explicação, mas é inexplicável (JUSTINE, 26 ANOS).

Venho de famílias mal resolvidas, no meu caso eu não fui criada com mãe, fui criada com madrastra, muito problema, muita coisa que envolve que nos leva a chegar até aqui (KARINE, 48 ANOS).

Às vezes é tão difícil entrar para um quarto com um homem que você não gosta, sei lá é só por causa do dinheiro mesmo, você pega homem que não tem nada haver com você, acontece coisas que você pára pra pensar e começa a analisar: meu Deus que vida loca é essa, muito difícil, muito difícil mesmo (TAÍS, 25 ANOS).

A prostituição feminina se constitui como uma das “profissões” mais antigas do mundo. Segundo alguns (as) historiadores (as), “contemporânea à própria civilização”. Contudo, referenciando-a desse modo podemos estar sistematicamente esvaziando-a dos aspectos de violência que a constituem. Além do que, tal expressão tenta legitimar a prostituição como uma prática historicamente relacionada à condição natural da mulher. As marcas que perseguem esse fenômeno social, os valores, estigmas, preconceitos¹ e discriminação², que lhe são atribuídos, retratam a opressão e violência a que está submetida tal segmento social. Dentre outros aspectos, por infringirem os padrões sociais exigidos de moralidade sexual, pois prevalece a percepção da prostituição enquanto um “mal” que deve ser mantido sob vigilância para não colocar em perigo a sociedade que a condena e ao mesmo tempo a estimula.

¹Os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais (MESQUITA, RAMOS, SANTOS, 2001, p. 06).

² Discriminação compreendida como: o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida. É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito (TELES E MELO 2002, p.28).

O intuito desse trabalho é descortinar as violências que perpassam o cotidiano das prostitutas, buscando desvelar os determinantes que mascaram essa realidade cada vez mais banalizada e incorporada na nossa realidade social.

Para tanto, recorreremos às categorias analíticas buscando responder às questões que se apresentam para o nosso objeto: prostituição, relações patriarcais de gênero e violência contra a mulher, as quais serão analisadas no decorrer do trabalho.

Abordar a prostituição numa perspectiva de gênero articulada com o patriarcado é fundamental para compreender a importância política do fato da maioria dos sujeitos que se inserem na prostituição serem mulheres. Portanto, tal fato ganha legitimidade mediante a construção social das relações entre homens e mulheres terem sido pautadas na opressão e dominação. No caso da prostituição, esse traço repousa sobre o significado do poder exercido pelo cliente, de modo que [...] “o uso das mulheres por parte dos homens na prostituição é o reflexo de uma cultura de dominação das mulheres” (TAVARES, 2006, p.07).

A análise de como se expressam as desigualdades de gênero no interior da prostituição pode ser compreendida pelas estatísticas que apontam para uma crescente representação masculina no comércio do sexo, entretanto, o estigma recai quase sempre sobre as mulheres, seja na compra ou na venda do sexo.

Não obstante, como se trata de uma problemática bastante controversa permeada por debates acerca da sexualidade, violência, estigma e preconceito que compõem historicamente o tema da prostituição, as ações engendradas nesse contexto tendem a estarem pautadas por distintos posicionamentos. Ademais, acrescente-se a isso as discussões acerca do trabalho que tem mobilizado, majoritariamente, as associações das “profissionais do sexo”, em que parte das prostitutas organizadas trazem para a ordem do dia a condição de trabalhadoras sexuais, e, portanto, reivindicando junto ao Estado, via regulamentação, direitos trabalhistas.

Nesse sentido, a perspectiva abolicionista adotada pelo Estado brasileiro em relação à prostituição, vem sistematicamente sendo questionada à medida que se intensificam as investidas neoliberais de mercantilização das relações sociais. Nesse contexto, o comércio sexual surge como mais um campo propício à expansão, especialmente pela facilidade de circulação de bens e informações através das fronteiras. Nesse sentido, a prostituição é uma procura de mercado

criada por homens que compram e vendem a sexualidade feminina para benefício pessoal e prazer individual. De acordo com o pensamento de Pateman (1993, p.285), “[...] a prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres”.

A prostituição é um negócio de homens. O Estado e a classe dominante, o homem, assenta o seu poder e os seus recursos econômicos sobre a exploração das mulheres. A prostituição, assim como a tortura domiciliar, estupro e o femicídio constituem um claro expoente do machismo (FOLHA FEMINISTA, 2003, p. 01).

Destarte, quando se traz a afirmação da prostituição como a profissão mais antiga do mundo, vem legitimar a condição da mulher enquanto explorada e oprimida pelo homem, tanto na esfera individual, como no âmbito do mercado do sexo.

Nesse cenário, o movimento feminista tem suscitado um debate teórico-político norteado por duas principais perspectivas. A primeira delas, com a qual nos identificamos, compreende a prostituição como uma expressão de violência contra a mulher, sendo, portanto, uma violação dos direitos humanos e uma forma de opressão e exploração sexual legitimada pela sociedade patriarcal, que encontra nesse tipo de prática uma forma *sine qua non* de perpetuação.

A segunda perspectiva que permeia a produção feminista entende o exercício da prostituição como uma escolha, enfocando-a como uma forma da mulher exercer livremente sua sexualidade, e, portanto, livres para venderem seus corpos.

A partir de tais argumentos, a polêmica que pauta se o exercício da prostituição deve ser considerado um trabalho ou não, é outra questão que se apresenta para o debate da prostituição. Desse modo, o processo de regulamentação é o componente que possibilitaria a garantia do reconhecimento da mesma como um trabalho legítimo.

Desse modo, o presente trabalho busca suscitar o debate que permeia a discussão acerca da prostituição, bem como trazer para o espaço acadêmico uma realidade social permeada por vulnerabilidade econômica, cultural, política que

acompanha uma parcela significativa de mulheres prostituídas. Nesse sentido, a relevância social e acadêmica em pesquisarmos tal temática, ampara-se dentre outros aspectos, pela histórica marca de violação de direitos das mulheres expressa na exploração e dominação a qual são submetidas por intermédio da venda do prazer sexual, num sistema marcadamente desigual, que traz enormes prejuízos para as mulheres.

Abordamos a prostituição e a violência contra a mulher como uma expressão da questão social³, sendo, portanto, necessária uma investigação crítica e produção de conhecimentos na área das relações sociais de gênero e feminista, somado ao fato da escassa produção teórica acerca do tema que contribui para a sua invisibilidade.

Assim, partindo da concepção de Cardoso (1971) que afirma que no processo de produção do conhecimento científico não se começa tudo a partir do zero em cada pesquisa, mas antes se trabalha sobre os conhecimentos já formulados em que o (a) pesquisador (a) se apóia, ainda que seja para negá-los. Desse modo, a realização da pesquisa junto às prostitutas de Mossoró-RN, para a conclusão do curso de graduação de Serviço Social, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na qual se centrou na análise das expressões de violência contra a mulher no cotidiano da prostituição, foi fundamental na produção do estudo que propomos ao mestrado, no intuito de aprofundar o debate e a reflexão acerca do objeto em questão.

Compreendemos que a pesquisa de um dado objeto nunca tem seu fim concretizado visto que a realidade social é dinâmica e se reconstrói constantemente, optamos por aprofundar as discussões em alguns aspectos que, mediante fatores, dentre eles o tempo, não foi possível seu desvendamento em nossa graduação.

Portanto, fundamentadas nos pilares que edificam o Serviço Social, qual seja, a luta pela garantia de direitos, e, baseada nas relações patriarcais de gênero, intentamos publicizar as condições em que vivem tal segmento e, assim, contribuir na construção de uma sociedade humanamente emancipada.

O primeiro contato com o universo prostitucional se deu no nosso estágio curricular obrigatório de graduação em Serviço Social, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte no Programa de Orientação à Saúde Sexual (POSSE) do

³Segundo Yamamoto (2000, p.16) “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura”.

Centro de Saúde Reprodutiva de Mossoró-RN, em que as prostitutas se constituíam as principais usuárias.

Outra motivação ampara-se na afirmação de uma trajetória de estudos e militância feminista no tocante a dar visibilidade à problemática da violência contra a mulher, por intermédio da participação como membro da equipe de pesquisa⁴: *Políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no Rio Grande do Norte*, coordenado pela equipe do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM) da UERN, realizada no período de 2005 a 2007 e atualmente na pesquisa, *Avaliação da Lei Maria da Penha no Estado do Rio Grande do Norte: possibilidades e limites ao combate à violência contra a mulher*, em execução, além da nossa participação em oficinas temáticas sobre gênero e violência ministradas na graduação, bem como na apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa e extensão em nível nacional e internacional.

Nesse sentido, tornou-se imperativo um aprofundamento teórico-acadêmico no emaranhado de elementos a partir dos quais se sustenta e se reproduz os aspectos que potencializam a violência no cotidiano da prostituição.

Pensar, portanto, a relação prostituição e violência contra a mulher, implica em problematizar a percepção que as prostitutas têm de sua prática, bem como suas concepções acerca da violência. Trata-se, portanto, de perceber como os sujeitos introjetam os significados da prostituição e da violência no seu cotidiano.

Não podemos deixar de considerar o fenômeno da violência que acompanha todas as dimensões da prática prostitucional. Contudo, não a pensamos desvinculada do contexto social, permeado por múltiplas determinações, materializado nas dimensões econômicas, socioculturais, histórica, objetivas e subjetivas.

Nesse sentido, a pesquisa visa responder à seguinte indagação - De que forma as condições da atividade prostitucional potencializam expressões de violência no cotidiano das prostitutas em Natal? Advindas desta questão buscamos compreender qual a concepção das prostitutas acerca da atividade por elas desenvolvidas e quais os tipos de violência presentes em seu cotidiano além de sua compreensão acerca da violência contra a mulher.

⁴ Financiada pelo CNPq e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

A pesquisa de campo foi realizada com 09 prostitutas que desenvolvem suas atividades nas ruas e cabarés em bairros periféricos na cidade de Natal entre os meses de agosto de 2008 a janeiro de 2009.

A análise e interpretação dos dados produzidos, a princípio foi construída a partir da realidade sociodemográfica (faixa etária, escolaridade, números de filhos(as), naturalidade, ocupação anterior à prostituição, estado civil, tempo na prostituição), buscando a partir desses elementos, uma macro análise das questões prementes na realidade social dessas mulheres, que faz com que muitas encontrem na prostituição uma forma de garantia de seus direitos básicos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo, se constitui na **introdução** que situa de forma sucinta o objeto de estudo, bem como as partes que compõem o trabalho dissertativo.

O segundo capítulo, **Cartografia da “baixa prostituição” em Natal-RN** explicitaremos o *locus* de nossa pesquisa, os principais atores/atrizes, cenários, os espaços públicos, ruas e praças e os bordéis, casas de *drinks* e bares localizados nos bairros periféricos da cidade. Retratamos ainda como se deu a aproximação com o objeto de estudo.

O terceiro capítulo, **O Estado e a problemática da prostituição**, resgatamos a prostituição através da história, sua relação com o Estado e os debates que permeiam as temáticas da regulamentação, da prostituição enquanto trabalho e as perspectivas teórico-políticas feministas acerca desta problemática.

O quarto capítulo, **Articulando conceitos: relações patriarcais de gênero, prostituição e violência contra a mulher**, retrata a articulação entre estas categorias, cuja análise busca explicitar os determinantes que conduzem a discriminações e preconceitos a que está submetido este segmento, bem como sua vulnerabilidade às várias formas de violência.

O quinto capítulo, **Descortinando a violência contra as prostitutas** enfatiza a pesquisa de campo com a exposição dos dados produzidos e sua análise, buscando a percepção das prostitutas acerca da violência contra a mulher, as dificuldades para o exercício da atividade prostitucional em Natal, bem como suas concepções acerca dos determinantes da violência.

Nas **considerações finais**, retomamos as principais descobertas de nossa pesquisa, enfocando a relação entre o cotidiano da atividade prostitucional em Natal-RN e sua intrínseca relação com a problemática da violência contra a mulher.

02 CARTOGRAFIA DA “BAIXA PROSTITUIÇÃO” EM NATAL-RN

2.1 Sujeitos e cenários

A problemática da prostituição feminina subsiste ao longo da história da humanidade. Todavia, por se tratar de um tema complexo e controverso, sempre se manteve permeada por posicionamentos distintos fundamentalmente por lidar com aspectos ligados aos valores morais da sociedade. Permeada por *glamour*, rejeições, sanções sociais e legais, tal prática ocorre de maneira análoga aos ideais reforçados pela moral sexual, inseridas num contexto em que se exaltam às relações heterossexuais monogâmicas como o modelo normativo de adequação dos papéis masculino e feminino. Dessa forma, os sujeitos que fogem desse modelo são sistematicamente estigmatizados e carregam consigo a condição de desviantes das normas sociais.

No quadro a seguir, traremos um quadro com o perfil sócio demográfico das prostitutas, abordando aspectos como idade, naturalidade, escolaridade, tempo de atividade na prostituição, dentre outros.

QUADRO 01- PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS ENTREVISTADAS

Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado Civil	Escolaridade	Filhos(as)	Renda individual	Local onde desenvolve a atividade prostitucional	Tempo na atividade prostitucional
Justine ¹	25	Ceará Mirim	Negra	Solteira	Não alfabetizada	01	Não sabe precisar	Bordel	02 anos e 06 meses
Karine	48	Ceará Mirim	Branca	Separada	Ensino fundamental completo	01	Não sabe precisar	Ruas	Não sabe precisar
Betina	49	João Câmara	Parda	Solteira	Ensino médio incompleto	06	01 salário	Ruas	15 anos
Tais	25	Macau	Negra	Solteira	Ensino fundamental completo	02	Acima de 01 salário mínimo	Bordel	02 anos
Morena	49	Natal	Negra	Separada	Primeiro grau completo	07	1,5 salário	Ruas	32 anos
Manu	35	Ielmo Maranhão	Negra	União estável	Não alfabetizada	Não tem	01 salário	Bordel	04 anos
Lizzie	36	Recife-PE	Negra	União estável	Ensino fundamental completo	05	R\$1.300	Ruas	12 anos
Rosa Palmeirão	36	Natal	Negra	União estável	Não alfabetizada	10	Não sabe precisar	Ruas	20 anos
Genifer	48	Cerro Corá	Negra	Solteira	Não alfabetizada	03	01 salário e meio	Bordel	25 anos

JUSTINE- Entrevista concedida no Carabinas Bar na Zona Norte de Natal. Nossa conversa durou cerca de 40 minutos, ela se dizia nervosa, pois não saberia o que falar. No corpo várias cicatrizes, que foram posteriormente expostas como resultado da relação de violência com o primeiro marido. Os cabelos vermelhos e as tatuagens pelo corpo, compõem o perfil de uma mulher que se auto-definiu de temperamento forte. Essa percepção pôde ser comprovada pelo modo com que respondia às perguntas, sua interferência nas questões relativas a dinâmica no cabaré e a exposição da sua relação com as drogas e a homossexualidade. Recebeu-nos envolta em uma toalha de banho que cobria o biquíni, segundo ela, estava lavando roupas. Narra sua inserção na prostituição por intermédio de amigas que a levaram para um cabaré em Guamaré-RN, onde permaneceu durante três meses até se envolver com um rapaz que a engravidou e posteriormente faleceu, após esse fato, retornou a prática prostitucional onde permanece até hoje.

KARINE- A entrevistada permaneceu sentada no chão da Praça Gentil Ferreira, segundo nos narrou permanece naquele ambiente há muitos anos. Faz ponto neste local todos os dias, a exceção quando ela ou sua filha encontram-se doentes. Fala da vida que leva com resignação, acha que não encontraria a essa altura da vida algo melhor e mais lucrativo para sobreviver. Vestia calça jeans azul, blusa preta, óculos escuros, que não tirou em nenhum momento da entrevista. Aponta como inserção na prostituição o fato de ter que criar a filha sozinha depois que se separou do companheiro, além da desestruturação familiar, a falta de uma mãe, dentre outros.

BETINA- Esta foi a entrevistada que mais tivemos proximidade, além de entrevistada, foi em alguns momentos informante-chave que facilitou nossos contatos com as demais prostitutas. Há dois anos Betina é presidente da ASPRORN⁵, desde a morte de Marinalva Ferreira, fundadora da Associação. As várias atividades que a mesma desenvolve na entidade, têm sistematicamente tornado os programas cada vez mais esporádicos. Vestia-se, segundo a mesma, de roupas “comportadas”, calça e blusa, já que compareceria a reuniões com algumas entidades para discussões acerca das campanhas DST/AIDS. Narra a entrada na

⁵ Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte.

prostituição pela necessidade de criar o filho sozinha, começou a frequentar bares e sair com alguns homens que “ajudavam-na” a cobrir as despesas de casa.

TAÍS- A entrevista se realizou no local em que mora e faz os programas, Casarão Bar em cima de uma loja de lubrificantes para carro, localizada em frente ao Norte *Shopping*, na Zona Norte. Como já nos conhecemos previamente no Seminário que abordou a prostituição, promovido pela ASPRORN no qual fui uma das palestrantes, o contato foi bastante facilitado. Sentamos em uma das mesas do bar, e começamos a entrevista. Vestia uma camiseta alusiva ao evento o qual estava participando, e um pequeno *short*. Atribui a inserção na prostituição a própria ambição, o desejo de ganhar mais fizeram com que aceitasse o convite de uma amiga que a levou para os primeiros programas.

MORENA- Nosso primeiro contato com a entrevistada foi mediante a colaboração de um dos voluntários da ASPRORN, que nos levou ao Cais do Porto do Rio Potengi, local em que a mesma possui um pequeno imóvel que vende bebidas e refeições para os pescadores. A receptividade foi comprometida dado o enorme barulho que percorria o ambiente e a falta de um espaço para estabelecer algum diálogo. Mesmo assim, marcamos nosso retorno para efetivar a entrevista em um horário pré-estabelecido.

Chegamos no horário e local por ela definido, contudo, a entrevistada não se lembrava de ter marcado algo conosco. Dada a nossa insistência, pediu para que aguardássemos um pouco o movimento do bar diminuir para podermos sentar em algum lugar. Passada quase meia hora, ela sugeriu uma mesa ao lado do barraco e começamos a entrevista. A espontaneidade foi uma característica marcante nessa entrevistada, falava animadamente da vida, das relações amorosas e dos sonhos. Vestia um vestido preto, com olhos e boca maquiados, que ressaltou ser a única vaidade que a acompanha por toda a vida. Apresentou-nos as filhas que cria sozinha. Atribuiu à inserção na prostituição a falta de uma família estruturada. Ressaltou que como vivia nas ruas, logo as amigas apresentaram-na a alguns homens que a convenceram a transar em troca de dinheiro.

MANU- Nosso contato com a entrevistada foi na própria ASPRORN, onde fazia um curso de cabeleireira promovido pela associação. Ao fazermos as indagações

demonstrava muita timidez. Observamos que a mesma não pronunciava palavras comuns ao universo prostitucional. A entrevista começou no final da tarde, após o curso. Vestia uma blusa “tomara-que-caia” preta e uma calça branca, dos 35 anos que descreve ter, aparenta bem mais, quase não tem dentes e a pele é bastante queimada do sol. Foi dela uma das narrativas mais dramáticas acerca de um estupro sofrido entre os treze e quatorze anos. Quanto à inserção na prostituição relata a princípio o trabalho em um bar que era ponto de encontro de prostitutas, como gostava de beber começou a sair com uns amigos que passaram a contribuir com o aluguel e outras despesas da casa.

LIZZIE - Podemos dizer que das nove entrevistadas, esta é a que apresenta um “estereótipo” menos aproximado do imaginário social criado para a prostituta. Suas roupas são bastante discretas e seus gestos comedidos. O contato com essa informante tinha sido pré-estabelecido dias anteriores, na Praça Gentil Ferreira, entretanto, ela não apareceu. Dias depois, um novo contato foi efetivado, contudo não tínhamos a garantia de sua presença no local e horário definido.

Chegamos conforme combinado às 8 horas da manhã do sábado, e a entrevista teve início às 9:30h. Sentamos no chão da praça onde ela faz ponto. Algumas vezes fomos interrompidas por clientes, mas ela era enfática, dizia não poder naquele momento, pois estava dando uma entrevista. Atribui a inserção na prostituição à necessidade de dinheiro rápido, depois que se separou do marido.

ROSA PALMEIRÃO- Essa entrevista foi realizada na própria casa da entrevistada, no bairro das Rocas, às 19 horas, quando estávamos acompanhando o trabalho desenvolvido pela ASPRORN nos cabarés do referido bairro. Fomos recebidas em sua casa, um lugar extremamente pobre, pequeno, sujo e excessivamente cheio de móveis velhos, a recepção foi aos gritos, batendo a porta dizendo que não nos queria ali, rapidamente abriu e mostrou uma enorme gargalhada dizendo estar feliz, principalmente por ver alguém vestido com a possível roupa que ela posteriormente sairia em busca de programas. A insistência para a realização de uma troca permaneceu por algum tempo, até conseguir. Tirou a roupa, mostrou os seios, demonstrando um despudoramento excessivo, levantava a roupa, discutia sobre a falta de êxito na noite anterior.

Cabelos cor de amora, que segunda a filha, seria a terceira vez que teria pintado naquela semana, um olho vermelho, e com hematomas ao redor, mas que não mencionou nada sobre isso. A filha mais velha estava sentada ao lado ouvindo todas as perguntas e respostas, em alguns momentos intervia na entrevista demonstrando bastante familiaridade com a temática. Posteriormente, viemos a saber que desenvolve a mesma atividade da mãe. Atribui a inserção na prostituição à identificação com o meio, depois de fazer um *strip-tease* em um bordel, gostou e depois ficou indo até os dias atuais.

GENIFER– Essa entrevista foi realizada no bordel onde a entrevistada faz os programas, fomos até uma velha cama, onde segundo ela, recebe seus clientes. A mesma permaneceu deitada nesse espaço cuja única mobília era essa cama, um lugar pequeno, sujo, de chão batido, não havia outras mulheres. Segundo nos informou, o dono só aparecia na hora dos programas, não estava morando mais lá. A entrevistada preferiu não informar o nome, optou por se manter no anonimato, visto que os filhos não sabiam de sua atividade. Vestia um vestido amarelo, decotado, e sandálias de dedo. A inserção na prostituição foi por intermédio de uma pessoa amiga que trabalhava próximo e que a levou, na sua folga do trabalho de doméstica, a um bar, depois de três tentativas, finalmente perdeu o medo e fez o primeiro programa, algum tempo depois saiu do emprego.

Durante a pesquisa, convivemos e observamos aproximadamente 50 prostitutas com idades que variavam entre 23 e 68 anos, com predominância das faixas etárias mais jovens, ou seja, entre 21 e 30 anos participantes das atividades promovidas pela Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte-ASPRORN. A maioria desenvolve suas atividades nas ruas e nos prostíbulos das periferias da cidade. Sobre o local de procedência das participantes da pesquisa, mostrou-se equilibrado o percentual de prostitutas provenientes da capital e do interior do Estado.

A média de filhos (as) está em torno de três, a maioria não tem casa própria, são usuárias do Sistema Único de Saúde, os valores cobrados pelos programas variam em torno de R\$10,00 a R\$ 30,00.

Há em termos de disposição algumas diferenças entre as que desenvolvem a atividade prostitucional nos cabarés, com as de rua. “Ao mesmo tempo essas duas modalidades pertencem a um fenômeno mais amplo que a

literatura convencionou chamar de “baixa prostituição⁶” (GASPAR, 1985, p.11) o que, ainda segundo a autora em tela, pressupõe que haja a “média prostituição” e a “alta prostituição”, que também apresentam entre si significativas distinções. Nos últimos casos o que caracteriza essa condição está a priori no preço estabelecido por elas que geralmente só é acessível a pessoas de alto poder aquisitivo, é característica também deste tipo de prostituição que a prostituta vá ao encontro do cliente em determinados lugares.

A “média prostituição”, analisada por Gaspar, seria aquela praticada em boates e casas de massagem espalhadas por toda a cidade. Suas praticantes, como regra geral, cuidam e investem na aparência e não estão “expostas” nas ruas. Portanto, segundo sua própria concepção, correm riscos menores que as praticantes da baixa prostituição. Um ponto considerado importante para a opção destas mulheres pelo trabalho em boates e casas de massagem, seria justamente maior segurança, ainda que relativa. O preço do programa nestes lugares costuma variar de acordo como bairro. Nas casas de massagem o preço é único para todas as garotas e costuma ser cobrado de acordo com o tempo que o cliente pretende ficar com a garota. Já as prostitutas que freqüentam as boates estabelecem seu próprio preço, e não costumam ter um vínculo muito grande com os donos ou gerentes destes estabelecimentos (CAMARGO, 2005, p. 03).

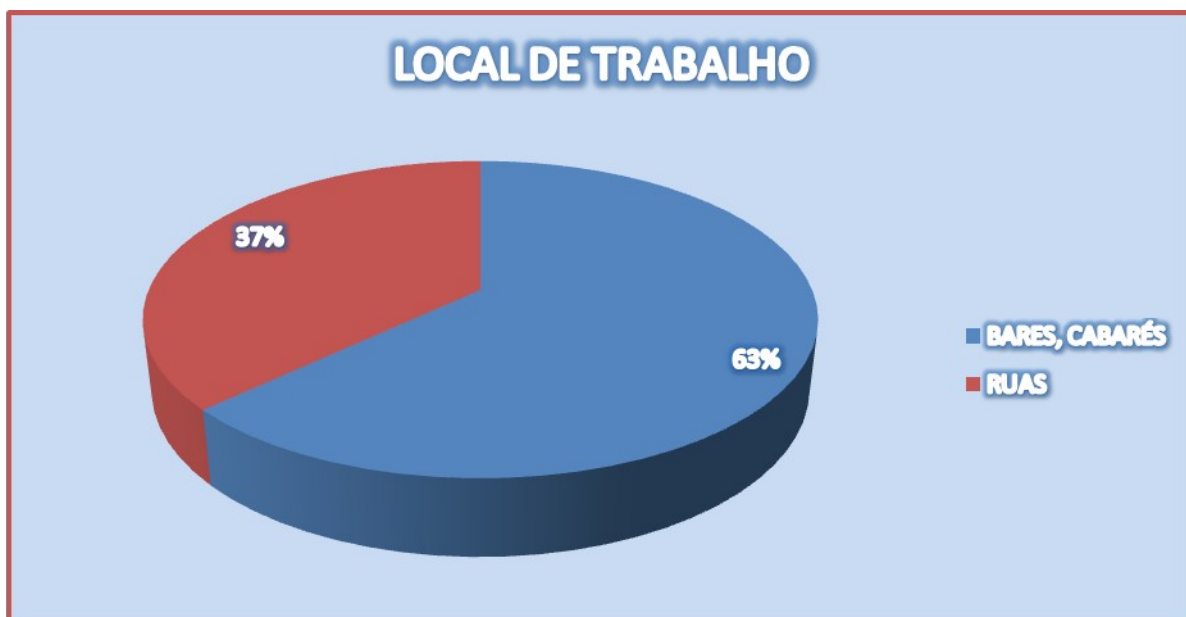
A maioria das entrevistadas reside em bairros periféricos onde se instalaram os bordéis na Região Metropolitana de Natal. Algumas moram com filhos(as) e companheiros, outras dizem morar sozinha, apesar de ter filhos(as). Esses geralmente estão distribuídos pela casa dos pais ou de parentes.

Alguns bordéis coincidem a moradia com a prostituição, compartilham o quarto com outras prostitutas, algumas permanecem por anos, outras ficam pouco tempo, isso depende de fatores como bom relacionamento com os (as) administradores das casas e as recompensas financeiras.

Os dados, acerca dos espaços prostitucionais podem ser melhor ilustrados por intermédio do questionário elaborado pela ASPRORN, para o Projeto Diamante

⁶Geralmente, são mulheres que não fazem muitas exigências aos clientes, bem como ao número de programas que normalmente se dá em maior escala que as das outras modalidades. Estão freqüentemente dispostas a praticar o ato sexual não apenas em lugares exclusivos como os hotéis, sendo mais comum o interior dos carros e as áreas mal iluminadas. [...] A violência quase explícita nestas áreas é um ingrediente que completa o quadro (GASPAR, 1985).

Bruto⁷ que ouviu 97 prostitutas. Este projeto é financiado pela Secretaria de Saúde do Estado e tem o objetivo realizar um levantamento sócio-econômico-cultural das prostitutas que fazem programa nos cabarés de Natal e algumas cidades circunvizinhas cadastrados na associação.



Fonte: Projeto Diamante Bruto, 2007

O gráfico ilustra que, quantitativamente, o número de prostitutas que desenvolvem suas atividades em bordéis é significativamente maior que as de rua. Os espaços privados são procurados principalmente pelas que não tem moradia fixa, buscam mais segurança, apesar de narrarem casos de violência dos donos (as), ainda acreditam que os clientes se inibem em praticar alguma forma de violência contra as mesmas por medo de represaria. Frequentemente esses cabarés são administrados por homossexuais masculinos, nos vários espaços que percorremos na cidade, apenas em um deles pudemos encontrar uma mulher como administradora.

Há uma predominância de mulheres negras. Das nove entrevistadas, apenas uma tinha a pele branca, as demais questionadas acerca da cor, se auto-

⁷ Projeto financiado pela Secretaria Estadual de Saúde, cujo objetivo é realizar um levantamento sócio-demográfico das prostitutas cadastradas nos cabarés pela ASPRORN.

definiram morenas, pardas, nunca negras⁸. Recebiam a pergunta com risos, olhavam para a pele e respondiam num tom mais de indagação do que afirmação. Diante da nossa imparcialidade, ratificavam, aparentemente mais uma preferência, visto que, segundo Alves (2008, p. 03). “A auto-declaração de cor da pele reflete o anseio e o desejo da pessoa no momento da entrevista e, se ele se diz branco, é como branco que ele deve ser classificado”.

Apresentam baixos níveis de escolaridade, apenas uma das nove entrevistadas possuíam o ensino médio completo. Não apresentaram pretensão em voltar a estudar, se diziam velhas demais. Todavia, atribuem uma valoração a formação acadêmica e tentam fazer que os (as) filhos (as) estudem. Algumas narram com enorme prazer às incursões destes (as) pelo universo escolar.

Entretanto, quando questionadas acerca do acompanhamento que dispensam aos filhos (as) na atividade escolar, não apresentam clareza para definir, por exemplo, a formação que atribuem aos mesmos (as).

Ao narrarem suas histórias sobre o início na prostituição, apresentam bastante semelhanças, o “*cair na vida*”, como se referem, está sistematicamente ligado às frustrações com o trabalho de doméstica e a baixa remuneração que essa atividade proporcionava, faziam referência as amigadas que geralmente tinham passado pela mesma trajetória e as conduziram para os primeiros programas, e ainda aos homens com os quais mantiveram algum tipo de relacionamento, fazendo-as enveredar pela prostituição para os manterem.

O período de permanência na prostituição varia de 02 a 32 anos, vale ressaltar que todas as entrevistadas começaram a se prostituir ainda adolescentes. As que vinham do interior do Estado ficavam em torno de 02 anos como domésticas e/ou babás, permaneciam algum tempo desenvolvendo simultaneamente as duas atividades, até largarem os empregos e se dedicar integralmente à prostituição.

No tocante à renda mensal advinda da prostituição, há uma disparidade que entendemos está permeada pela valoração que tentam dar a prática e a sua

⁸Contudo, devemos compreender que “A maioria dos pesquisadores brasileiros constroem a classificação de negro com base nos dados de cor da pele pesquisados pelo IBGE. O negro seria a soma das pessoas que se auto declaram “pardas” e “pretas”. Evidentemente, estas definições do manual do recenseador não simplificam as opções das pessoas, pois, mesmo existindo uma maior facilidade para definir os extremos das cores branca e preta, o “meio de campo” fica muito indefinido. Chegamos, assim, na principal dificuldade existentes nos estudos de cor/raça, qual seja, definir a cor parda. Fica evidente pela definição do manual do recenseador do IBGE que pardo não é “marrom”, “trigueiro”, “escurinho” ou uma outra tonalidade de cor entre o branco e o preto. Pardo, na definição do manual é uma mistura de cor, ou seja, é uma pessoa gerada a partir de alguma miscigenação, seja ela “mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça” (ALVES, 2008).

habilidade no interior dela. Os valores oscilaram entre R\$ 300,00 e R\$ 1.300,00, sendo que as prostitutas que desenvolvem a atividade nas ruas apresentaram as maiores rendas. Contudo, sabemos que os programas giram em torno de R\$ 10,00 e R\$ 30,00. Todavia, os valores dos programas explicitados por elas eram de R\$ 50,00 a R\$ 70,00 e o número de clientes por dia também era duvidoso, visto que, asseguravam ter diariamente entre dez e quinze clientes. Contudo, nos dias os quais permanecemos no referido local entre 8h e 14h, as informantes ainda não tinham conseguido nenhum programa.

Quanto às relações afetivas fora da prostituição, das nove entrevistadas, 03 tem um companheiro fixo, 02 coabitam com estes, e uma tem um relacionamento com uma mulher. Das que desenvolve a atividade prostitucional em cabaré, nenhuma mantém relacionamento afetivo.

Uma das entrevistadas casada, disse que o companheiro havia descoberto sua atividade há pouco tempo depois de doze anos que se prostituía, segundo ela,

Ele(o companheiro) veio saber agora há pouco, faz doze anos que faço programa e ele só soube agora, quer dizer eu não disse a ele que já fazia, eu disse que ia fazer, aí agente se separou um tempo, aí ele ligou para mim, disse que queria tá comigo de todo jeito, mas só que num dar sabe, tá só batendo nessa tecla[...] (LIZZIE, 35 ANOS).

Quanto à naturalidade, a maioria é da capital, Natal e de cidades do interior do Rio Grande do Norte, apenas uma é de Recife- PE. Tanto as entrevistadas, quanto as demais prostitutas que convivemos durante o percurso da pesquisa, que vieram do interior contam que a família não sabe da atividade, dizem trabalhar em empregos formais, que vão desde cozinheiras em restaurantes até auxiliar de serviços gerais em *shopping centers*.

Há uma forte tendência presente em seus discursos em minimizar as dificuldades e ressaltar valores positivos no interior da prática prostitucional. Segundo elas, os clientes são amigos, a relação com a polícia é respeitosa, e que se ganha muito bem. Contudo, quando aprofundamos as questões surgem histórias de abandono, violências sexuais, desemprego, carências afetivas, vícios etc.



Fonte: Pintura intitulada *Self-portrait in the crowd at the Moulin Rouge* de TOULOUSE LAUTREC, datada de 1852.

2.2 Os espaços de prostituição: do *glamour* ao decaimento

O processo de modernização, o crescimento econômico, a explosão demográfica que marcaram o desenvolvimento urbano industrial nas áreas de concentração do capital financeiro, impulsionaram o nascimento de instituições destinadas às práticas prostitucionais, caracterizando os tempos que marcaram a expansão dos grandes centros urbanos, dentre eles o Brasil. Segundo Rago (2008), no final do século XIX e início do XX.

A prostituição concentrava-se nas áreas centrais e comerciais da cidade, próxima a bares, cafés-concerto, cabarés, teatros e cinemas que atraíam a burguesia endinheirada, os políticos, advogados, estudantes, trabalhadores e marginais de todos os tipos. Também se redefinia o perfil da prostituta: o paradigma fornecido pela “francesa”, que encantava a Paris de Napoleão III, cobiçada por todos, levava a que se multiplicasse os apelidos e gestos

importados pelas que aspiravam à condição de *cocottes e demi-mondaines* (p. 94).

Junto às “áreas de bancos, casas comerciais, sedes de sociedades anônimas, instalavam-se cafés, restaurantes e centros noturnos de diversão, expandiam-se as formas de amor venal” (RAGO, 2008, p.94). Desse modo, os bordéis se configuraram como um importante espaço, visto que, além de concentrar as prostitutas em um só ambiente, também se caracterizava em um espaço atraente, onde havia sociabilidade, jogos, música, dentre outros.

Os cenários luxuosos abrigavam inúmeras meretrizes, vindas principalmente de países europeus. No começo do século XX, na cidade de São Paulo, os bordéis eram locais privilegiado de sociabilidade de artistas, intelectuais, “coronéis”, advogados e boêmios influenciados pelos costumes estrangeiros. Segundo Rago (2008), muitas dessas casas adotavam nomes parisienses, fazendo menção a grandes empreendimentos erótico existentes na França. No Rio de Janeiro, os principais bordéis que se destacavam nesse período, segundo Zanchet (2008) eram:

[...] A Pensão Richard, célebre bordel localizado na Rua Senador Dantas, que tinha categoria de nobreza, devido à alta tarifa que cobrava. Também conhecidas e confortáveis eram as casas da Tina Tati, na Rua Augusto Severo, a da Jeane na Rua Silveira Martins e Ermelinda da Rua Carlos de Carvalho. Na Rua Mena Barreto existia a casa da famosas Madame France cujo elenco de lindas mulheres tinha a belíssima Pierrô que cujo misterioso desaparecimento nunca fora desvendado. Havia também a Janinne da Rua Cândido Mendes, a Dulce da esquina da Silva Jardim com Rua da Lapa, a Ellisa na Ladeira da Glória n.5 que mais tarde transferiu-se para a Rua Bento Lisboa (s/p).

Na sua maioria, as cortesãs eram mulheres reconhecidas pela extraordinária beleza, talento e alto nível cultural. Andavam sempre acompanhadas de criados (as). Eram mulheres poderosas, davam-se ao luxo de recusar clientes que não as atraíam. Vestiam-se de forma exuberante, com vestidos caríssimos e jóias que ostentavam a riqueza e o poder.

O fascínio que essas mulheres causaram universalmente pode ser comprovado em vários momentos históricos e nos diferentes tipos de arte, como a pintura, a poesia, as obras literárias, a dramaturgia, etc. que imortalizaram a figura de muitas cortesãs.

[...] é o caso de Marie Duplessis. Sua história pessoal sugeriu a Dumas Filho o enredo d'A *Dama das Camélias*, posteriormente a Verdi o de *La Traviata*[...]. Na pintura, *A Duquesa de Villars e Sua Irmã No Banho*. Gabrielle d'Estrées, amante de Henrique IV da França, aparece no quadro tendo seu mamilo direito seguro pela irmã duquesa, anunciando este gesto a gravidez da favorita. Outros retratos que podem ser indicados são o de Diane de Poitiers, concubina do rei francês Henrique II – obra de François Clouet –; três de Tiziano, *Flora*, *Mulher Durante a Toilete* e *Violanta*; de François Boucher, etc. Muitos quadros chegaram-nos anônimos e mostra-se necessário observar detalhes para concluir a origem e profissão da modelo (MATTOS, 2004,s/p).

Nesse período, as diferenças presentes na vida das cortesãs e as prostitutas que desenvolviam suas atividades nas ruas se davam basicamente pelo viés econômico. As prostitutas de rua ou dos bordéis recebiam vários clientes e eram constantemente submetidas a um(a) cafetão/cafetina, enquanto que as cortesãs, geralmente eram bem sucedidas economicamente, tinham poucos clientes, residência fixa, e não se submetiam a outrem. Destarte, as cortesãs, por ter uma condição financeira favorável, adquiriam a condição de damas da sociedade e estavam constantemente envoltas nos círculos da aristocracia.

Contudo, com a expansão capitalista, ocorreram mudanças significativas na distribuição dos espaços de prostituição, sendo o mais eloquente a expulsão desta para as periferias das grandes cidades. São Paulo, por exemplo, em 1913 expulsou as prostitutas dos centros, estas eram obrigadas pela polícia a refugiar-se em lugares longe da cidade. Não obstante, essa perseguição era dispensada somente às prostitutas pretas e pobres, as “*cortesãs de luxo*” permaneceram nos espaços elegantes da burguesia paulistana, visto que, muitas, além de donas das suas casas eram protegidas por coronéis ricos.



Fonte: Fotografia de um Cabaré em Natal-RN, 2008. ASPRORN.

Quando nos aproximamos dos períodos mais recentes, os deslumbramentos causados por essas mulheres, antes tão peculiares, se dissipam, as biografias das cortesãs tornam-se desinteressantes e pouco exploradas, bem como o modelo tradicional de cabarés, com mulheres sentadas na sala, à espera do freguês, vigiadas pelo olhar da cafetina. O luxo, o *glamour* dos tempos de apogeu dos cabarés parisienses *do século XVIII e XIX*, que era exportado, inclusive para o Brasil, como sinônimo de requinte e sofisticação também se dissipou.

Após o declínio dos bordéis, os espaços da “alta prostituição” são cada vez diversificados, a exemplo de restaurantes, boates, casas de massagem, e alguns hotéis de alta rotatividade, onde meninas bonitas, multilíngues, com aparência comum, além do programa em si, também acompanham executivos em festas, congressos, convenções, estando na condição de namoradas e/ ou esposas, pois essa é a qualidade essencial para desenvolver a atividade, assemelhar-se o mínimo possível com uma prostituta.

Atualmente, a diversificação dos espaços de prostituição conta com um importante instrumento que os (as) agenciadores (as) e as próprias “garotas de programa” se utilizam para as negociações sexuais e a promoção da prostituição, a internet. Por intermédio de *blogs*, páginas de relacionamento, *sites* especializados

que apresentam descrição das especialidades de cada uma, demonstrando a “mercadoria” aos clientes.

O sentido dessa pequena incursão pela história dos bordéis e das cortesãs se dá no intuito de procurar uma correspondência entre os sujeitos e os espaços da prostituição ontem e hoje. Vale dizer que isso nos possibilitou observar as várias singularidades que as novas formas de sociabilidade trouxeram para transformar os comportamentos sociais e espaciais da prostituição.

No tocante às espacialidades, cabe aqui destacar que na atualidade os grandes centros urbanos, se desenvolveram de maneira tal que produziram alterações no seu panorama. Se antes poderia coexistir no mesmo espaço as funções comerciais, políticas, bordéis, cafés, hoje o processo de transformação segue acelerado, os centros das grandes cidades são exemplo claro dessas mudanças, ocasionando uma proliferação comercial de forma desordenada, que não comporta mais atividades além das voltadas ao comércio.

[...] hoje tais locais, que nem ao menos são mais o centro geográfico das cidades e se encontram ocupados de forma desordenada, são reinvestidos de valor: "revitalizar o centro da cidade" se torna uma estratégia, um mote político, e se afigura, novamente, como uma solução para os males urbanos [...] (MENEGUELLO, 2002, p.02).

Os bordéis foram sistematicamente afastados para as periferias das cidades, do *glamour*, do dinheiro e poder, o que restou está registrado apenas nos romances. A realidade dos bordéis, cujo deslocamento geográfico os colocaram para distante dos bairros elitizados de outrora, se configuram como espaço de desigualdade social, ao invés de vidraças, almofadas ornamentadas, espelhos, como aponta Rago (2008) descrevendo o interior dos bordéis do início do século XX, encontram-se lugares escuros, fétidos, sujos, sem mobília, que descrevem o empobrecimento tanto da prostituição quanto das prostitutas.

Na cidade de Natal, *locus* de nossa pesquisa, alguns espaços que fizeram parte do cenário da prostituição no início do século XX, deram lugar a comércios, fábricas, restando apenas pequenos prostíbulos disfarçados de casas de *drinks*, locais decadentes que resistiram ao tempo.

Tempos como o da paraibana Maria Oliveira Barros, posteriormente conhecida como “Maria Boa”, proprietária do mais famoso bordel de Natal na década de 1940. Espaço frequentado por homens endinheirados, moradores, e visitantes que passavam por Natal, além dos militares americanos e brasileiros que se instalaram na cidade. Sua fama extrapolou as fronteiras do estado, a ponto de ser homenageada na pintura realizada pelos militares no avião B-25(5079), um dos mais famosos aviões da Segunda Guerra Mundial. A história de Maria Boa, além de vários trabalhos acadêmicos rendeu posteriormente um personagem no filme *For All O Trampolim da Vitória*, que retrata a cidade do Natal em 1943, quando se estabelece a base americana de Parnamirim *Field*, a maior fora dos Estados Unidos (NETO, 2005).

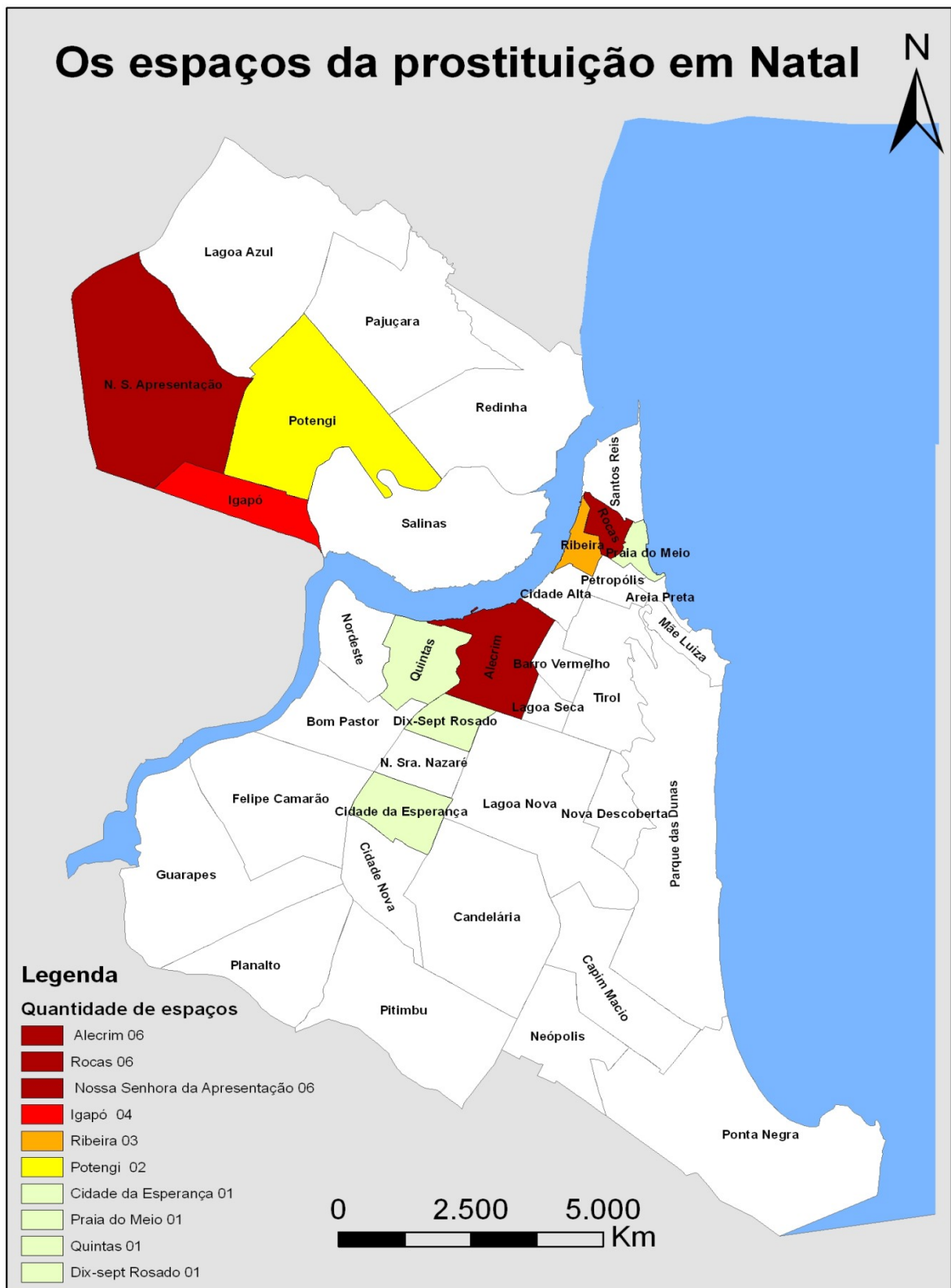
Na atualidade, o centro da cidade, mais expressivamente no enorme comércio que se desenvolveu em torno dos seus bairros, comportam um grande número de prostitutas, em espaços cada vez mais decadentes, sem nenhuma expressão de erotismo ou sedução, mulheres pobres que se utilizam da prostituição para pagar o aluguel, o gás de cozinha, ou o vício das drogas.

Os homens sem muitas posses são os principais clientes dessas mulheres que se concentram nas imediações do centro comercial. São principalmente os catadores de papel, os garis, engraxates e alguns vendedores ambulantes. Depois de negociar o programa nas calçadas das lojas, ou nos bancos das praças, sobem para velhos casarões que resistiram à investida do comércio e adaptaram-se para as novas demandas, mantendo-se por intermédio dos aluguéis que cobram por horas dos clientes das prostitutas, quantias que variam entre cinco e dez reais.

Dentre as diferença que observamos em relação às prostitutas do centro da cidade e as dos bordéis da periferia de Natal, está a intercalação dos horários, ou seja, enquanto as dos cabarés dormem, as do centro atuam, visto que o movimento está relacionado com a circulação de pessoas no comércio.



Fonte: Fotografia - Vista aérea da cidade de Natal-RN publicada no Jornal O Natalense em 2005.



Mapa da prostituição em Natal

Com o mapa tentamos dar a dimensão exata dos espaços onde está concentrada a “baixa prostituição” na cidade de Natal-RN, nessas áreas localiza-se os bordéis, as casas de *drinks*, os pontos nas ruas e praças da cidade. No caso dos bordéis, a maioria se concentra junto a pequenos comércios, como oficinas mecânicas, bares, lojas de peças de carros, lava jato etc, espaços prioritariamente masculinos. Os bairros do Alecrim e Rocas são os espaços de maior concentração de bordéis, o bairro das Rocas, no início do século XX, era moradia de alguns pescadores que trabalhavam no porto. Esses operários que, necessitando viver próximo ao seu local de trabalho, começam a impulsionar a região e em decorrência disso, intensificou-se a prostituição nessas localidades. Desde então esse espaço tem sido referência da baixa prostituição em Natal, dada a grande concentração, ainda existente de prostíbulos no local.

Um ponto comum nesses espaços é a condição de insalubridade, ambientes impróprios à condição digna de vida, grande parte dos bordéis da cidade são lugares com pouca ventilação, chão com rachaduras e infiltrações, além de instalações sanitárias precárias. Em muitos desses espaços encontramos crianças, filhos (as) das proprietárias que utilizam os espaços de prostituição como moradia.

Havia outros fatores que caracterizam esses espaços, o consumo de bebidas alcoólicas, drogas, tanto para o consumo como para a comercialização, principalmente o *crack*, que tem levado muitas prostitutas ao abandono das ruas, vitimizadas pelo duplo estigma de prostituta e viciada.

Muito além das imagens

Durante o dia sentada em uma das praças uns olhos diáfanos vêem comida e proteção. Embaixo de uma árvore, oferece o corpo, em troca de algo que ao longe não sei bem identificar, o produto é mostrado, mas parece não despertar muito interesse, um corpo que aparentemente há muito perdeu o poder de barganha. Vestida apenas de um tecido micro, que foi adequado para aquele fim, um pequeno sutiã que posteriormente vi ser desnecessária como vestimenta, visto que, os enormes furos deixavam à mostra as partes que tal peça deveria cobrir.

Algumas vezes olhava para o corpo, passava as mãos pelos cabelos vermelhos, sujos, desalinhados, tentando aparentemente dar formas. A inquietação

e a fome voraz com que devorava os alimentos parecia que há muito se alimentava. Passado algum tempo foi vencida pelo sono, deitada em um banco protegida do sol, ficou naquele espaço que certamente era o único abrigo que poderia acolher-lhe.

Outros olhos vazados passam e não vêem as novas cores que compõe o cenário, tudo parece está no seu devido lugar, a resignação pinta uma realidade que torna aquelas pessoas parte de uma paisagem cada vez mais comum nos grandes centros urbanos.

No segundo dia de ida ao campo, ao nos dirigirmos à ASPRORN, mais precisamente nas imediações da Igreja do Galo, onde alguns botecos se aglomeram num pequeno beco, em que transitam flanelinhas, prostitutas, pequenos comerciantes etc. Uma mulher negra deitada no chão, aparentemente embriagada, entre o sono e os delírios, balbuciava algumas frases indecifráveis. O sol começava a alcançar suas pernas, os cabelos desalinhados, presos a uma enorme flor de cor rosa. Vestia-se de mini-blusa e uma saia curta o suficiente para deixar à mostra as roupas íntimas, pouco tempo depois pude observar a aproximação de dois homens, aparentemente seus companheiros de bebedeira, tentavam-na arrastá-la sem muito êxito, dado o grau de embriaguez que demonstravam, desistiram da tentativa e seguiram adiante.

Por volta do meio dia, quando retornamos, ela ainda se encontrava no mesmo lugar, informaram-me que era uma prostituta que faz pontos naquelas imediações, usuária de drogas, e, portanto, vive cotidianamente jogada pelas calçadas, suja, fétida, e que da condição de prostituta passou para pedinte, visto que quase não consegue mais programas. As tentativas de ajudá-la não surtiram muito efeito, pois demonstrava uma enorme agressividade. Essa é apenas umas das várias situações com a qual nos deparamos ao longo dos caminhos da pesquisa no universo da prostituição, permeada por abandono, miséria, marginalização e estigma.

As teias indeléveis tecem a normalidade e solidificaram essas paisagens. Assustam-nos a impassionalidade que tecem nossas formas singulares, banalizando ante a multidão de resignados. Apenas alguns olhos conseguem ver o lado de dentro, o oculto, que exposto se esconde ante as incoerências advindas da desigualdade e violação de direitos.

2.3 OS PONTOS: *locus* da pesquisa

Cais do Rio Potengi



Fonte: Fotografia Rio Potengi-Natal-RN, SEMURB, 2008

O Rio Potengi é o principal rio do estado do Rio Grande do Norte. Sua nascente está localizada no município de Cerro Corá e sua foz na capital Natal. Seu delta logo foi descoberto pelos primeiros colonizadores, utilizando-o para adentrar o território com suas embarcações. Denominaram-no Rio Grande, por seu vasto leito e extensão. Em Natal, marca a divisão entre as zonas norte e sul da cidade.

Suas águas turvas, tranquilas e bravias batem contra os cascos das embarcações que esperam a hora de lançar-se em águas, que além de peixes trazem oportunidades.

O cheiro forte é característico do lugar, uma mistura de vísceras de peixes, com lamas das águas. Enquanto uns homens içam as velas, outros cortam os peixes ali mesmo sob o olhar atento dos compradores. Grandes e pequenas

embarcações delineiam o cenário do rio, numa imagem que se divide entre o caótico e o lírico.

A imagem bucólica do fim da tarde traz um belíssimo pôr-do-sol que colore o poente e quase passa despercebida por olhos costumeiros. Logo certo alvoroço povoa o ambiente, carros, homens, sons, batidas de copos, gritos estridentes, anunciam a chegada de mais um barco que representa negócios, compras, vendas, ganhos, etc.

Nesse cenário construído de suor, pode-se ver a aspereza do pescador no trato com os instrumentos de trabalho. Há aparentemente códigos que determinam o dispêndio de força física para caracterizar tanto a virilidade, quanto o êxito da pescaria.

Enquanto isso, nos arredores do cais, os bares abrigam risos, cumprimentos, gritos, palavrões, xingamentos convivendo num sincronismo primoroso. Homens bebericam cervejas, comem peixes fritos, jogam baralhos, não se pode identificar se são pescadores, ou apenas clientes dos bares e das prostitutas.

Os saltos altos cruzam as linhas do trem que atravessa a Rua Chile, as atrasadas vêm de longe, os acertos que já estão sendo feito para o programa com as que chegaram mais cedo para esperar os barcos. É hora de dar meia volta e procurar outro lugar, os pescadores já optaram ou pela cerveja, ou pelo programa, mas geralmente os dois caminham juntos.

As que chegaram depois olham para os clientes e com certo ar de deboche acrescentam que melhor terem chegado atrasadas mesmo, visto que aqueles “nem trazem peixe nem dinheiro”.

O sol já se despediu e não mais reflete nas águas turvas do Potengi, o dia de trabalho termina para os pescadores. Para as prostitutas começa mais uma batalha cheia de noites e madrugadas adentro por toda a Ribeira, tal qual o título do poema de Leminski “a noite enorme, tudo dorme, menos teu nome”.

RIBEIRA



Fonte: Fotografia da Rua Chile, Ribeira SEMURB 2008

O bairro da Ribeira com seus prédios históricos que atravessa toda a Avenida Duque de Caxias, a partir dos prédios da Delegacia Fiscal, Igreja do Bom Jesus, Grande Hotel, Associação Comercial, Casa de Januário Cicco, Junta Comercial, Teatro Alberto Maranhão, antiga Faculdade de Direito e a primeira sede da Escola Doméstica. Um corredor histórico que continua na antiga Avenida Junqueira Aires, atual Câmara Cascudo, com o prédio do jornal A República, a residência do historiador Câmara Cascudo, o Solar Bela Vista, a Capitania das Artes, o prédio da Ordem dos Advogados do Brasil/RN, a Prefeitura, o antigo Palácio do Governo, o Instituto Histórico e Geográfico/RN e antiga Catedral⁹.

Sem dúvida um espaço geográfico extraordinariamente rico em arquitetura, cultura, histórias, paixões etc. O ar de saudosismo está por toda parte, pelas fachadas ainda sem revitalização, pela estação de trem, pelas histórias de boemia, à impressão que temos é que o tempo parou e que estamos revivendo a década de 1940.

⁹ Disponível em: www.minhahistoria.com.br/ribeira. Acesso em 09 de dez. de 2008.

Período marcado pelo advento da Segunda Grande Guerra e pela chegada de um contingente de soldados e oficiais que modificou inteiramente o cotidiano do Bairro e também da Cidade. Instalou-se em Natal a maior base aérea norte-americana fora dos EUA, devido à sua privilegiada posição geográfica.

Como consequência dessa forte presença, tanto de americanos como de dólares, implementou-se na Ribeira um conglomerado de negócios movimentando grandes investimentos financeiros. Junto com a expansão comercial estabeleceram-se também os serviços de bares e bordéis ampliando e consolidando a prostituição no local.

A Ribeira atinge seu ápice econômico com o funcionamento de hotéis, cinemas (o primeiro da cidade foi o *Politeama*), clubes e casas de comércio mais importantes da Cidade. A área transformou-se em palco de importantes eventos políticos, administrativos, econômicos e culturais, assim como local de divertimento (COSTA, 2006, p.96).

Segundo Costa (2006), com o final da 2ª Guerra, há uma evasão de pessoal e de capital, bem como o Governo Vargas proíbe as importações. Inicia-se, portanto, um processo de decadência do Bairro, e de modo semelhante da própria cidade.

O deslocamento do comércio atacadista para o bairro do Alecrim e do varejista para o bairro da Cidade Alta contribuiu ainda mais para processo de decadência da área. Em fins da década de 70, a transferência do Terminal Rodoviário para a Cidade da Esperança também foi um dos fatores que interferiu diretamente na dinâmica do Bairro. Além disso, muitos acontecimentos contribuíram para transformar a Ribeira num lugar com aspecto triste e abandonado. O carnaval, que, por mais de 30 anos, se desenvolvia na Tavares de Lira, foi transferido para a Avenida “Deodoro da Fonseca”, no bairro da Cidade Alta. A abertura e pavimentação de novas rodovias proporcionaram o transporte terrestre por meio de ônibus, provocando, assim, o esvaziamento e quase desativação da Estação Ferroviária[...] (COSTA, 2006 p. 97).

Nos dias atuais, o comércio ocupa prédios e espaços desordenadamente, contribuindo para desfigurar a paisagem de tempos anteriores, a depredação do patrimônio arquitetônico apresenta uma paisagem distinta, das narrativas poéticas que enalteciam o bairro no século XX. O cheiro de urina perpassa pelas pequenas ruas, usuários de drogas, mendigos, compõem esse cenário e rescindi o quadro nostálgico da vida urbana da Ribeira do passado.

Contudo, algumas ações institucionais estão sendo implementadas no intuito de revitalizar esse importante acervo cultural e patrimonial da cidade.

O Plano Diretor de 2006 definiu algumas áreas de valores significativos para esta, as chamadas Zonas Especiais, as quais só foram sancionadas, porém, na década de 1990. Em 2006, foi estabelecida a Zona Especial Portuária, de conformidade com a Lei nº 4.069. A Zona Especial de Preservação Histórica foi regulada pela Lei nº 3.942, em 1992. O bairro de Cidade Alta e o da Ribeira estão inseridos nessa Zona Especial, uma vez que são as áreas nas quais se insere a maior parte do acervo patrimonial da Cidade (SEMURB, 2006).

Quanto às prostitutas, bem essas seguem abordando os transeuntes da Rua Chile, bebendo um pouco com os vendedores ambulantes, indo até a Capitania das Artes, nesse frenético vai-e-vem termina mais um quadro pintado entre o abstrato e o surreal que se constrói cotidianamente nesse espaço.

PRAÇA GENTIL FERREIRA





FONTE: Fotografia Praça Gentil Ferreira, SEMURB, 2006

A Praça Gentil Ferreira foi construída em 1939, está localizada no bairro do Alecrim, é uma das mais antigas de Natal. Nos tempos áureos, era utilizada pela comunidade como área de lazer.

Atualmente tornou-se ponto comercial para vários ambulantes. Por esta área da cidade circulam diariamente uma multiplicidade de pessoas que aparentemente já incorporaram ao cenário a imagem da prostituta que se confunde em meio às pessoas que vão de um lado para outro, entre sons que vem de toda parte, camelôs oferecendo seus produtos aos berros, músicas dos vendedores de CD e DVD, barulho de carros, e muitas pessoas esperando para começarem mais um dia de trabalho, compõem o cenário da praça.

Uma cena desperta nossa curiosidade: um senhor, que se diz cantor, entoava uma música, aparentemente nada incomum para tantos moradores de rua que vivem por ali. Entretanto, seus trajés chamam atenção, veste-se de blazer preto, camisa vermelha, calça caqui, como se estivesse indo verdadeiramente para uma apresentação. Posteriormente, vimos que se tratava do gari que limpa a praça, enquanto arrasta as folhas caídas pelo chão, dentro dos seus devaneios, faz desse momento um show, e do espaço seu palco, que provavelmente o tem todos os dias como uma das atrações.

Alguns idosos andavam pelos cantos, matando o tempo. Até esse momento passo despercebida, só chamo a atenção de um engraxate que insiste em dar cor e brilho as minhas cansadas sandálias.

Os transeuntes passam apressados, tudo gira em torno de um frenético vai-e-vem. Passam das oito horas da manhã quase não vejo mulheres que posso identificar como minhas possíveis entrevistadas. Apenas uma demonstra está negociando algo com um dos homens sentados nos bancos da praça, os únicos indícios que apontam tratar-se de uma prostituta é o minúsculo *shorte* que usa e o olhar sempre procurando algo.

Outra mulher aproxima-se, agora pude comprovar tratar-se mesmo de prostitutas, as duas parecem discutir insatisfeitas com algo, tento aproximar-se sento em um dos bancos próximos, contudo, o barulho em torno da praça é intenso e não consigo acompanhar o diálogo. Agora já chega a terceira mulher, um pouco mais velha, seu olhar fixo parece buscar por algo mais concreto. Enquanto isso, o diálogo entre as duas primeiras segue, agora consigo ouvir: trata-se de questões ligadas ao dinheiro, ou da falta dele.

Passam das 09:00 hs da manhã, nesse momento várias mulheres começam a chegar de todos os lados, pudemos perceber a enorme pluralidade de biótipos: altas, baixas, magras, gordas, novas e idosas, loiras, morenas e negras. Algumas com roupas extravagantes, vestindo-se segundo nossa imagem da prostituta: maquiadas, cores fortes, muitos adereços e bijuterias. Entretanto, a maioria das prostitutas da praça, veste roupas comuns, sem muita irreverência. A propósito, isso nos faz concluir que para conseguir clientes, independe de estereótipos, sobre beleza e vestuário. As negociações parecem-me que já são com clientes habituais, dada a falta de negociações prévias ou algum tipo de sedução, que traga uma conotação mais erotizada, esses se aproximavam e com um sinal na cabeça apontam para o que aparentemente deveria ser o local que abriga os quartos.

Percebemos que não existe um campo de circulação circunscrito, perambulam por todas as dimensões dos espaços que vão de uma extremidade a outra da praça. “Num espaço difuso e instável, estando em relações factuais com as demais marginálias que instalam no espaço urbano deteriorado [...]”(PERLONGHER, 2008, p.50).

Nesse momento, uma das prostitutas que circula pelo local aproxima-se de um senhor negro que engraxa os sapatos, ao meu lado, pergunta se ele não a reconhece, mediante a negativa, ela aos gritos questiona sua heterossexualidade, *“você parece que é fresco, tá procurando viado, aqui não tem disso não, você ainda é desse tempo que finge não conhecer com quem já trepou”*. A forma da abordagem e o modo como, fala deixam evidente que já é experiente na vida das ruas, e deve ter algum respaldo do cafetão por perto. Sem respostas, sai abordando outros homens, na maioria idosos que circulam pela praça.

Um homem com necessidade especial aparece com uma nota de vinte reais a mostra, como se estivesse oferecendo-se e garantindo que teria como pagar,

provavelmente trata-se de alguém que já fora muito rejeitado. Logo, muitas mulheres ficam alvoroçadas, investindo para concretizar rapidamente a negociação. Contudo, como uma espécie de vingança pelos momentos em que foi preterido, ele diz que não vai querer nenhuma delas, o que causa vários xingamentos.

De repente, surge aos gritos uma jovem correndo, dizendo: “eu não sou ladrona, quem roubou o DVD não foi eu”. Confessava para o engraxate ao meu lado, *eu sou puta, não ladrona*. Pouco tempo depois pude vê-la sendo chamada pelos evangélicos que pregavam na praça: sob a justificativa que “Jesus estava chamando-a”, alguns minutos se passaram e ela fervorosamente já entoava os hinos da igreja.

No banco ao lado aproximam-se duas senhoras, enfim algum rosto conhecido, eram participantes do seminário com as profissionais do sexo de Natal, vou até elas, apresento-me e pergunto se lembram de mim, adiantam que sim, entretanto, a primeira pergunta é se eu trouxe camisinha, diante da negativa, percebi logo certa hostilidade, como se não quisessem que atrapalhasse a possível aproximação dos clientes.

O sol já castiga a tez, são quase dez horas da manhã, algumas mulheres já saíram para seus programas, outras ainda estão à procura, andando de um lado para outro. Nesse momento, começo a perceber que desperto o interesse de um rapaz que se sentou em um dos bancos, como meu olhar de pesquisadora também está buscando algo ele aparentemente acredita serem homens. Tento disfarçar escrevendo algo, em meu diário de campo, nesse momento um senhor senta ao seu lado, ele comenta que está com dinheiro, mas está achando as mulheres muito “queixudas” presumo que seja porque não estou buscando a negociação. Quando penso que desistiu, ele fica mais direto, olha na minha direção, fala umas coisas que não consigo ouvir, levanta-se e confesso que um frio percorreu minha espinha. De pé diz agora em voz mais audível, que já está indo, visto que, não quer as “*veas da praça, e as outras tão muito quexudas*”.

Apressadamente saio em busca da minha entrevistada, que felizmente acaba de chegar, desculpa-se pelo atraso, segundo ela resultado de uma noite sem dormir, sentamos no chão da praça começamos nossa conversa.

Ao lado um mundo a parte se constrói e reconstrói ao som dos hinos evangélicos que entoa com um fervor comovente, alheia a nossa presença, uma senhora já bastante idosa, parece sorver cada palavra, cada expressão. Segundo

nossa entrevistada, tal distanciamento, é aparentemente fruto do mal de Alzheimer e de vários sofrimentos ao longo dos tempos.

Foi dela uma das narrativas de violências sofridas, tempos atrás ela conseguiu um programa, o que é cada vez mais raro, dado seu estado de saúde e o avançar da idade. Saiu com um homem e voltou horas depois toda machucada com o nariz quebrado e com dificuldades para respirar, não conseguia dizer o que havia acontecido. Foi levada para o hospital onde permaneceu por alguns dias. Durante algum tempo tentaram descobrir quem a havia deixado naquelas condições, entretanto, sem êxito, visto que, ela já não se lembrava de nada. E seguia cantando os hinos como se não estivéssemos ali. Pouco tempo depois se virou olhou para mim e disse: “adoro os sábados, parece que fico mais próxima de Deus”.

Vestia-se com uma saia branca, blusa fina florida, uma sandália rasteira e uma pequena bolsa preta que segurava com tenacidade, os cabelos brancos presos a um pequeno broche, já não tinha o olhar ávido, como as outras prostitutas, durante todo tempo permaneceu no mesmo lugar.

Tentei em vão travar algum tipo de diálogo, perguntar-lhe alguma coisa, mas ela continuava absorta olhando em direção ao centro da praça onde permaneciam os pregadores.

Certo dia, contaram-me algumas prostitutas, ela também teria sido agredida por ter se recusado a transar sem preservativo, foi estuprada e recebeu um soco no olho. Chamaram a polícia, mas não encontraram o agressor.

Relataram-me ainda que ela aparece uns dias depois some, não sabem ao certo onde ela mora, nem tampouco se tem família, filhos (os). Essa é mais uma personagem que compõe a história e o cenário do Alecrim.

BORDÉIS



FONTE: Fotografia Zona Norte, SEMURB 2008.

Cabaré

Autoria desconhecida

Na porta lentas luzes de neon
 Na mesa flores murchas de crepon
 E a luz grená filtrada entre conversas
 Inventa um novo amor, loucas promessas
 De tomara-que-cais surge a crooner do norte
 Nem aplausos, nem vaias: um silêncio de morte
 Ah, quem sabe de si nesses bares escuros
 Quem sabe dos outros, das grades, dos muros
 No drama sufocado em cada rosto
 A lama de não ser o que se quis
 A chama quase morta de um sol posto
 A dama de um passado mais feliz
 Um cuba-libre treme na mão fria
 Ao triste strip-tease da agonia

De cada um que deixa o cabaré
Lá fora a luz do dia fere os olhos
Ah, quem sabe de si nesses bares escuros
Quem sabe dos outros

Interpretada por Elis Regina

Seguimos por outros caminhos que na verdade levam ao mesmo destino, vejo novos cenários, mas, apenas os atores se diferem. As falas, os atos, parecem identificar-se. No chão esburacado e sujo, alguém dorme um sono que denuncia o cansaço de uma noite de sexo e bebidas e talvez outras drogas, ao fundo uma vitrola de ficha é a única luz que ilumina o lugar. Alguns homens permanecem escolhendo a música, enquanto outros ressaltam em voz alta as qualidades de uma determinada mulher, parece uma espécie de oferenda que um faz ao outro.

Os risos perpassam por todo o ambiente, as negociações seguem como se não estivéssemos ali. Algumas meninas saem do banho com a toalha envolta no corpo, passeiam por todos os cantos da casa, fazendo uma espécie de demonstração para os homens presentes.

Enquanto isso, outras aparecem com seus corpos marcados, tatuados, cicatrizes que retratam a vida que levam, certa hostilidade é demonstrada por uma delas, que aparentemente parece ser temida pela maioria. Seguimos pelos cabarés da zona norte, espaços que guardam semelhanças, principalmente pelas condições insalubres dos quartos onde recebem os clientes. Geralmente uma única cama feita de alvenaria, velhos e sujos colchões sem nenhuma cobertura, um pequeno banheiro no final dos quartos, fétido e sujo, armários com portas quebradas, espaços tão pequenos que não seria possível incluir outros objetos.

Passam das 16 horas, quando os (as) multiplicadores da associação entram em mais um bordel, imediatamente o administrador nos chama a um dos quartos para ver uma das meninas que está doente, adianta que as condições não são muito agradáveis, visto que, ela apresenta um quadro infeccioso que já demonstra odor.

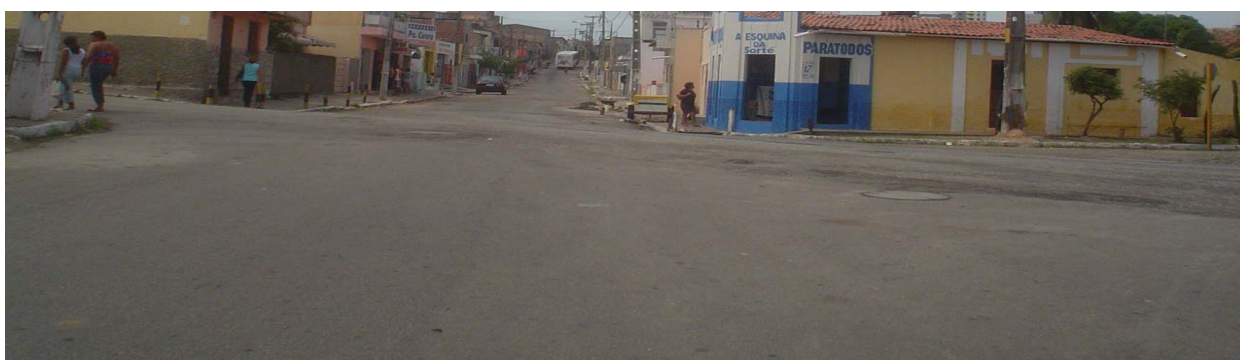
Uma expressão assustada e ao mesmo tempo envergonhada nos esperava, tinha acabado de tomar banho, e comia um pouco, falava baixo e dizia está bem, mas que uma inflamação a incomodava. Mesmo não sendo especialistas,

podemos perceber a gravidade do quadro, de fato o cheiro forte incomodava. Segundo narrou, havia contraído uma DST, que não foi tratada, e, além disso, aparentemente encontrava-se com sintomas de outras infecções, que posteriormente viemos a saber, tratar-se de uma tuberculose. Não queria procurar um médico alegando estar envergonhada do odor que exalava de sua vagina. Só depois de muito diálogo ela foi convencida a procurar ajuda, ficou acertado que no dia seguinte entraria em contato com o Centro de Saúde Reprodutiva de Natal para tomar as devidas providências.

Seguimos nosso trajeto, a cada novo “bar”, nos deparávamos com espaços subumanos, de condições precárias de higiene e estrutura física. A grande maioria é composta por algumas mesas e cadeiras de plástico, uma vitrola de ficha, um freezer, quase nada para vender nas prateleiras, conforme retratou Gabriel García Márquez em sua obra *Memórias de minhas putas tristes*, “que nem mesmo cumpriam a função de servir de disfarce para um negócio que todo mundo conhecia, mas ninguém reconhecia” (MÁRQUEZ, 2005, p.28).

Os quartos das prostitutas ficam nos fundos desses “bares”. Nesse mesmo espaço, coexistem os lugares de dormitórios e os de aluguel para os programas. O aluguel dos quartos é, junto com a venda das bebidas, uma das fontes de renda para os (as) donos (as) dos estabelecimentos, em torno de R\$10 reais, pagos pelos clientes.

BAIRRO DAS ROCAS – NATAL-RN



FONTE: Fotografia Rocas, SEMURB, 2006

Nosso novo cenário, denominado de Rocas, segundo Cascudo, a origem do nome do bairro provém do Atol das Rocas, referência para os pescadores, que ali realizavam suas atividades. É um dos mais antigos bairros da cidade de Natal. No início do século XX, era morada de alguns pescadores. Depois de 1897, os serviços do Porto empregavam operários que, necessitando viver próximo ao seu local de trabalho, impulsionaram a região. Mediante isso, surge um pequeno comércio, estaleiros para construção e reparo, atraindo a população pobre da cidade. Assim, a partir das atividades destes dois grupos, pescadores e trabalhadores das obras do porto, nasce as Rocas (SEMURB, 2003).

Deparamos-nos com vários bordéis que seguiam quase que ininterruptamente. Mulheres saíam e entravam num frenético vai-e-vem. Aparentemente tratava-se da escolha da roupa para a disputa, visivelmente vencida pela que conseguisse atrair o cliente com as micro-peças que compunha seus vestuários. Todo esse *frisson* é por se tratar de início de mês, período de intensa

movimentação, tanto nos cabarés quanto nas ruas, geralmente os homens que trabalham recebem seus salários e vem “divertir-se” com as prostitutas.

Uma luz vermelha dava o tom da noite, algumas jovens meninas nos olhavam com desdém, certo ar de superioridade circundava o local, posteriormente viemos saber que se tratava do cabaré que cultivava a fama de ter as meninas mais bonitas das Rocas, e, portanto, elas se encontravam aparentemente numa estratificação social, mesmo dividindo espaços semelhantes, um pouco acima das demais companheiras dos outros cabarés que compunham o conglomerado das Rocas.

3 Trilhas Metodológicas percorridas na pesquisa

Adentrar no universo da prostituição feminina requer uma profunda análise nos campos complexos que a permeia, estando contidos elementos controversos e impregnados de senso comum, valores religiosos, políticos, sociais, culturais etc. A emergência desse estudo vem no sentido de desmistificar alguns desses conceitos cristalizados no imaginário social, e que repercutem na vida das prostitutas sob a forma de estigma e preconceito.

O aprofundamento da problemática em questão requer do (a) pesquisador (a) uma análise cuidadosa dos determinantes que se metamorfoseiam entre as

várias particularidades que integram o fenômeno. A autodeterminação, a exploração, o mercado sexual, a pobreza, a violência, a falta de oportunidades, fazendo as mediações da realidade com as prostitutas no intuito de transcender a simples aparência fenomênica para poder conhecer essa realidade e transformá-la.

Portanto, norteada pelo pensamento de Marx de que “se aparência e essência se confundissem, a ciência seria supérflua”, buscaremos desvelar a essência do objeto desta pesquisa, não de forma isolada ou fragmentada da totalidade social, mas na inter-relação, no contexto das relações sociais mais amplas, identificando suas múltiplas determinações e suas expressões/implicações na realidade concreta (CISNE, 2004).

Esta pesquisa foi, portanto, conduzida à luz de uma perspectiva de totalidade, “já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resultado de todo o passado” (GRAMSCI *apud* TORRES, 2002, p. 45).

Dentre os procedimentos metodológicos, a princípio utilizamos a revisão de literatura acerca das categorias de análise tendo como referência Helleieth Saffioti (1987), (1992), (2004) e (2008) e Joan Scott, (1990) para entender as *categorias relações patriarcais de gênero* e sua interlocução com a violência contra a mulher. Subsidiar-nos-emos, dentre outros(as) em Adriana Piscitelli, (2002), (2005) e (2007) Nickie Roberts,(1992) Carole Pateman (1993), Margareth Rago (1985) e (2008) e Tânia Swain (2004) e (2008) para a apreensão da categoria *prostituição*.

A literatura acerca da violência contra a mulher será feita à luz de autoras como Fernanda Queiroz, (2002), (2004) e (2005), Lourdes Bandeira (2002) e Maria Berenice Dias (2007).

Realizamos análise documental, na qual privilegamos a apreciação da Lei Maria da Penha (11.340/06), o Projeto de Lei nº.98/03 que regulamenta a prostituição e o Plano Nacional de Políticas para as mulheres. Mediante a leitura e análise dos documentos supracitados, objetivamos discutir as questões que se apresentam para o segmento prostitucional no sentido tanto de reconhecimento da categoria, quanto das possíveis ações para coibir práticas violentas praticadas contra este segmento.

Consideramos a observação um instrumento indispensável em qualquer processo investigativo. Nesse sentido, de forma exploratória, realizamos algumas incursões informais, desde o mês de março de 2008, na Associação das

Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte ASPRORN. A contribuição da referida associação deve-se ao fato de ser a principal representação do segmento em nível estadual, que vem desenvolvendo algumas atividades junto as prostitutas, dentre as quais se inclui as ações voltadas para o controle das DST/AIDS, por intermédio de consultas ginecológicas e entrega de preservativos (masculinos, feminino e gel lubrificante), em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado. Contudo, não dispomos de tempo suficiente para observar o cotidiano da efetivação das demais ações desenvolvidas por esta associação.

Nesse sentido, para a produção de dados, optamos pela observação sistemática associada à entrevista semiestruturada. Utilizamos ainda técnicas como: conversas informais com as prostitutas na associação, participação em seminários e outras atividades, a exemplo da elaboração de projetos de autossustentabilidade, enviado ao Fundo Ângela Borba para a estruturação de um salão de beleza, tabulação de dados da pesquisa para o projeto *Diamante Bruto*, realizado pela ASPRORN, que contou com a participação de 97 prostitutas, que além do perfil sociodemográfico, buscou informações acerca de aspectos ligados a saúde, doenças, violência, relação com as drogas e religião etc.

A pesquisa é de natureza qualitativa, que nos permitiu captar os significados, valores, projetos políticos e ideológicos dos fenômenos e dos sujeitos para além da imediaticidade (MINAYO, 1992).

Para Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa possibilita um viés interpretativo para os dados tendo como pressuposto a singularidade do sujeito, compreendido como um ser histórico, detentor de um modo de vida que lhe particulariza, ao mesmo tempo em que o situa em suas relações sociais, sendo, portanto, privilegiada para estudos que abordam sujeitos coletivos.

O universo da pesquisa se constitui de nove prostitutas que desenvolvem suas atividades nas ruas e bordéis da cidade de Natal-RN. Com relação à amostragem, concordamos com Minayo quando aponta que:

a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade [...] a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (1992, p.42).

A análise dos dados deu-se por intermédio da apreensão das informações obtidas por meio dos instrumentos descritos, objetivando identificar as concepções das informantes no que diz respeito às suas percepções acerca da prostituição, violência contra a mulher, relações patriarcais de gênero, bem como de que forma esta se expressa nas esferas pessoal e profissional.

Foram realizadas leituras analíticas das informações obtidas nas falas das entrevistadas, das nossas observações que foram lidas e interpretadas por intermédio da análise do conteúdo manifesto pelas informantes, acerca dos assuntos supracitados.

Os dados da pesquisa foram produzidos em distintos espaços, cujo foco foram bares, cabarés, ruas e praças de Natal. Desde o Cais do Porto do Rio Potengi, Ribeira, Zona Norte, Rocas até a Praça Gentil Ferreira da referida cidade. O trabalho de campo realizou-se entre os meses de agosto de 2008, por intermédio da participação em seminários organizados pela Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte, até o mês de Janeiro de 2009. O processo investigativo teve como fonte primária a observação sistemática, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário.

As primeiras dificuldades que enfrentamos no estudo de fenômenos sociais, como a prostituição relaciona-se com a complexidade da inserção nos espaços onde as prostitutas desempenham suas atividades, visto que, pela marginalização que circunscreve esses ambientes, o estranho é quase sempre tratado com hostilidade, sobretudo se o interesse demonstrado for justamente abordar tais sujeitos na sua intimidade dentro ou fora da prostituição. Essa condição só passa a ser revista quando já se constrói uma relação de confiança, que requer tempo e paciência do (a) pesquisador (a). Como não foi possível um maior aprofundamento, optamos pela amostragem intencional¹⁰.

A abordagem dos sujeitos nos seus locais de atividade só pôde ser efetivada mediante a intervenção da ASPRORN, por intermédio das ações que desenvolve nos espaços de prostituição em Natal. Esse processo facilitador mediado pela associação foi fundamental para nossa inserção tanto nos espaços

¹⁰ Amostra definida por critérios estabelecidos pelo(a) pesquisador(a). Em nossa pesquisa, optamos por prostitutas que desenvolvem a prática prostitucional nas ruas e em cabarés de Natal, que pertencem às classes populares.

fechados (bares e cabarés), quanto nas ruas e praças¹¹. Entretanto, pela falta de uma sistemática de trabalhos, oficinas, encontros, participação efetiva das prostitutas na associação, essas abordagens tiveram que adotar um ordenamento conjunto com as atividades desenvolvidas junto aos espaços de prostituição.

Cada um desses espaços exigiu formas diferenciadas de aproximação, tanto por nossa parte, quanto por parte das entrevistadas. A distribuição de preservativos e gel lubrificante foi, sem sombra de dúvidas, um elemento essencial para essa aproximação. Sem essa contrapartida, o acesso se tornaria muito mais complexo.

No caso das prostitutas que desenvolvem sua atividade nos bares e cabarés, o acesso foi facilitado devido o fato que já havíamos pré-estabelecido alguns contatos nos referidos seminários. Ademais, algumas prostitutas que participam desses encontros tendem a estar mais acessível para conversar sobre as práticas prostitucionais, fundamentalmente por entender que esse tipo de investigação se circunscreverá ao universo acadêmico. Outras, entretanto, resistem a qualquer possibilidade de publicizar aspectos de suas vidas, principalmente pelo temor que a família venha a ficar sabendo de sua atividade, contudo, não sabemos se isso é uma estratégia por elas utilizada para não fornecer informações acerca da sua vida.

Ao receber os preservativos, os (as) multiplicadores da ASPRORN¹², pedem para registrar a entrega tirando uma foto apenas das mãos, algumas resistem e são bastante agressivas, saem xingando, balbuciando alguns palavrões.

Algumas simplesmente não se mostravam dispostas a falar, demonstrando resistência ante a nossa presença. As negativas estavam associadas ao não lucro, já que como eu não tinha, segundo elas, “*nem pênis, nem dinheiro*”¹³, não as interessavam.

¹¹Assim como com a observação, a fonte-chave, informante-chave (grifos nossos) é possível obter informação que permita estruturar um marco teórico e conceitual congruente com a realidade em estudo [...]. Esta técnica é aplicada a fontes-chave de informação, assim denominada por possuírem experiências e conhecimentos relevantes sobre o tema em estudo ou por estarem, na sua comunidade ou no seu grupo social, em posição (econômica, social ou cultural) de fornecer dados que outras pessoas desconhecem total ou parcialmente (SORIANO, 2004, p. 153-154).

¹²Trata-se de 02 voluntários (as), e 02 representantes, um da ONG ATREVIDA, Associação das Travestis do Rio Grande do Norte e outro da prefeitura de Natal da Secretaria Municipal de Saúde na pasta DST/AIDs, além da presidente da ASPRORN. Essas atividades foram propostas no Projeto Diamante Bruto, da Secretaria Estadual de Saúde.

¹³ Fala de uma prostituta da Praça Gentil Ferreira, que já conhecíamos previamente quando a abordamos para a entrevista.

As conversas foram todas gravadas o que pôde incidir na fidelidade do material produzido, contudo, no caso das prostitutas da rua só tivemos um único contato, fundamentalmente, pela abordagem se dá, no caso das ruas, no período em que estavam à espera dos clientes. As tentativas de marcar em outros momentos e espaços foram sistematicamente negadas, principalmente pela falta de uma relação mais aprofundada entre pesquisador (a) e pesquisado (a).

O que mais contribuiu para o nosso aprofundamento no cotidiano da prostituição foi o grau de inserção nas atividades que a associação desenvolve por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado, na pasta das ações para DST/Aids. Esse nos possibilitou adentrar no espaço empírico da pesquisa, principalmente pela disponibilidade de um carro que uma vez ao mês é destinado a associação para fazer a entrega de material de prevenção nos bordéis da cidade. Algumas vezes pudemos acompanhar tais atividades, noutras, tivemos que ir a pé, principalmente no Cais do Porto e na Ribeira, locais mais próximos que, por essa condição é bem mais assistido pelos multiplicadores.

O fato da busca por entrevistadas se dá basicamente no final da tarde e início da noite, tornava-se difícil nossa aproximação a alguns espaços. Não era aconselhável, por exemplo, levar câmeras fotográficas para registrar os cenários, dado o alto índice de assaltos e roubos registrados em determinados espaços, nem tampouco, abordar qualquer mulher sem o intermédio de outras fontes previamente contatadas. Os cenários eram sempre pouco iluminados, o que nos causava certa insegurança, principalmente por se tratar de lugares demasiadamente arriscados e que não dispunham de policiamento.

Isso reafirma nosso pressuposto de que tais espaços onde se concentram os cabarés da “baixa prostituição” se caracterizam por si só como uma violência, dado que se constituem em ambientes segregados, negligenciados pelo poder público, vulneráveis às desigualdades socioeconômicas materializadas no desemprego, na miséria, na violência que, conseqüentemente tem implicação direta nas condições de moradia, na falta de segurança, formas evidentes de negação de direitos sociais básicos.

As prostitutas relataram casos de assaltos aos bordéis, da falta de segurança, segundo elas em “trabalhar” por aquelas regiões, principalmente na Zona Norte. Nesse contexto, cabe a reflexão de Silva (2007), quando aponta que:

A ausência afirmativa do Estado na periferia ou, em outras palavras, a sua forte presença eminentemente repressiva, corrupta, discriminatória e espoliativa - participativa, mas não apenas, por intermédio da polícia, cria condições para a consolidação e a potencialização do poder criminoso [...], (p.140-141).

Observando as possíveis particularidades e semelhanças entre os espaços da prostituição, vimos, por exemplo, que no caso das ruas, a negociação com os clientes para o programa se dá de modo mais contundente, uma “busca” que se caracteriza pelo segurar no braço, oferecer algo “*prazeroso*”, *que ninguém faz melhor, e nem o deixará “mais feliz”* etc, sem muitas variações nas táticas de abordagem entre uma e outra.

As que tinham um pouco mais ardil para o convencimento do cliente chamavam para sair, conversar um pouco, beber alguma coisa. Enfim, tentavam atrair por intermédio de persuasão esses possíveis clientes que circulavam pelo local.

Nos bordéis, há aparentemente uma relação menos incisiva em relação à abordagem, ao que parece valoriza-se mais o produto exposto, ou seja, se eles vão até o bordel em busca de prostitutas, não precisam facilitar, nem barganhar, visto que, o interesse maior seria deles, então se o programa não se concretizar, logo aparecerá outro, e assim por diante.

3.1 A complexa e multifacetada problemática da prostituição feminina

Há, no interior da prostituição, uma diversidade de modalidades que se materializam e trazem características bastante peculiares e distintas, indicando ser mais preciso a utilização do termo *prostituições* que *prostituição* para se referir ao fenômeno (TEIXEIRA, 2004 a).

Contudo, optamos por abdicar de uma abordagem totalizante, e nos restringir-nos-emos a uma modalidade particular da prostituição: a baixa prostituição, que se referem aquelas que desenvolvem a atividade prostitucional em pontos

como: esquinas, bares, ruas, praças, etc. Geralmente esses sujeitos têm sua mobilidade circunscrita a espaços periféricos de pobreza e abandono pelos órgãos públicos.

Todas essas especificidades de sujeitos e comportamentos, que permeia o universo da prostituição, causam distintas significações que perpassam pela percepção que grande parte da sociedade, e elas próprias, têm de si mesma e da atividade que desenvolvem. Prostitutas, "*scot girls*", "garotas de programa", "profissionais do sexo", "mulheres de amor livre" etc.

Percebemos nas falas das entrevistadas que essa marcação da diferença entre elas é representada por um sistema classificatório embasado numa hierarquia em que as prostitutas estariam em posição inferior em relação as chamadas "garotas de programa". As que estão inseridas nesse sistema classificatório de inferioridade na estratificação social, frequentemente utilizam-se dos termos como "garota de programa" ou "profissional do sexo" para se auto-definirem.

Essas distinções entre as prostitutas de luxo e as da baixa prostituição está sistematicamente associada às identificações, ao culto ao corpo, à beleza. Para as "garotas de programa", se inserir no espaço da prostituição de maior *status*, é necessário certa discricção.

Podem tanto estar vinculadas regularmente a uma "casa" ou "agência", quanto atuarem isoladamente. Nesse último caso, é comum observar que muitas dessas prostitutas deixam periodicamente suas residências na periferia dos grandes centros urbanos, para atuarem em vagas ou apartamentos localizados próximos as praias e aos centros turísticos.

Para continuar no mercado, as garotas precisam diferenciar-se por atributos físicos e sociais. É necessário vestir as roupas da moda, conhecer os lugares da moda. O culto à beleza e a preocupação com os ditames da moda fazem parte do cotidiano dessas mulheres. Em uma sociedade em que "ser bonita" e "estar bem vestida" é quase um sinônimo de realização pessoal, sucesso e felicidade fugir a esses padrões é uma ameaça às possibilidades de trabalho (MORAIS, 1995, p. 06).

Para as mulheres que exercem a prostituição de rua, os critérios são outros, visto que, há uma constante exposição, que faz parte da estratégia de demarcação, deixando evidente quem são, e o que fazem. Além de escolher um local da cidade reconhecido como lugar de prostitutas, o cliente precisa saber identificar quem é e quem não é prostituta naquele contexto (RIBEIRO e MATTOS, 1996).

Nesse sentido, as “profissionais do sexo” e/ou garotas de programa por terem atributos e características que definem as identidades sociais, tentam se distinguir em várias dimensões das prostitutas, visto que, as que se autodenominam garota de programa, atribuem ao termo “prostituta” um significado depreciativo, geralmente associado à pobreza, uso de drogas, sujeira etc.

Portanto, parecem se constituir enquanto fatores de agrupamento, e ao mesmo tempo de distinção/separação dos sujeitos, por intermédio de seus atributos físicos, idades, fatores socioeconômicos e culturais.

A valoração atribuída ao dinheiro, também se configura como uma diferenciação entre o segmento. No caso das garotas de programa, seja pelos valores cobrados, seja pela intenção de investir o que ganha em negócios próprios, isso quando o dinheiro fica em suas mãos, ou na acumulação para quando vier deixar a prostituição.

Para as prostitutas da baixa prostituição, que são: prostitutas pobres, para clientes pobres, (MARQUÉZ, 2005), o dinheiro adquirido com a prostituição quase sempre são quantias irrisórias que mal dá para suprir as necessidades de sobrevivência.

Beauvoir, traz uma reflexão bastante curiosa acerca do papel do dinheiro e do poder nas interações, no interior da prostituição. Por um lado, desnaturaliza a prostituição, apontando um sistema permeado pelo poder e violência, que arrasta milhões de mulheres para a prostituição em todo mundo; paradoxalmente, analisa as *vedettes* como “grandes” prostitutas que optavam pela prática para uma autopromoção. Ou seja, “é uma decisão de carreira e neste caso, a profissão passa pelo corpo, obstáculo ou força, mas sempre intermediário: a mulher é seu corpo” (BEAUVOIR *apud* SWAIN, 2004, p.55).

A dimensão da prostituição como escolha de sujeitos livremente, é abordada pela autora como um artifício do qual se utilizavam as *vedettes* para se autopromoverem. Contudo, é necessário que se tenha em conta o contexto histórico

em que se davam essas “opções”, possivelmente nos áureos tempos dos grandes salões, cabarés luxuosos e requintados, frequentado por ricos senhores da aristocracia, nos anos dourados das zonas boemias. Com isso, “é possível que os códigos de civilidade que se instituíram nos bordéis de luxo e nos cabarés elegantes incitassem a uma relação maior de respeito entre o freguês e sua “protegida” (RAGO, 2008, p.260).

Hoje, mais de um século após os anos dourados da boêmia dos cabarés, o cenário é bem diferente. A descrição desses espaços como alegre e cheio de vida, presentes na história, contrastam com a atual situação da prostituição. Das luxuosas prostitutas, dos cabarés requintados, dos políticos influentes, de todo o *glamour* restaram somente nas páginas dos romances, do cinema. Jorge Amado, em muitos de seus romances, apresenta o prostíbulo “como um *locus* de troca amorosa, de repouso e prazer” (SWAIN, 2004, p.24).

O que já foi motivo para autopromoção, hoje, para muitas mulheres que vivenciam essa prática é sinônimo de decadência, de vergonha, de humilhação. Talvez pelo fato de não ser uma escolha. Evidentemente que existe a prostituição de luxo, contudo, o *glamour* de séculos atrás, na configuração atual não figura entre as práticas que alguém se utilizaria como método de promoção.

É salutar destacar que a expansão da prática prostitucional não pode ser vista como uma opção das mulheres, e sim como uma falta de opção que cada vez se intensifica, dada as condições de desemprego que acompanha as mulheres no sistema capitalista. Portanto, quando se discute autodeterminação, desejos, prazer que algumas prostitutas possam desenvolver mediante sua inserção na atividade, é possível que existam, e que talvez não devam ser consideradas vítimas, entretanto, a regra não deve ser norteadada pela exceção”(VIANNA, 2002).

Por outro lado, tenta se materializar e generalizar a disposição da condição de autonomia das mulheres que se prostituem, esse posicionamento pode ser facilmente observado na carta de princípios que a Rede Brasileira de Prostitutas lançou no IV encontro que ocorreu no início do mês de dezembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

O repúdio à vitimização; o combate à discriminação, ao preconceito e ao estigma; a promoção da auto-organização da categoria e a defesa

de que as prostitutas assumam a profissão em todos os espaços. E, novamente com objetividade e clareza, as putas organizadas decretam: não vendemos o corpo, prestamos serviços sexuais; o trabalho sexual é um direito sexual (LENZ, 2008, s/p).

3.2 Prostituição: uma aproximação conceitual

Carole Pateman (1993) entende a prostituição como a utilização do corpo de uma mulher por um homem para sua própria satisfação. Há, portanto, nessa concepção, a unilateralidade no sentido de sentir prazer, ou seja, não se pode entender como uma troca prazerosa e igualitária a utilização dos corpos. Nesse sentido, o que ocorre é uma relação mercantil, na qual pressupõe que o comprador obtenha algum benefício com o negócio. A venda do prazer sexual é um tipo de relação apropriada pelo projeto capitalista, que aprofunda a exploração mercantil do corpo para fins de lucro (PATEMAN, 1993). A prostituição é a legitimação da conjuntura desigual, que retira a condição da mulher como sujeito de direito, invisibilizando-as, sob a capa do estigma¹⁴ e da marginalização, uma dura realidade que se materializa concomitantemente servindo ao capital e as “*necessidades sexuais*” dos homens.

Não se trata aqui de reduzir a prostituição a um determinismo econômico, ou tampouco relativizar sua ligação com as condições de vida e de trabalho das mulheres, visto que outros fatores são frequentemente apontados para a sua inserção nessa atividade. No entanto, é inconteste perceber que à medida que se intensificam as desigualdades socioeconômicas, reduzem-se as oportunidades de trabalho, favorece a inclusão de mais mulheres, principalmente, de países dependentes¹⁵, na atividade prostitucional. Segundo Pateman (1993, p.289), “as prostitutas são o exemplo mais contundente do direito patriarcal que personifica

¹⁴De acordo com Erving Goffman, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (1988, p.13).

¹⁵ Expressão cunhada por Otávio Ianni.

essas mulheres como seres sexuais, atribuindo a condição de mercadoria na sociedade capitalista”.

Para fins de ilustração, expomos os dados produzidos em Pesquisa coordenada pela ASPRORN, que integra o Projeto Diamante Bruto, financiado pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, desenvolvido com as “profissionais do sexo” da cidade de Natal-RN.

GRÁFICO 02- EM RELAÇÃO À MOTIVAÇÃO PARA INSERÇÃO NA PROSTITUIÇÃO



FONTE: Projeto Diamante Bruto, 2007

Na atualidade, o termo “profissionais do sexo”, ou trabalhadores(as) sexuais é bastante utilizado pelos (as) estudiosos (as). Contudo, essa proposição não é algo imparcial, visto que, tal discurso tem o intuito de conduzir à naturalização da prática prostitucional sem um debate mais profundo sobre o tema. Há embutida nessa proposta, a ideia de suprimir as contradições que permeiam essa prática. As palavras de Legardinier a respeito desse assunto são esclarecedoras:

A questão ética levantada pela prostituição, que envolve a violação dos direitos humanos é dissolvida na vicissitude do vocabulário, substituído pela conotação "trabalhador", que legitima a idéia superficial de uma profissão como qualquer outra (1998, p. 01).

Nesse sentido, fica patente a intenção de reafirmar o consentimento individual, bastante legitimado pela condição de pertencimento do corpo. Contudo, essa pretensa escolha, baseada na ideia de liberdade individual, não justifica um aparente espaço de liberdade em um sistema baseado na utilização dos corpos das mulheres. “Prostituição “livre” não é de liberdade, mas liberalismo” (LEGARDINIER, 2000, p. 02).

As mulheres que exercem a prostituição são comumente conhecidas como “mulheres de vida fácil”, “desregradas”, “pecadoras”, “desordeiras”, dentre outros. Sobre os estereótipos que cercam essa categoria Morais (1995), destaca que esta é uma visão ideológica, pois distorce a realidade e simplifica-a. Segundo a autora, é possível montar uma referência de conjunto, já que este modelo dominante também não comporta o pluralismo, rejeita a diversidade e homogeniza o coletivo. (p. 32)

As prostitutas são facilmente acessíveis, em todos os níveis do mercado, a qualquer homem que possa pagar por seus serviços e elas comumente são oferecidas como parte de transações comerciais, políticas e diplomáticas. Apesar disso, o caráter público da prostituição é menos explícito do que poderia ser. Como outras formas de empreendimento capitalista, a prostituição é encarada como um empreendimento privado, e os contratos entre clientes e prostitutas são vistos como um acordo particular entre comprador e vendedor (PATEMAN, 1993, p.279).

Ao reproduzirmos o *clichê*, a prostituição feminina constitui-se como uma das “*profissões*” mais antigas do mundo, podemos estar sistematicamente esvaziando-a dos aspectos de violência que a constituem. As marcas que perseguem esse fenômeno social, os valores, estigmas, preconceitos e discriminação¹⁶, que lhe são atribuídos, retratam a opressão e violência a que está submetida tal segmento social. Dentre outros aspectos, por infringirem os padrões exigidos de moralidade sexual para a sociedade, pois prevalece a percepção da prostituição enquanto um “*mal*” que deve ser mantido sob vigilância para não colocar em perigo a sociedade que a condena e ao mesmo tempo a estimula.

Comungamos com o pensamento de Vigil e Vicente (2006) ao trabalharem com a perspectiva de sistema prostitucional, termo concebido pelas abolicionistas para incluir, em um único conceito, o conjunto de pessoas, atividades, indústrias, instituições, interesses, idéias, os meios de comunicação e distribuição que contribuem para sustentar o mercado organizado dos corpos das mulheres e das crianças para seu uso como objetos sexuais.

A condenação moral das mulheres que se prostituí, o modo como são estigmatizadas, reforça a complexa e multifacetada relação que permeia o universo da prostituição, em que a mesma é entendida sob a ótica da exploração/dominação que historicamente acompanha a condição das mulheres na sociedade patriarcal.

¹⁶ Discriminação compreendida como: o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida. É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito (TELES E MELO, 2002, p.28).

3 O ESTADO E A PROBLEMÁTICA DA PROSTITUIÇÃO

A puta

*Quero conhecer a puta.
A puta da cidade. A única.
A fornecedora.
Na rua de Baixo
Onde é proibido passar.
Onde o ar é vidro ardendo
E labaredas torram a língua
De quem disser: Eu quero
A puta
Quero a puta quero a puta.*

*Ela arreganha dentes largos
De longe. Na mata do cabelo
Se abre toda, chupante
Boca de mina amanteigada
Quente. A puta quente.*

*É preciso crescer esta noite inteira sem parar
De crescer e querer
A puta que não sabe
O gosto do desejo do menino
O gosto menino*

*Que nem o menino
Sabe, e quer saber, querendo a puta*

Carlos Drummond de Andrade

No intuito de contextualizar a prostituição na história da humanidade, bem como as transformações socioculturais às quais ela foi submetida, propomos uma viagem pela literatura, na qual pretendemos buscar indícios dos primeiros registros da inserção da prostituição na sociedade. Contudo, propomos nessa incursão a não utilização de generalizações, nem tampouco etnocentrismos na tentativa de negar a história no seu tempo e espaço, sob o risco de negarmos as determinações sociais em que se constroem as relações sociais.

3.1 Os primeiros registros da prostituição no mundo

A prostituição remonta a tempos antigos, em que assumiu diversas simbologias e funções, perpassando pelo sagrado, político, econômico, dentre outras.

Partiremos, portanto, do período pré-histórico, no qual são conferidas às mulheres a invenção da primeira organização social, o “clã matriarcal”. É importante destacar que há divergências substanciais entre historiadores, antropólogos, sociólogos e outros pesquisadores acerca da existência de tais sociedades. Uma das dificuldades apresentadas para essa alegação são os escassos registros históricos sobre as eventuais sociedades matriarcais, principalmente se compararmos com os registros existentes acerca do patriarcado.

Antropólogos e arqueólogos do século XIX apontavam para a existência do matriarcado como a mais antiga forma de organização social conhecida. O principal defensor dessa teoria foi o antropólogo suíço J.J. Banhofen, um adepto da teoria evolucionista de Darwin. As ideias de Banhofen influenciaram fortemente antropólogos e arqueólogos que buscaram na história, na religião, na sociologia e na economia, uma disposição evolucionista. Portanto, a tese defendida era a de que o desenvolvimento se dava do arcaico para o avançado e, conseqüentemente, mais

civilizados. Nesse sentido, Bahofen, para a explicação das sociedades matriarcais assinalou:

[...] as sociedades humanas em seus primórdios eram seguramente sociedade matriarcais. As mulheres, assegurou, dominavam o mundo de então. E a razão disso era muito simples, devido à inerente promiscuidade sexual, que se supunha dominar o comportamento das comunidades primitivas, onde imperava um acasalamento circunstancial, imediato, sem regras ou compromissos estabelecidos, as mulheres, que tinham inúmeros parceiros, eram as únicas a poderem determinar com certeza de quem eram os filhos. Nesse sistema, os homens eram apenas machos reprodutores que não mantinham nenhum vínculo afetivo ou responsável com os recém-nascidos. Para esses só existia a mãe. Ela era o centro e a razão do seu viver (EDUCATERRA, 2008).

Alguns estudos mais recentes, a exemplo do desenvolvido pela antropóloga americana Cynthia Eller, que lançou o livro *O Mito da Deusa* (2000), contesta essa perspectiva da atribuição das estátuas femininas como representações de deusas-mãe, e conseqüentemente das mulheres dominando a estrutura social, e adianta: "[...] o fato de cultuar uma deusa não implica numa vida boa para as mulheres. Na Índia existem muitas deusas, e isso não se reflete nas condições da população feminina" (REVISTA GALILEU, 2005).

As autoras paradigmáticas do feminismo Joan Scott, por exemplo, apontam que, até onde é possível retroceder no tempo, nunca existiram sociedades nas quais o poder era exercido por mulheres. Somando-se a esse pensamento Saffioti assinala que a lei que norteia as relações humanas em todas as sociedades conhecidas é a do pai, negando, portanto, a existência de sociedade em que a mulher ditasse as normas. Destarte, quando não esteve sob a dominação do pai ou do marido, em algumas organizações sociais, toda a sorte das mulheres esteve subjugada ao poder do irmão mais velho.

Ressaltamos também, como parte desse contexto, a contribuição das mulheres para a economia das primeiras sociedades, principalmente pela coleta dos alimentos para a subsistência da comunidade¹⁷. Entretanto, naquele estágio de

¹⁷Estão relacionadas às mulheres as primeiras realizações tecnológicas, incluindo a descoberta de plantas comestíveis, a invenção das primeiras ferramentas para cavar, recipientes feitos de casca de árvore ou pele de animais, além de raspadores de pedra, o domínio do fogo e a domesticação dos animais, bem como o uso de plantas medicinais (ROBERTS, 1992).

desenvolvimento, o maior feito conferido à mulher foi à capacidade de gestação. Nesse sentido, evidencia-se a importância central ocupadas pelas mesmas.

Compunha esse papel da mulher no seio da comunidade, a simbologia das mulheres como encarnação terrena de deusas, cujos rituais sagrados evocavam o elo vital entre a comunidade e a divindade para o mundo material (ROBERTS, 1992).

Mediante o domínio dos aspectos ligados ao sexo, era natural que ela tivesse controle sobre sua sexualidade, vivenciavam-na plenamente, sem inibição ou opressão de suas expressões sexuais. Estudos das culturas da Idade da Pedra demonstram que as mulheres mais antigas do mundo já controlavam a sua fertilidade seguindo a periodicidade menstrual.

Nesse período, a cultura, a religião, e a sexualidade eram interligadas, o sexo era tido como sagrado e as sociedades *xamânicas* lideravam rituais de sexo grupal em que toda a comunidade participava, o objetivo era o compartilhamento entre comunidade e divindade.

O culto à deusa começou a se desfazer a partir da invasão de seus territórios por tribos de guerreiros nômades na Mesopotâmia e no Egito, por volta de 3000 a.C. Naquele momento, o homem passou a ter consciência do seu papel na procriação, e isso foi fundamental para que o poder das deusas fosse subjugado ao poder masculino.

Com isso, novas formas de casamento foram instituídas, tendo como intuito controlar a sexualidade das mulheres, e assim assegurar a paternidade de toda criança. Essa nova forma de controle tinha a pretensão de resguardar a linha de herança da propriedade, que passou a ser designada para o filho. Essa forma de transferência passou a compor a base econômica do poder dos homens. Segundo Roberts (1992, p.22) “A mulher casada tornou-se pouco mais que um intermediário de uma geração de homens para a seguinte. Deuses homens foram introduzidos para competir com a deusa pela supremacia”.

É importante destacar que foi a partir desse período que instituiu-se a prostituição sagrada, tornando-se visível, sendo registrada pela primeira vez na escrita. Esta seria, na verdade, os rituais sexuais que persistiam desde a Idade da Pedra e que passaram a fazer parte da adoração religiosa nas primeiras civilizações do mundo.

Entretanto, destituir a influência religiosa da deusa não foi uma tarefa fácil. Os homens que passaram a governar tinham consciência do poder por ela exercido, portanto, nomearam sacerdotes homens para promover seus estranhos deuses e para controlar e explorar as mulheres do templo. Mesmo diante das restrições dos sacerdotes, foi preciso milhares de anos para que o culto à deusa fosse totalmente abolido.

Os rituais de adoração em homenagem a grande deusa, por intermédio dos antigos ritos sexuais, permaneceram mesmo durante o período de destituição das sacerdotisas do poder. Haja vista, que a grande deusa *Ishtar*, deteve o poder durante todo o nascimento e o berço da civilização do antigo Oriente Médio, seu templo era o centro do poder religioso, político e econômico da Mesopotâmia. Isto posto, podemos identificar o templo de *Ishtar* como o começo da prostituição e as sacerdotisas as primeiras prostitutas da história (ROBERTS, 1992).

Apesar de nos primórdios patriarcais haver uma perda do significado do ritual, ainda permanecia alguns privilégios para as sacerdotisas. Em 2000 a.C, as prostitutas do mais alto escalão do templo eram poderosas e prestigiadas, até porque o rei, para legitimar seu reinado precisava invariavelmente da benção da deusa, e isso só acontecia mediante o envolvimento no ritual sexual com uma das sacerdotisas.

Havia certo tipo de escalas de poder entre as sacerdotisas, as *natidus*, por exemplo, detinham uma posição mais elevada, em troca de suas atividades no templo, eram detentoras de muitos poderes, transitavam entre o comércio, emprestavam dinheiro, ou seja, desenvolviam atividades designadas para os homens. Na base dessa pirâmide se encontravam as *harimtu* que desenvolviam suas atividades fora dos templos, sendo consideradas as primeiras prostitutas de rua, agindo independentemente e em uma base comercial. Apesar disso, a relação entre o sexo e a religião persistia, visto que as mulheres da rua continuavam a ser consideradas sagradas e protegidas por *Ishtar*.

Segundo Roberts (1992) a divisão das mulheres para casar e as prostitutas é tão antiga quanto à história patriarcal, e foi na antiga Suméria, em torno de 2000 a.C, que surgiram as primeiras leis separando as duas categorias. Também remonta a esse período a divisão entre as “boas” esposas e as “más” prostitutas. A autora acrescenta ainda que à medida que se estabelecia as instituições religiosas e

políticas masculinas, a forma patriarcal de poder do marido sobre a mulher e os filhos, aprofundou mais a cisão entre as esposas e as prostitutas.

Foram os assírios os primeiros povos a impor regras de condutas para as prostitutas, desde as vestimentas até o não uso do véu, já que este era reservado as mulheres casadas, demonstrando sua submissão ao marido. Caso não cumprissem as determinações legais, a punição determinada era receber 50 chibatadas e ter piche derramado sobre suas cabeças.

As restrições à prostituição encontraram maior aversão junto aos sacerdotes hebreus, estes, tratavam de modo desprezível qualquer mulher que não seguisse as normas vigentes para a virgindade e o casamento, legitimados na ideia de que todas as mulheres eram propriedades privadas, primeiro do pai e posteriormente do marido. Essa moralidade sexual imposta pelos sacerdotes, tinha a real intenção de submeter as mulheres as vontades do homem.

Outra civilização importante no resgate da história da prostituição é a grega. Conhecida por sua mitologia e por seus pensadores, a Grécia também possuía um rico cenário no que dizia respeito à prostituição tanto feminina quanto masculina. Havia diversos tipos de prostitutas: as prostitutas do templo, as cortesãs de classe alta, dançarinas, prostitutas-dançarinas, escravas de bordel, além dos serviços de meninos adolescentes, concubinas, escravas domésticas. Para as mulheres casadas na Grécia, estava reservado o espaço doméstico e a procriação de filhos legítimos para seus maridos. Para os homens, a fonte do prazer estava na rua com as prostitutas.

Na Grécia, o culto a deusa Afrodite, considerada a deusa do amor, se dava por intermédio da construção de templos e rituais para louvá-la. Essas simbologias marcam a história dos gregos até os dias atuais. Algumas prostitutas eram consideradas a encarnação de Afrodite. Participavam dos rituais em homenagem à deusa, e mereciam o respeito e a atenção da população e dos governantes. Essas prostitutas eram conhecidas como *hieroduli*, consideradas criadas da deusa, eram escravas com mais regalias que as *deikteriades* ou prostitutas-escravas.

A aristocracia grega era composta por fazendeiros e comerciantes que usavam de autoridade para apoiar a condução dos ditadores ao poder, um desses ditadores foi Sólon. Esse foi o responsável pelo conjunto de Leis que regulamentava a posição das mulheres na sociedade ateniense, corroborou para a

institucionalização da separação entre as mulheres que seguiam as normas prescritas e o restante que ficasse fora, era considerada as “*más*”. Eram reforçados os aspectos voltados ao casamento, às habilidades domésticas, etc. O acesso ao conhecimento intelectual era proibido, já que isso era caracterizado como marca das prostitutas. Ou seja, para esse ditador, as mulheres ou eram esposas, ou prostitutas.

As mulheres pobres, as estrangeiras e as escravas que trabalhavam fora de casa e viviam independentes de um homem, eram consideradas prostitutas, o que de fato ocorria com certa frequência, visto que as mulheres que não eram casadas, tinham poucas escolhas além da prostituição.

Diante do crescente florescimento da prostituição em Atenas, Sólon logo percebeu as enormes vantagens que esse tipo de atividade poderia trazer. Mediante essa constatação, ele próprio passa a gerir o negócio, fazendo proliferar os bordéis oficiais por toda a Atenas, regulados pelo Estado.

Com o êxito do empreendimento, Sólon conseguiu aparelhar todo o exército e construir o porto de *Pireus*, a história aponta que a construção do magnífico templo em honra a Afrodite, a deusa grega do amor, por Sólon, foi em agradecimento aos lucros obtidos com o comércio sexual. Outras cidades gregas também se destacaram pelos grandes lucros dos bordéis.

Para os homens de Atenas, tais iniciativas do governo de Sólon eram vistas com enorme euforia. A liberdade de ter tantas mulheres a disposição fazia de Atenas um verdadeiro paraíso. Entretanto, para as prostitutas, a vida não era fácil, muitas prisioneiras de guerras eram escravizadas nos bordéis, compradas nos mercados públicos por representantes do Estado, instituídos para essa tarefa.

Segundo Roberts (1992), os ganhos das prostitutas eram controlados pelo Estado e não eram pagos a elas, mas a um funcionário que administrava o bordel como empresa pública. Sem ter como sobreviver, as prostitutas recorriam aos presentes dos clientes, mas até esse, Sólon, de algum modo tratava de taxar e tirar algum proveito.

É importante destacar, que apesar da legislação de Sólon, proliferavam-se também o comércio do meretrício independente, advindos do suborno e da corrupção dos funcionários do Estado. Nessas áreas, as prostitutas comandavam as atividades, aos homens só eram dispensados a condição de clientes. Essas cafetinas, também denominadas de “*madames*”, acumularam grandes riquezas.

Portanto, observam-se nesse período as primeiras formas de cafetinagem na atividade prostitucional. Os homens faziam fortunas com a exploração dos corpos dessas mulheres, por um lado os administradores dos bordéis, do outro os coletores de impostos e por fim o Estado, juntos eram os responsáveis diretos pela exploração de milhares das mulheres na prostituição.

Outra civilização importante a ser enfatizada para historicizar a prostituição é a Romana. Conhecida pela abundância das práticas sexuais, e de ruptura com qualquer noção de pacto moral ou sexual, a antiga Roma teve a marca do culto ao prazer por intermédio da vivência das fantasias primitivas. Junto com a crescente urbanização, floresceu a prostituição.

A prostituição não era propriamente exaltada, visto que, quem a exercia estava na base da pirâmide social, mas era vista como totalmente necessária, inclusive como fonte de renda para a nobreza. Muitas vezes, as senhoras mantinham as escravas como prostitutas, ganhando dinheiro para elas próprias.

As esposas da classe dominante, ao contrário dos gregos, mediante a autorização dos maridos, frequentavam os espaços públicos como os templos e os tribunais, e tinham autorização para se instruir, com tutores que vinham as suas casas. Nesse sentido, as distinções entre as senhoras respeitáveis e as que não o eram baseava-se num tabu mais de natureza social do que sexual.

O império Romano era indiscutivelmente permeado por excessos sexuais, e era a classe escrava e os criados que suportavam os assédios e os abusos sexuais dos seus donos. Uma vez que o poder era concentrado nas mãos dos imperadores, que se consideravam divindades com amplos poderes para dispor impiedosamente de todas as dimensões da vida dos(as) escravos(as).

O denominado “circo sexual” imperial romano, desde Júlio César, cultivava verdadeiros cenários de orgias sexuais. Nesse sentido, uma das lendas imperiais mais famosas foi provavelmente a de Messalina¹⁸, esposa de Cláudio, que saía às ruas romanas para se prostituir, tal qual as prostitutas. Muitas vezes ainda insatisfeita depois que os bordéis fechavam, tinha que ser expulsa, em um dos casos, teria contratado uma prostituta conhecida por sua disposição sexual e desafiá-la a competir com ela para ver quem satisfazia sexualmente o maior número de homens por uma noite. A imperatriz venceu.

¹⁸ Vale ressaltar que até os dias atuais o termo messalina ainda é bastante recorrente na definição da prostituta.

Apesar da prostituição no Império Romano ser naturalizada, e embora Roma não possuísse os bordéis estatais como na Grécia, foram os romanos os responsáveis pela introdução na Europa do primeiro sistema de registro estatal das prostitutas da classe baixa, resultando na divisão das prostitutas em duas categorias, as meretrizes registradas, e as *prostibulae* (origem da palavra prostituta) não registrada. As prostitutas da classe alta não eram obrigadas a se registrar, assim como as atrizes, dançarinas e instrumentistas que também paralelamente se prostituíam.

Além do registro, as leis determinavam também que todas as prostitutas da classe baixa deviam vestir-se de modo a se distinguir das mulheres “respeitáveis”. Portanto, a vestimenta escolhida foi a *toga*¹⁹ masculina, em vez da *stola*²⁰ feminina, traje comum na época. Eram ainda, supostamente, proibidas de usarem trajes púrpuros, sapatos, jóias ou um tipo de prendedor dos cabelos usados pelas madames romanas, bem como a usar sandálias e as roupas deveriam ter padrões florais. (ROBERTS,1992).

Como forma de resistir a essas imposições, as prostitutas recorriam às roupas excêntricas, tingiam seus cabelos de tons avermelhados ou amarelados, pintavam o rosto e usavam roupas transparentes, o que as fazia rapidamente reconhecidas.

É importante destacar, que na Roma antiga, a sexualidade e a prostituição eram de fato vivenciadas abertamente, além disso, era explorada pelo Estado, que tirava proveito, através dos impostos, do comércio sexual. Desde o imperador até os funcionários do Estado que lucravam com a exploração da prostituição, estando esta, portanto, profundamente ligada à economia romana. Destarte, só após a desintegração do mundo romano com o surgimento do cristianismo é que essa condição passou a ser revista.

Nesse sentido, a partir do cristianismo os homens que detinham o poder começaram a conceber a prostituição como uma condição moralmente reprovável e as prostitutas como uma ameaça à ordem estabelecida para a “boa” sociedade, presume-se, portanto, o surgimento de uma nova era de restrições à mulher.

A partir desse momento, as religiões que se seguiram, tanto o cristianismo como o islamismo, só vieram a fortalecer o estigma da prostituta, reforçando a

¹⁹A toga era uma peça de vestuário característica da Roma Antiga.

²⁰ Na Roma antiga, a *stola* era um traje longo que vestia as mulheres por cima da túnica.

dicotomia entre boas e más, deixando para trás a prostituta-deusa e elegendo mitologicamente como símbolo do pecado original uma Eva sedutora, que levará a humanidade a um desastre sem precedente, embebida de uma curiosidade carnal, seduz um Adão destituído de vontades próprias entregue aos desejos libertinos.

Após a queda da civilização romana, o Ocidente entrou em um período denominado de *Idade das Trevas*, um período que compreendeu mais ou menos os cinco séculos posteriores à queda da referida civilização, momento marcado pelo surgimento da igreja cristã. Esse período foi marcado pelo poder da igreja, o cristianismo tornou-se o credo oficial de toda a estrutura imperial. Instituiu-se o clero com o intuito de converter toda a cultura ocidental por intermédio dos ensinamentos, que culminaram na condenação dos atos sexuais, foi nesse período que se propagou a noção e posteriormente, ressaltada pela doutrina cristã, de que o sexo no casamento deveria ser destinado à procriação, o sexo por prazer, ou o extraconjugal eram, amaldiçoados.

Consequentemente, as prostitutas foram perseguidas por suas práticas serem de natureza essencialmente sexual. No entanto, não podendo controlar totalmente as regras impostas pela igreja para a monogamia dos seus fiéis, as prostitutas passaram a ser identificadas como a “*luxúria miserável da carne*”, como uma espécie de descarga, para eliminar o excesso sexual que impossibilitava os homens de estar à altura de Deus. Nesse sentido, um mal necessário. É importante enfatizar que a igreja pregava a misoginia fundamentalmente por considerar a mulher como a causadora do declínio da raça humana, e, portanto, merecedora de todas as condenações a elas infligidas.

A *idade das trevas* deixou como legado cultural a propagação da culpa, que enclausura as pessoas em um ciclo infinito, composto pelo dualismo pecado e arrependimento. E a intolerância com que essa religião tratou as mulheres pecadoras, que desviar-se da moral conservadora muito se assemelhava à civilização hebraica.

3.2 A prostituição na era moderna

No final do século XIX e início do XX, período marcado pela emergência da sociedade de mercado, pela grande onda de industrialização e pelo fenômeno do

crescimento das cidades. Todas essas transformações culminaram em mudanças significativas no comportamento social, sexual e cultural das mulheres no Ocidente.

Esses novos padrões de comportamento ameaçavam à ordem sexual estabelecida. Nesse sentido, a burguesia sinalizou para a necessidade de instaurar uma disciplina social que deveria ser rigorosamente seguida por todos(as). Para tanto, fazia-se necessário estender o modelo da família nuclear patriarcal para as massas. A ideia era que, seguindo tais padrões comportamentais, a sociedade estaria assegurada a moralidade.

Nesse sentido, as restrições à prostituição se intensificam, fundamentalmente porque as prostitutas representavam um obstáculo real para a disseminação desse modelo de família, visto que, induziam os homens a atos imorais, representando assim, a eminência real de subversão moral, projetados pela classe média. Com efeito, a eminência da Primeira Guerra Mundial acarreta uma onda de moralidade que volta a assolar a sociedade, e as prostitutas, por suas práticas, foram as principais vítimas das ações para o controle da suposta “*degradação social*” que elas provocavam.

Para controlar tal “*degradação*”, o Estado foi mais chamado a intervir por intermédio de interdição/proibição e/ou regulamentação/legalização da atividade prostitucional. Nesse período, buscou-se por intermédio da intervenção estatal um modo de combater o denominado “*mal*” da prostituição. Médicos e policiais intensificaram suas ações no intuito de coibir essas práticas, mais intensamente pelo surgimento da sífilis²¹ (que não possuía uma medicação eficaz) e da gonorréia²², transmitidas por relações sexuais, cuja disseminação foi atribuída às prostitutas.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a sociedade voltou seus interesses para outros fatos deixando de lado o controle das práticas prostitucionais, depois de mais de um século de campanhas, sem muito êxito no sentido de extinguir a prostituição. Destarte, havia outros acontecimentos bem mais importantes a serem tratados e que secundarizavam a prostituição, a exemplo da Revolução Russa, da Grande Depressão, da Segunda Guerra

²¹A sífilis é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Treponema pallidum* adquirida por contato sexual com pessoa contaminada, por beijo ou por transfusão de sangue. Quando não tratada pode progredir, tornando-se crônica e com manifestações sistêmicas. Manifesta-se em três fases: primária, secundária e terciária. As características mais marcantes da infecção são apresentadas durante os dois primeiros estágios (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

²²A gonorréia é a mais comum das DST. Também é conhecida pelo nome de blenorragia, pingadeira, esquentamento. Nas mulheres, essa doença atinge principalmente o colo do útero (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Mundial, da ascensão do fascismo e da Guerra Civil Espanhola. Diante dessa conjuntura, a sociedade pouco se volta para a problemática da *indústria do sexo*.

Efetivamente, a preocupação com aspectos ligados a moralidade da sociedade só voltou a ser tratada durante a Segunda Guerra Mundial. As ações para conter a suposta “*degradação social*” que as prostitutas podiam causar na sociedade, retornaram a pauta de discussões, salvo poucas especificidades, o tratamento dispensado a estas não foi diferente do já desenvolvido em outros momentos históricos.

A partir do final da década de 1920, quando Stalin aumentou seu controle sobre a União Soviética, criando o mega-Estado totalitário que iria durar quase sessenta anos, a agenda sexual política deslocou-se do liberalismo para a reconstrução da família. A prostituição, um vício das sociedades capitalistas degeneradas que jamais poderia existir na utopia socialista, foi abolida da noite para o dia: o grande líder declarou que havia dado fim aos maus e velhos tempos do capitalismo (ROBERTS, 1992, p.329).

No entanto, em alguns casos, mesmo diante da proibição, o comércio do sexo se mantinha na clandestinidade, os homens permaneciam solicitando o sexo, e as mulheres continuando a vendê-lo. Contraditoriamente, a União Soviética de Stalin, que adotava uma intensa política de repressão, mantinha os bordéis privados para os membros da aristocracia.

Nos estados fascistas, o tratamento da prostituição se deu de maneira mais conservadora, de modo que “Mussolini aprovou uma legislação confirmando os bordéis regulamentados em 1923, 1931, e 1940, e o Partido Nazista reintroduziu-os na Alemanha assim que subiu o poder em 1933” (ROBERTS, 1992, p.329).

No entanto, na Alemanha de Hitler, a política sexual era bastante repressora, e, sobretudo, patriarcal, ressaltava-se a importância da maternidade na vida da mulher e estigmatizavam-se as prostitutas. Segundo Roberts (1992), nesse período, as prostitutas clandestinas tinham suas roupas marcadas com estrelas negras e eram enviadas para os campos de concentração nazista, onde eram submetidas a ações arbitrárias da polícia e obrigadas a ajudar na construção de

Auschwitz, sob chuva ou neve, vestido apenas roupas íntimas, o que acarretava que em pouco tempo morriam de fome e frio.

Destarte, o nazismo e o totalitarismo foram períodos muito difíceis na vida, não só das prostitutas, mas dos demais segmentos estigmatizados. No entanto, quase não se tem registros na história de como foi a vida dessas mulheres na Segunda Guerra Mundial.

Os Estados Unidos, por sua vez, se utilizaram da guerra para conter a indústria do sexo, por intermédio do fechamento dos bordéis que haviam se disseminado no período entre as duas grandes guerras. Nesse sentido, Roberts acrescenta que:

Quando os homens saíram para a guerra e as mulheres ingressaram na força de trabalho industrial, ganhando relativamente bem e fazendo surgir o terrível espectro da libertação das mulheres da classe trabalhadora do gueto dos baixos/nenhum salário, os homens que estavam no poder sucumbiram a um ataque de pânico moral. As prostitutas foram os bodes expiatórios, punidas com a repressão sexual tradicional, patrocinada pelo Estado: as autoridades deram poder aos funcionários da polícia e da saúde para deter qualquer mulher que eles definissem como “delinquentes sexuais”, e sujeitas a exames para doenças venéreas[...] poucas das quais realmente portavam doenças venéreas, passavam de quatro a cinco dias na cadeia esperando o resultado dos exames [...] (ROBERTS,1992, p. 331).

Igualmente, Roberts (1992) adianta que em meados do século XX, a vida de uma prostituta era tão difícil e perigosa quanto sempre foi, seja na Alemanha de Hitler, na Rússia de Stalin, ou nos Estados Unidos.

Na atualidade, o mundo assiste um desenvolvimento exponencial do mercado sexual, que inclui, dentre outras vertentes, o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial, gerando enormes lucros para o crime organizado. Podendo remetê-las a situação análoga à escravidão, que tem absorvido milhares de mulheres, que na esperança ter uma vida melhor, acreditam nos argumentos dos aliciadores. Enganadas com promessas de emprego ou casamento, elas acabam tornando-se “prezas” fáceis para o tráfico de seres humanos²³. De acordo com dados

²³De acordo com pesquisa realizada pela BBC na Europa, em 2002, 15% das mulheres obrigadas a se prostituir na Europa seriam brasileiras, somando aproximadamente 75 mil mulheres, o que levaria o país ao posto de maior "exportador de escravas" da América do Sul. 95% delas teriam sido

da Organização das Nações Unidas (ONU), tal crime consiste em promover ou facilitar a entrada de mulheres, no território nacional, para exercerem a prostituição, ou a saída, para que executem esse tipo de atividade fora do país.

Segundo Jesus (2003), As redes de OSCs²⁴, integradas às iniciativas de proteção das vítimas do tráfico, elaboraram os Padrões de Direitos Humanos (PDH) para o Tratamento de Pessoas Traficadas, nos quais há a seguinte definição de tráfico de pessoas.

Todos os atos ou tentativas presentes no recrutamento, transporte, dentro ou através das fronteiras de um país, compra, venda, transferência, recebimento ou abrigo de uma pessoa envolvendo o uso do engano, coerção (incluindo o uso ou ameaça de uso de força ou o abuso de autoridade) ou dívida, com o propósito de colocar ou reter tal pessoa, seja por pagamento ou não, em servidão involuntária (doméstica, sexual ou reprodutiva), em trabalho forçado ou cativo, ou em condições similares à escravidão, em uma comunidade diferente daquela em que tal pessoa viveu na ocasião do engano, da coerção ou da dívida iniciais (JESUS, 2003, p.07).

Contudo, não há um conceito claro do que venha a ser tráfico de seres humanos e isso tem gerado algumas controvérsias para o completo entendimento sobre a sua real definição.

[...] Ora, a maior ou menor amplitude dada ao conceito pode influenciar as políticas de combate ao fenômeno e, não raras vezes, é objeto de alguma instrumentalização por parte dos Governos, instâncias internacionais ou mesmo organizações não governamentais (ONGs) que o definem segundo os objetivos políticos de uma agenda própria [...] (MAGALHÃES, 2008).

O tráfico, para fins de exploração sexual comercial, por se constituir, por um lado como uma exploração e por outro, por envolver o sexo, é um fenômeno que permanece na clandestinidade “oculto”, ilegal, vergonhoso e destrutivo para as vítimas. Por essas razões, a sua identificação torna-se difícil, com reflexo na própria

traficadas.

²⁴ *Global Alliance against Trafficking in Women, Foundation against Trafficking in Women International Human Rights Law Group.*

intervenção, seja no combate aos traficantes, seja no apoio às vítimas (CCEM, 2003).

Para a mulher traficada, há uma dupla estigmatização, a que historicamente acompanha a prostituição, e a oriunda da condição de ilegalidade que a acompanha no seu processo migratório.

No Brasil, desde 2006, o governo Federal colocou em prática a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A estratégia utilizada foi a instalação via convênios, núcleos de enfrentamento ao problema nos estados do Rio de Janeiro, Pará, São Paulo, Pernambuco e Goiás. Segundo a representante da coordenadoria do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da Presidência da República, Cyntia Bicalho Uchoa, a ideia, é implantar esses núcleos em todos os estados. Tais núcleos teriam a tarefa de coordenar as ações governamentais contra o tráfico de pessoas em locais onde é mais incidente esse tipo de crime.

Nos últimos anos, o tráfico de mulheres brasileiras para o exterior deixou de ser um fato ocasional, para transformar-se em um evento sistemático, ramificando-se por vários Estados do país. As primeiras investigações desenvolvidas pelas autoridades brasileiras acerca das condições em que se encontram as mulheres levadas para o exterior, tem um tratamento permeado pela brutalidade dos (as) agenciadores (as). Segundo verificou-se, as vítimas, em sua maioria, viajavam para o exterior ludibriadas por promessas de trabalho em atividades consideradas regulares, como enfermeiras e babás (JESUS, 2003). Ao chegarem, eram obrigadas a se prostituir e vivendo em condições miseráveis, com exaustivas jornadas e trabalho forçado, análogas à condição de escravidão. Endividadas e sem possibilidade de retorno às suas cidades de origem, uma vez que seus passaportes eram confiscados, isso fazia com que elas permanecessem aprisionadas nesses locais.

Atualmente, a situação se mostra diferente em relação ao consentimento das mulheres, mas isso não quer dizer que seja menos preocupante. Segundo Jesus (2003), percebe-se que uma parcela significativa das mulheres que seguem para o exterior têm consciência da atividade que vai exercer, e esse consentimento gera uma situação delicada, em que o combate desse tipo de delito torna-se mais complexo, visto “[...] as autoridades policiais terem a obrigação de investigar as redes de aliciamento, de transporte e de exploração, independentemente da anuência anterior por parte das vítimas” (JESUS, 2003, p.75). Vale ressaltar que

apesar de muitas saberem tratar-se de prostituição, desconhecem as condições as quais estarão submetidas.

3.3 O estado e a intervenção no sistema prostitucional

Desde meados do século XIX, os principais atores institucionais a atuarem na regulação e manutenção da prostituição, principalmente, no Rio de Janeiro, foram a polícia e as autoridades sanitárias. “Os médicos apresentavam as idéias de como controlar a prostituição [...] e os chefes de polícia nas décadas seguintes, a tentar implementá-las” (RAGO, 2008, p.151).

Fundamentados na justificativa de proteção da população contra a disseminação de doenças, “principalmente aquelas transmitidas por via sexual, os órgãos governamentais brasileiros desenvolveram [...] uma série de campanhas e ações de controle, dirigidos às mulheres que atuavam na prostituição” (TEIXEIRA, 2003, p.67).

É importante ressaltar que nesse momento já se organizava um movimento abolicionista que se confrontavam esse sistema de regulação desenvolvido pelo Estado. Segundo Rago:

Aqueles que se posicionaram contra o sistema regulamentarista de controle da prostituição, sobretudo a partir de 1870, questionavam basicamente a interferência estatal numa esfera da vida que consideram extremamente privada (2008, p. 152).

A Sociedade brasileira, ao longo da história, desenvolveu diferentes formas de analisar a prática da prostituição, uma delas foi norteadas pelas perspectivas do regulamentarismo e o abolicionismo, que davam o tom das discussões. Para a tendência regulamentarista, a participação do Estado era fundamental para regular o que consideravam ser uma necessidade da sociedade. Como bem argumentou Cora Coralina no seu poema “Mulher da vida” (1975):

Nem a sociedade dispensa estas meretrizes “para que na sociedade possam coexistir a inocência, e castidade e a virtude” e também

“para que a família humana possa subsistir sempre, estrutura sólida e indestrutível da sociedade”.

Para os (as) abolicionistas, tais propostas eram entendidas como uma intromissão estatal, [...] uma interferência na liberdade individual, algo inconcebível na perspectiva deles” (TEIXEIRA, 2003, p. 66).

A perspectiva denominada “proibicionista” se apresentou no cenário mundial como uma alternativa para a busca do enfrentamento da prostituição. Ao consolidar-se, passou a pautar a intervenção pública em muitos países. Tal perspectiva, defendia a criminalização da prostituição, tipificando-a como um delito penal.

No Brasil, o modelo regulamentarista, mesmo não tendo sido oficializado como a política estatal, teve bastante influência na construção das medidas de controle da atividade prostitucional.

Vale ressaltar que para justificar suas propostas de intervenção, o discurso higienicista²⁵ atribuía às mulheres prostitutas a condição de fontes de contágio.

Nesse cenário, o estigma da prostituição era utilizado como estratégia para o disciplinamento das mulheres mediante a medicalização da sua sexualidade. Tal intervenção, assim como na Europa, era justificada pelos médicos em nome da defesa da saúde da população ante o eminente “*perigo venéreo*”²⁶ representado pelas prostitutas. Como assinalou Engel *apud* Teixeira (2003), a associação da prostituição com a doença tinha desdobramentos diversificados e amplos:

A análise do campo semântico das palavras prostituição e prostituta revela que o sentido da doença não se restringe ao aspecto físico, compreendendo também uma dimensão moral e uma dimensão social. Assim a prostituição é classificada como uma doença que, transcendendo a extensão física do corpo, atinge a família, o casamento, o trabalho e a propriedade (p. 169-170).

²⁵ Perspectiva que influenciou a posição do Brasil do final do século XIX e início do século XX.

²⁶ Termo utilizado por Rago(1985) em sua obra Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade.

Alexandre Parente-Duchâtelet, renomado médico francês, desenhou um perfil para as prostitutas que foi rapidamente reproduzido por vários segmentos, inclusive por elas próprias. Tal perfil rebateu também para as mulheres casadas, visto que, ao se contrapor ao modelo de promiscuidade, contribuiu para que as mulheres, ditas virtuosas, adotassem modo de vida que fortaleciam os aspectos relacionados à maternidade e a submissão. Ou seja, quanto mais se afastavam do perfil da prostituta, mais próximas ficavam do imaginário de mulher casta, que vivia para o casamento, para os filhos e para a família, valores que eram reforçados pela classe dominante e demais instituições.

Nesse sentido, a concepção que os saberes médicos dispensava para a constituição das “*mulheres da vida*” era de que:

[...] A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação dos seus desejos libidinosos e devassos. Ela “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral. Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um apetite sexual exaltado, [...] inato e incontido, que leva a precocidade, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito (RAGO, 1985, p.89).

As características apontadas pelo saber médico reforçavam a ideia de um instinto natural, como se todos os atos das mulheres prostitutas fossem uma espécie de doença hereditária que carecia de intervenção.

Segundo Rago (1985), alguns estudos patológicos buscavam provar inclusive a disposição da prostituta para o crime,

são também inúmeros os estudos que pretendem provar através da antropologia criminal que as prostitutas, assim como os criminosos e anarquistas, possuem uma configuração do cérebro diferente e alguns sinais orgânicos que as distinguem da maioria das pessoas normais (p.90).

Concomitante a isso, havia as repressões médicas que perpassava a profilaxia da sífilis, além da repressão moral contra, segundo eles, a desordem promovida pelas meretrizes. Instalou-se a penalidade quanto à conduta dispensada pelas mesmas, caso afrontassem a sociedade e o Estado. Tal penalização veio pelo viés da medicina, a polícia cabia a função de capturar as prostitutas para o cumprimento das exigências médicas (MAZZIEIRO, 1998).

No início do século XX²⁷, os procedimentos higienistas não se diferenciavam dos adotados em momentos anteriores, as prostitutas continuaram a ser responsabilizadas pela disseminação de doenças advindas das práticas sexuais. Nesse sentido, as prostitutas, segundo Guimarães & Merchán-Hamann:

[...] foram categorizadas como responsáveis pela degradação física e moral dos homens e, por extensão, pela destruição das crianças e famílias. Ademais, elas pervertem com o exemplo desregrado de suas vidas públicas e do exercício de sua sexualidade, a moral da mulher-mãe, cuidadora, restrita a vida privada do lar (2005, p. 19).

Os discursos médico, religioso e policial eram homogêneos no sentido de reforçar as representações sobre a prostituta, atribuindo-lhe uma significação marginal que compôs a percepção de parte da sociedade.

A ascensão de Vargas ao poder, em 1930, marca uma época de consagração da polícia, como a principal base para a consolidação do regime, cabendo-lhe implementar as medidas que permitiriam o florescimento de uma nova era, marcada pela moralização dos costumes sociais e políticos. Ressaltando que a repressão à prostituição foi incluída entre as ações a serem implementadas com este fim. Para tanto, a polícia adotou medidas de caráter “regulamentarista” nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, visando retirar as prostitutas dos locais públicos por onde circulavam a “boa sociedade” e transferir as zonas de meretrício

²⁷ No passado, tanto no Brasil quanto em outros países, no plano do cuidado com a saúde dos homens, o advento das doenças venéreas, principalmente a sífilis, para a qual não havia medicação curativa eficaz, trouxe a necessidade de implantação de uma intervenção profilática em que foi focalizada, nesse sentido, a prostituição. Esse fato fomentou o debate entre partidários do neo-regulamentarismo e os do abolicionismo (liberal ou proibicionista) e, ao mesmo tempo, norteou a política sanitária implementada então no Brasil para o combate à prostituição. Deste modo, as doenças venéreas justificaram a repressão, tendo como base discursiva a medicina higienista que fundamentava seus pressupostos na busca do bem-estar da população (GUIMARÃES & MERCHÁN-HAMANN, 2005, p. 03).

para áreas mais afastadas da cidade, não poupando nem as que já havia se consolidado nos locais, mediante as repressões as prostitutas que tentaram continuar trabalhando na clandestinidade sofreram todo tipo de violência (GUIMARÃES & MERCHÁN-HAMANN, 2006).

É importante destacar que as ações embasadas na perspectiva regulamentarista de controle, via campanhas de prevenção adotadas pelos Estados pouco evoluíram no século XX, visto que nas ações engendradas nesse contexto ainda perduravam o caráter mais de punição e segregação do que de proteção social para com o segmento prostitucional. Nesse sentido, o tratamento hegemônico dispensado à prostituição permaneceu em um movimento pendular, conforme Teixeira (2003). O Brasil é exemplo claro desse paradoxo, por um lado, os governos subsidiam ações de prevenção junto às “*Profissionais do Sexo*” e, por outro, se orienta pela perspectiva abolicionista com vistas à eliminação da atividade prostitucional.

O final dos anos 1960 e início dos 1970 é marcado pela “revolução sexual”, um movimento que surge como importante fenômeno cultural que marca rupturas no comportamento sexual nas sociedades ocidentais no século XX, contribuindo para uma maior emancipação das mulheres, principalmente com o surgimento da pílula anticoncepcional e a conseqüente desvinculação da sexualidade e reprodução. Nesse sentido, o anticoncepcional significou uma mudança, tanto nos hábitos sexuais, quanto no conceito de sexualidade. “[...] mais do que qualquer coisa, a revolução sexual tornou o longo período de sexo pré-marital e a pluralidade de parceiros sexuais durante a vida um fenômeno “normal”, tanto no sentido estatístico quanto no moral” Therborn (2006). (p.310), contribuindo para uma maior emancipação e autonomia das mulheres em relação ao controle do seu corpo.

É importante destacar, nesse contexto, a ascensão do movimento feminista, na Europa e EUA, e seu papel na luta pela libertação das mulheres, desenvolvendo ações de confronto radical com a família, o Estado e a Igreja. Dentre essas ações, queremos destacar a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, que tem como substrato o questionamento da maternidade como realização máxima da mulher, bem como da heteronormatividade da vida social²⁸.

²⁸ Ver Ferreira (2006).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1988, instituiu a denominação “saúde reprodutiva”, visando estender o conceito global de saúde à área da reprodução humana.

Essa concepção da OMS orientou toda a fase preparatória para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, realizada em 1994, referente à reprodução, que apresentou avanços significativos ao incorporar as dimensões da saúde reprodutiva numa perspectiva de direitos, conceituando saúde reprodutiva como:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem estar físico, mental e social em todos os assuntos concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não à simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para reproduzir e liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo (BERQUÓ, 2003, p.07-08).

Esse foi sem dúvida um passo fundamental para a garantia dos direitos reprodutivos. Ademais, historicamente, a saúde reprodutiva esteve restrita ao controle de natalidade, sob o argumento de que o crescimento populacional se configurava como uma limitação ao desenvolvimento econômico. A luta do movimento feminista, que trilha uma trajetória oposta a essa concepção limitada, mas, infelizmente ainda presente, produziu novos rumos para essa discussão, trabalhando a indissociabilidade entre direitos sexuais e reprodutivos, numa perspectiva de assegurar a autodeterminação, a liberdade e a autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua vida.

O movimento feminista propõe a desvinculação entre sexualidade e reprodução, uma vez que a saúde da mulher, se limitada à atenção materno-infantil, excluindo o direito das mulheres a não maternidade. Nesse contexto, o movimento feminista brasileiro pressiona o Estado a criar o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, que rompe conceitualmente com as ideias até então vigentes, incorporando ações educativas, preventivas, de diagnóstico,

tratamento e recuperação, no que se refere à saúde da mulher, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres.

Em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, a expressão “direitos sexuais” ganhou força e visibilidade, apesar das controvérsias, visto que foi eliminado do documento final da CIPD no ano anterior. A partir de então, a concepção de direitos sexuais passa a fazer parte dos debates em torno dos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito a ter controle sobre os aspectos que permeiam a sua sexualidade, incluída aí sua saúde sexual e reprodutiva, bem como a livre decisão a respeito dessas temas sem serem vítimas de coerção, discriminação ou violência (CORRÊA & ÁVILA, 2003).

Percebemos, portanto, que a concepção acerca dos direitos sexuais e reprodutivos foi se legitimando concomitantemente ao amadurecimento das idéias sobre saúde reprodutiva e sexual.

Apesar destas conquistas, em termos conceituais-legais acerca da saúde reprodutiva e sexual, há um distanciamento entre os marcos legais e a realidade de efetivação desses direitos. Exemplo disso é a omissão do Estado em garantir políticas públicas universalizadas que assegurem, com qualidade, o pleno acesso à saúde reprodutiva e sexual como uma condição básica de cidadania, especialmente para “profissionais do sexo”, negras(os), pessoas com orientação sexual não heterossexual e aquelas pertencentes às classes sociais subalternas, já que são estes os setores mais discriminados socialmente (QUEIROZ, 2005).

Mediante a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, algumas normas e regras conservadoras, principalmente religiosas e patriarcais, resistem ao longo dos tempos nas sociedades ocidentais. A tentativa de libertação da ideia, por muito tempo recorrente, de que os atos praticados fora do casamento, ou por prazer, eram pecado, e, portanto, condenáveis, ainda encontram alento em muitos segmentos da sociedade contemporânea. Um delas é a dissociação entre as mulheres para casar e as para transar (prostitutas).

Poderíamos esperar que a partir das transformações dos valores e práticas sexuais, expressos numa vivência mais autônoma da sexualidade pelas mulheres, a prática da prostituição tenderia uma drástica redução. Entretanto, contrariando essa perspectiva, intensifica-se o comércio cada vez mais diversificado do sexo, desde os praticados nos bordéis, boates, bares, saunas, por telefones, sexo virtual por intermédio da internet, casas de massagem, serviços de

acompanhantes, enfim, uma gama de possibilidade para um mercado em ascensão, responsável por altos lucros em todo mundo.

Mas o que representa, na atualidade, a intensificação do sexo pago, visto que, as possibilidades de relações sexuais nos relacionamentos contemporâneos estão bem mais admissíveis pela sociedade?

O escritor Marcelo Rubens Paiva em sua obra: *A segunda vez que te conheci* (2008)²⁹, acredita que isso se dá porque existem homens que querem uma mulher descartável. Ou seja, o pagamento desresponsabiliza o cliente, que paga por um determinado serviço que não implica em sentimentos, relacionamento, fidelidade, responsabilidades etc. Além do que, essa mulher estará muito mais subserviente as suas vontades, sem lhe causar conflitos.

O interesse das prostitutas no aspecto econômico é bastante relevante para contemplar essa discussão em que a percepção de troca mediada pelo dinheiro complexifica a análise da subserviência. Contudo, é importante compreender essa relação para além dos aspectos meramente financeiras, quem ganha o quê, e vê-la na sua totalidade, ou seja, na condição de opressão/ subordinação, violência e negação das prostitutas como sujeito de direitos, fazendo com que não se vejam como pessoas, mas como mercadorias disponíveis aos homens.

Nos anos de 1980, a partir das primeiras notícias sobre a epidemia da AIDS, uma doença que chama a atenção pelo modo de transmissão, ligada às práticas sexuais, que atinge diretamente uma das esferas mais complexas da intimidade dos indivíduos, a sexualidade. Ressurge o medo que havia desaparecido desde o século XIX, com a sífilis.

Conseqüentemente, as ações adotadas pelo Estado em relação às práticas prostitucionais se fortalecem em todo mundo, como já havia ocorrido em momentos anteriores, implementou-se um rígido controle sobre as prostitutas, por intermédio das medidas profiláticas, efetuadas pelas autoridades de saúde.

A intensificação dos casos de AIDS traz consigo o reaparecimento do medo de contaminação, e isso incide na vida das prostitutas de maneira intensa, e a condição de disseminadoras a elas atribuídas, só passa a ser revisto a partir de 1986, quando novas descobertas apontam para uma redefinição do perfil da epidemia, dado o avanço do vírus HIV entre as mulheres com parceiros (as) fixos (as) e nas relações heterossexuais.

²⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. **A segunda vez que te conheci**. Ed Objetiva, São Paulo, 2008.

Como a disseminação da AIDS apresentou mudanças no que se refere ao perfil epidemiológico em todo o mundo, as medidas de prevenção tinham que ser adotadas para homens e mulheres, independentemente de números de parceiros (as) ou orientação sexual, cabendo a todos (as) a necessidade de práticas sexuais seguras. Entretanto, apesar de posteriormente comprovada a não existência do conceito de “*grupos de risco*”, e sim, comportamento de risco, ainda assim, muitos setores conservadores atribuíram às prostitutas e aos *gays* a responsabilidade da disseminação do HIV/Aids, assim como aconteceu com outras epidemias.

No início deste século, é possível constatar algumas mudanças na relação entre as instituições públicas de saúde e o universo da prostituição, principalmente no tocante à prevenção do HIV/AIDS.

No Brasil, a medida que a disseminação da AIDS ganha maior visibilidade, o Ministério da Saúde passa a atuar, tanto em nível federal como estadual, com programas e projetos para a prevenção do HIV/AIDS, por intermédio da disseminação do uso de preservativos masculinos e femininos. Contudo, observamos que tais ações ainda ocorrem de forma fragmentada no tocante a atuação junto as prostitutas, algumas ações reconduzem a perspectiva higienicista de controle da prostituição adotada em períodos anteriores.

No Rio Grande do Norte, a intervenção do Estado no tocante a prostituição está pautada em ações relacionadas exclusivamente a perspectiva de saúde sexual, com ênfase na prevenção das DST/AIDS. Na apreensão do campo, não identificamos ações interrelacionadas que tivessem, por exemplo, como objetivo, promover alternativas de trabalho caso venham deixar a prostituição, o que há é um total descaso com a realidade social, com as condições socioeconômicas e psicológicas das prostitutas.

Ademais, a discriminação de gênero, a desigualdade social, a precarização das relações de trabalho, criaram realidades nas quais principalmente as mulheres pobres procuram estratégias para sobreviver. O Brasil tem um total de 173.966.052 habitantes, dos quais 89.108.243 são mulheres (51,2%). Em geral, as mulheres brasileiras têm 0,3 anos a mais de estudo em relação aos homens (5,3 contra 5,0), contudo, os homens ainda ganham os melhores salários e obtêm os cargos mais importantes (CLADEM/BRASIL, 2002).

Verificou-se, portanto, que um grande contingente de mulheres buscam na prostituição recursos para o próprio sustento ou de sua família, recorrendo a esse

tipo de estratégias de sobrevivência para conseguir dinheiro e ter acesso aos bens de consumo. Vale ressaltar, que a relação das prostitutas pobres com o dinheiro se dá no nível da imediatez, visando solucionar demandas cotidianas de sobrevivência.

Segundo Cartaxo *apud* Viana(2008), as estratégias de sobrevivência tem seu enfoque baseada em dois ângulos de análise: os mecanismos para aumentar a renda e as formas de consumo, em razão do orçamento familiar. A referida autora considera algumas categorias para a análise do consumo: dentre elas, alimentação, vestuário, transporte, educação, saúde, habitação. Destaca ainda a riqueza de criatividade presente nessas estratégias, no que concerne, principalmente, às muitas formas de consumo.

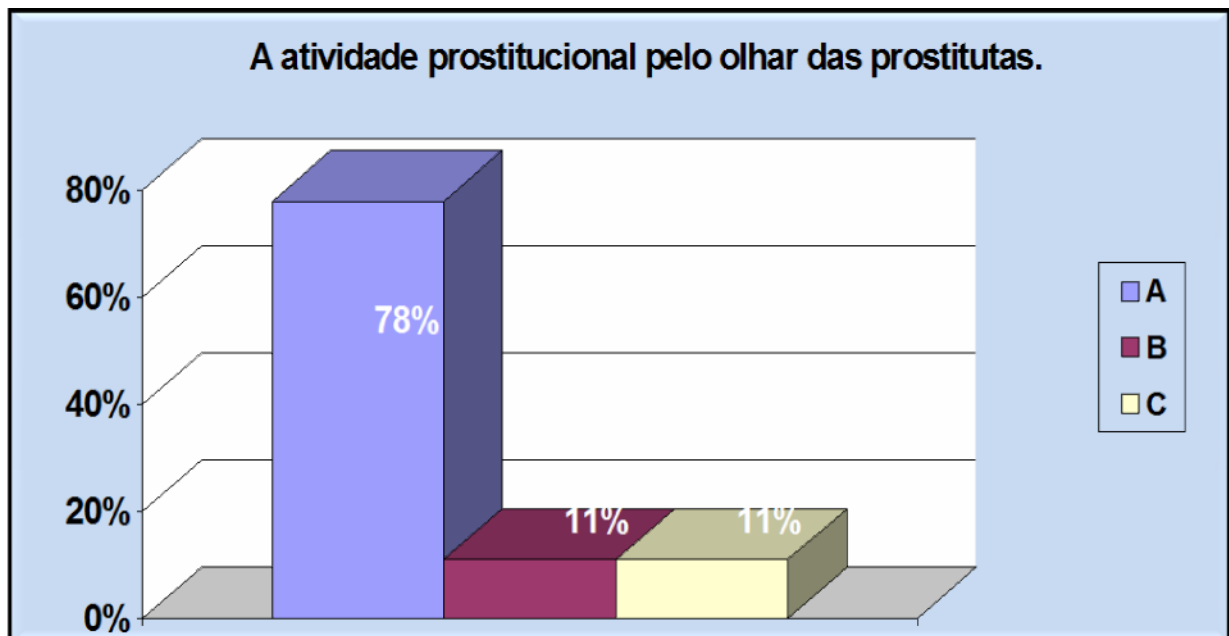
Autoras como Haguette (1982), sinalizam para a dimensão de contradição; entendendo como aspectos positivos dessas estratégias as formas criativas para a complementação da renda. Entretanto, aponta que a medida que a classe trabalhadora assume uma perspectiva conformista diante dessa questão, repercute negativamente para ela própria, visto que, fortalece o capital mediante a não valorização da mão-de-obra. Além desses aspectos negativos, a autora destaca ainda que o não atendimento das necessidades básicas compromete a própria qualidade de reprodução da força de trabalho. Assim sendo, as estratégias de sobrevivência são determinadas fundamentalmente pelo trabalho ou carência de necessidades infindáveis.

Nesse sentido, fica o entendimento de que as alternativas de sobrevivência desenvolvidas pela classe trabalhadora vêm em decorrência das necessidades impostas de reprodução da força de trabalho no capitalismo. Desse modo, as estratégias de sobrevivência se apresentam como alternativas para o enfrentamento das privações humanas oriundas do arrefecimento do orçamento familiar (CARTAXO, 1995).

3.4. A prostituição como uma estratégia de sobrevivência

O gráfico abaixo ilustra que a maioria das entrevistadas percebem a atividade desenvolvida por elas como uma alternativa de sobrevivência.

GRÁFICO 03 - O QUE MELHOR EXPRESSA SUA OPINIÃO SOBRE A PRÁTICA PROSTITUCIONAL



Fonte: Pesquisa direta

Legenda: A) É uma alternativa que as mulheres encontram para sobreviver;
 B) É uma forma da mulher exercer sua liberdade e ganhar dinheiro;
 C) É um trabalho como outro qualquer.

Eu digo que é trabalho porque é com ele que eu pago as minhas contas, mas porque eu teria vergonha de um trabalho? pra mim é um

trabalho entre aspas, porque eu jamais chegaria numa loja para fazer um cadastro, e perguntarem qual é sua profissão, eu prostituta, então não é bem um trabalho, eu acho um meio de vida, somente (LIZZIE, 36 ANOS).

Para grande parte das prostitutas, a prostituição ainda é considerada como algo transitório, apenas para garantir sua subsistência. Vale ressaltar que para aquelas oriundas de camadas sociais mais baixas, as perspectivas de mudança de atividade torna-se mais difícil em virtude do contexto da crise do capital, da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural. Desse modo, a profissão deixa de ser uma opção individual, para se estabelecer enquanto alternativa na busca da sobrevivência.

A maioria das entrevistadas admite que se encontrassem outra atividade largariam a prostituição. Contudo, as razões para que isso ocorra estão permeadas pelo prazer, compensação financeira desvinculada do trabalho doméstico.

Vale ressaltar que apesar de não identificarem a prostituição como trabalho, trazem a relação com a atividade exercida anteriormente, em sua maioria o trabalho doméstico, como parâmetro comparativo de precarização e negação de direitos, visto que, os trabalhos domésticos os quais estavam inseridas não tinham assegurado nenhum direito trabalhista. Essa precariedade faz com que elas, aparentemente, não atribuam à atividade doméstica a condição de um trabalho, fundamentalmente porque nele se incorporam, crianças, pessoas não alfabetizadas, sem qualificação profissional etc.

É importante destacar que, mesmo para os (as) empregados(as) domésticos(as) que tem acesso aos direitos trabalhistas, permanecem inseridos (as) numa categoria discriminada social e legalmente, seja pela sociedade, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, que facultam direitos garantidos a outros(as) trabalhadoras, a exemplo do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, o seguro desemprego, que só é garantido pelo prazo máximo de três meses, quando as demais categorias vão de três a cinco meses, férias de 20 dias e não 30 dias como os demais trabalhadores.

A experiência do trabalho doméstico foi, para algumas, determinante para a inserção na prostituição. Segundo suas narrativas, eram cotidianamente humilhadas pelos patrões e não tinham seus direitos trabalhistas reconhecidos. O que ganhavam não era suficiente para suprir suas necessidades, dentre elas

ajudarem a família, que em muitos casos haviam deixado no interior do Estado. Essa assertiva pode ser ilustrada nos depoimentos das entrevistadas, quando indagadas se deixariam a prostituição para exercer outra atividade.

Com certeza se aparecesse uma oportunidade né, um casamento ou um trabalho bom, mas você trabalhar nas cozinhas dos outros é igual a tá aqui dentro levando xingamento de cliente, porque eu já sai daqui, eu passei três meses fora daqui trabalhando, vendo outras coisas, eu mesma arranjei um trabalho para mim, fui trabalhar em Capim Macio numa casa de uma mulher, aí me estressei quer saber de uma coisa eu vou é voltar de novo pro cabaré, mas se aparecesse um trabalho muito bom numa fábrica, coisas melhores, principalmente porque eu penso no meu futuro e dos meus filhos, um bom casamento para mudar minha vida (TAIS, 25 ANOS).

Dependendo do que fosse, doméstica eu não quero mais nunca, esse foi um passo que dei na vida e me arrependo até hoje, fiz porque quando vim do interior, matuta não entendia de nada, aguentei cinco anos, não gostei não era muita humilhação (GENIFER, 48 ANOS).

O trabalho doméstico foi narrado como um espaço de humilhação, negação de direitos, opressão e baixa remuneração. Algumas prostitutas apresentaram a prostituição como uma alternativa a esse tipo de exploração. Desse modo, é como se entendessem que já que são exploradas, que pelo menos possam “ganhar mais” para isso, tendo mais “liberdade”.

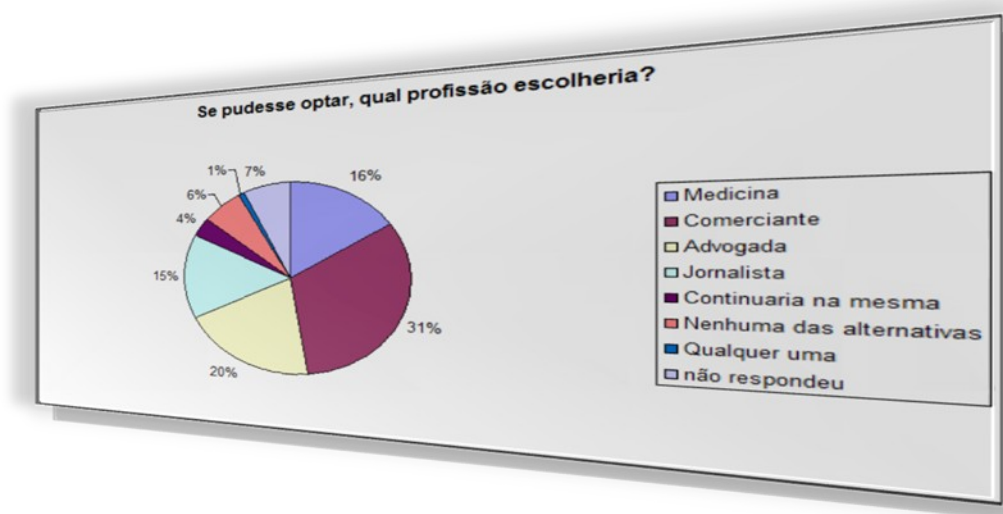
Nenhuma categoria profissional expressa tão claramente a discriminação no mercado de trabalho como a do trabalho doméstico, realizado em sua maioria por mulheres negras. Sintetizando, assim, os efeitos da dupla discriminação, de gênero e de raça, presente no mercado de trabalho brasileiro (SILVA, 2008, s/p).

Para as mulheres, o trabalho doméstico muitas vezes é a porta de entrada no mercado de trabalho, representando uma ocupação relevante, visto que, abriga um número cada vez mais significativo de mulheres. Dados de 2006, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-(PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- (IBGE) revelam a existência, no Brasil, de cerca de 6,7 milhões de pessoas no trabalho doméstico, desse total, 6,2 milhões são mulheres,

ou seja, 93,2% e 6,8% são homens. Em sua grande maioria, essas trabalhadoras têm baixa, ou nenhuma escolaridade, estão em trabalhos precarizados e desprotegidos socialmente. Nas regiões metropolitanas, cerca de 60% têm o ensino fundamental incompleto. O maior contingente é o das mulheres negras, ou seja, de cada 100 mulheres negras ocupadas no Brasil, aproximadamente 22 são empregadas domésticas. Cerca de 72,5%, não tem carteira assinada, desse contingente, 57,5% são negras (SILVA, 2008a).

O gráfico abaixo produzido pela ASPRORN, junto às prostitutas, é elucidativo no sentido de desmistificar a ideia de que as prostitutas têm a atividade como uma escolha: num universo de 97 prostitutas, apenas 4% (quatro por cento) se pudessem escolher uma profissão, continuaria na prostituição.

GRÁFICO-04 SE PUDESSE OPTAR, QUAL PROFISSÃO ESCOLHERIA?



Fonte: Projeto Diamante Bruto, 2007.

Como se pode perceber, a maioria optaria pelo comércio, o que podemos traduzir desses dados pode estar teoricamente numa maior disposição de inserção no mercado informal, visto que, as mudanças no mundo do trabalho e, mais especificamente, na mão-de-obra, têm demandado muito mais especialidade técnica dos (as) trabalhadores (as), e como a maioria das entrevistadas não dispõe de qualificação profissional, o comércio se configura como uma realidade plausível.

Como aponta Simone de Beauvoir *apud* Freitas (1996, p. 21) “na verdade, em um mundo atormentado pela miséria e pela falta de trabalho, desde que se ofereça uma profissão, há quem siga; enquanto houver [...] prostituição haverá [...] prostitutas.”

Todos(as) nós estamos inseridos(as) numa sociedade consumista onde prevalece a individualidade e o consumo sem restrições de pessoas e coisas. Nesse contexto, perceber as prostitutas como trabalhadoras tem o claro objetivo de reforçar a mercantilização das mulheres numa escala global. Como estratégias, disseminam a ideia da livre escolha, do desejo que as prostitutas apresentam pelo “trabalho sexual”, escamoteando assim, o que os estudos e pesquisas comprovam: que as mulheres se prostituem por questão de sobrevivência.

No Brasil, a elevada concentração de riqueza tem gerado condições extremas de desigualdade social que a cada momento tem ampliado o fosso que separa os ricos da grande massa de miseráveis, massa essa muitas vezes composta por trabalhadores que perderam seus empregos e não conseguem mais se inserir no mercado de trabalho, expandindo o que Marx denominou de exército industrial de reserva. A “opção” que muitas vezes restam para esses sujeitos é sua inserção em atividades que lhes deem condições de sobrevivência.

Portanto, o surgimento daquele novo trabalhador teve como contrapartida uma crescente massa de trabalhadores que, perdendo seus antigos direitos e não se inserindo de forma competitiva, ainda que funcional, no novo paradigma tecnológico, tornou-se desempregada, marginalizada ou empregada sob novas formas de trabalho e qualificação, em relações muito precárias e não-padronizadas. Desta forma, observou-se a maior fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho, com o rompimento de diferentes formas de defesa ou de segurança do trabalho constituídas no pós-guerra (MATTOSO, 1994, p. 15).

Nesse sentido, a atividade prostitucional é vista como uma estratégia de sobrevivência que muitas mulheres encontram para garantir suas necessidades básicas (principalmente moradia e alimentação). Para muitas, é o que resta quando não conseguem acesso ao mercado de trabalho. A desesperança em encontrar um trabalho mediante o desemprego estrutural aliado à falta de escolaridade e

qualificação profissional, faz com que muitas acreditem que a prostituição é o caminho que resta, pois não tem que cumprir as exigências do mercado formal.

Consideramos aqui ser pertinente, uma reflexão acerca dos aspectos que particularizam o trabalho das mulheres na sociedade do capital. Reforçamos que as condições de trabalho, ou a falta dele, tem sido historicamente um dos principais determinantes que intensificam as buscas por estratégias de sobrevivência de muitas mulheres.

O trabalho feminino, historicamente, é tido como complementar, sem qualificação e mal remunerado. Ainda hoje, em muitos espaços, prevalece à percepção reforçada pela ideologia sexista e patriarcal, que alimenta a simbologia da “Amélia³⁰ como exemplo de mulher, *de verdade*, mãe, esposa, que cuida do lar com esmero e dedicação. Por mais que a ênfase dada a esses papéis esteja menos presente hoje que há vinte ou trinta anos atrás, ainda permanece o estereótipo que reforça tais atribuições como prerrogativa que caracteriza o que é próprio do “*ser mulher*” e do “*ser homem*” na sociedade.

É salutar destacar, que a desqualificação do trabalho feminino se deve à divisão sexual do trabalho, que perpassa pela valoração diferenciada do conjunto de atividades realizadas por homens e mulheres, bem como pelas desigualdades entre os gêneros. Vale destacar que as discussões acerca da categoria *gênero* no âmbito da academia, é fruto da contribuição do movimento feminista.

Nesse sentido, a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido permeada por expressivas alterações nas dimensões do seu cotidiano, expressas de maneira contundente nas desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho e nas relações de classe e de gênero. Tal divisão funciona como uma delimitação específica e distributiva socialmente para as tarefas e funções entre os sexos, uma hierarquização que tem, ao longo da sociedade patriarcal, assegurado aos homens maior valoração e reconhecimento, sendo seu *locus* privilegiado a esfera produtiva, considerada espaço por “*excelência*” masculino, e a reprodução, “a produção de seres humanos e do sistema que os mantém em relação, função e território feminino” (NOBRE, 2002, p.62).

³⁰ Referenciando a música “Ai que saudades da Amélia” de Ataulfo Alves e Mário Lago, 1941.

É importante destacar que fatores como qualificação, oferta de mão-de-obra no mercado, tipos de trabalho etc, são articulações complexas que interagem com características pessoais e familiares na vida das mulheres trabalhadoras. Atividades como cuidar dos (as) filhos (as), marido, família, prover as necessidades do lar, estão sistematicamente presentes nas decisões que fazem com que a mulher ingresse ou não no mercado de trabalho.

Historicamente, a divisão entre as dimensões da produção e reprodução tem intensificado as desigualdades de gênero, reforçando nas mulheres a simples condição de subordinação, inferioridade, expressa de várias maneiras, seja pelo trabalho desvalorizado, desqualificado, ou ainda na submissão ao modelo sexista/androcêntrico, que relega a mulher à condição de gênero inferior, e conseqüentemente, tendo menos acesso aos espaços culturalmente determinados ao homem.

A construção social dos papéis femininos e masculinos, e a desvalorização das mulheres, tem sistematicamente deslegitimado a dimensão reprodutiva, espaço prioritariamente feminino, cujo interesse para o mercado se dá enquanto base de sustentação da atividade assalariada do homem (HIRATA, 2002).

Nesse sentido, é importante destacar que as tarefas desenvolvidas no espaço do lar, sem remuneração, muito contribuem para assegurar a força de trabalho, sendo apropriada pelo sistema capitalista, principalmente porque reduz “o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho” (SAFFIOTI *apud* NOGUEIRA 2002, p.146).

Destarte, esses fatores remontam a desigualdades que circunscrevem a dimensão do trabalho das mulheres, repercutindo diretamente na falta de autonomia econômica e, conseqüentemente, reforçando a condição de pobreza e miséria a que muitas são submetidas³¹.

Segundo Hirata (2002):

as mulheres são mais pobres, mais precárias, mais desempregadas, mais sujeitas a violência. Elas têm menos acesso as novas tecnologias da informação e da comunicação, menos acesso a formação profissional e técnica, embora desfrutem mais da educação hoje do que no passado (p.14).

³¹ Segundo dados da ONU, 70% dos pobres do mundo são mulheres.

Diante de todas as especificidades à luz da participação da mulher no espaço da produção no mundo do trabalho, uma discussão tem merecido destaque, e que está na ordem do dia em alguns países, dentre eles o Brasil, dividindo opiniões e acirrando o debate entre vários segmentos da sociedade: a reivindicação da prostituição como trabalho e as prostitutas como trabalhadoras sexuais.

As condições precárias, e por vezes insalubres, em que desenvolvem a atividade prostitucional, demonstram que as condições de vida e de pobreza determinam à inserção e permanência de muitas mulheres nessa atividade. Desse modo, tal segmento se encontra nos exemplos mais precários de inserção social, marginalizadas, sem acesso a condições dignas de moradia, higiene, alimentação, serviços de saúde, escolaridade, entre outras.

Nesse contexto contraditório do sistema capitalista, cuja consequência direta é o desemprego, a precarização dos(as) trabalhadores (as), o aumento da jornada de trabalho, enfim a ampliação da pobreza em escala mundial, tem implicações diretas na vida dos(as) trabalhadores(as), que não conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal. Desse modo, buscam alternativas nas mais variadas atividades, visando minimizar a miséria a qual são inseridos (as) no sistema dos descartáveis, dentre elas a prostituição.

3.5 Os sistemas político-jurídicos de enquadramento da prostituição

Em se tratando das perspectivas que o Estado adota para o enfrentamento da prostituição, tanto os países Europeus, quanto os Estados Unidos e a América Latina têm adotado modelos distintos de lidar com aspectos relacionados tanto as prostitutas quanto a prostituição. Esse modelo é adotado nos Estados Unidos (exceto Nevada) em Cuba, Rússia e na China. O **modelo proibicionista**, se constitui no modelo mais repressivo, sendo a prática prostitucional considerada um delito e as atividades a ela vinculadas são penalizadas, bem como as partes envolvidas, inclusive as prostitutas, que são consideradas criminosas. Em razão dessa ilegalidade atribuída à prostituição, é

bastante recorrente a interferência de agenciadores para mediar a negociação entre prostituta e cliente.

Outro modelo bastante difundido tanto na União Européia quanto nos países da América do Sul, é o **abolicionista**³². Nesse modelo, penaliza-se a exploração da prostituição admitindo que as prostitutas, mais do que criminosas, são consideradas vítimas. Portanto, “a idéia postula que, para abolir a prostituição e proteger as mulheres, o caminho seria penalizar a todos os que recrutam, organizam e se beneficiam da prostituição” (PISCITELLI, 2007, p.184). Esse modelo é bastante criticado, haja vista a presente dualidade existente, no sentido de que penalizando todos os envolvidos, a prostituição torna-se ilegal, ou seja, as prostitutas podem exercer a atividade, no entanto, tudo que a cerca é tido como ilícito, os (as) cafetões, as casas de prostituição, o que na prática a invisibilizariam.

Há, contudo, segundo Roberts (1992), um equívoco acerca do real interesse para o surgimento do movimento abolicionista. A princípio a intenção de sua fundadora, Josephine Buttler, na Inglaterra do século XIX, não era acabar com a prostituição, mas sim acabar com a regulamentação dos bordéis que abusavam das prostitutas³³. Entretanto, seus seguidores alteraram-no, passando a agir contra a prostituição, considerando-a uma violência contra a mulher e uma violação dos seus direitos humanos³⁴.

Apesar do modelo abolicionista prevalecer na maioria dos países, alguns têm regulamentado a prática da prostituição, outros retomaram recentemente as discussões, como é o caso do Brasil, que desde 1940, quando entrou em vigor o Código Penal, adota o referido modelo, tendo passado por algumas experiências com o modelo regulamentarista, criado na França, no qual a atividade prostitucional era regulada e as prostitutas recebiam uma carteira da polícia.

Recentemente, tem se apresentado para o cenário mundial o que denominaram de o "novo abolicionismo do século XXI", impulsionado principalmente pela Suécia. Esse modelo assentaria nos seguintes pressupostos: luta contra o "sistema que sustenta a prostituição" e não propriamente contra a prostituição; proteção jurídica da pessoa prostituída (no caso de mulheres imigrantes colocá-las

³²Em países como Brasil e Argentina, ele foi adotado na Convenção para a Supressão do Tráfico de pessoas e da prostituição e exploração da prostituição, de 1949 (PISCITELLI, 2007, p.184).

³³Esse período foi marcado pelo processo de higienização aos quais as prostitutas eram consideradas como esgotos seminais (RAGO, 1985).

³⁴A Suécia constitui um caso extremo de abolicionismo porque, desde 1999, castiga penalmente os clientes (KULICK *apud* PISCITELLI, 2007).

sob o sistema de refugiados políticos); penalização do proxenetismo ou qualquer tipo de exploração comercial de prostituição; penalização e conscientização dos clientes, passando o cliente a sofrer as sanções penais como: multas, prisão, educação sexual (TAVARES, 2006).

A idéia central defendida por este movimento é que no abolicionismo do século passado, o cliente ficava invisível, dado que os homens são educados para dominar pela força, pelo dinheiro e pelo sexo. Nesta nova forma de abolicionismo, seriam eles o alvo fundamental, pois se não existissem clientes, não haveria prostituição. Reconheça-se que, apesar de ainda não existir uma avaliação aprofundada destas medidas, surgem alguns indicadores de que a clandestinidade aumentou, com conseqüências graves para a vida das mulheres que se prostituem e, ainda, que muitos homens suecos vão procurar este serviço a outros países (TAVARES, 2006, p. 04).

No **modelo regulamentarista**, denominado também de legalização, adotado no Peru, Uruguai e em alguns países da Europa³⁵ a prostituição é explicitamente aceita, com algumas restrições que perpassam por aspectos, como o controle estatal, que é relacionado principalmente a saúde e a ordem pública. A regulamentação geralmente é seguida de regras aplicadas pelo Estado, visando garantir a ordem, a proteção da família e sociedade, através de controles médicos,

³⁵ Na Holanda, a prostituição é atividade legal há doze anos. Em tese, as prostitutas maiores de 18 anos têm os mesmos direitos e deveres de qualquer trabalhador, ou seja, pagam impostos, atuam com carteira assinada, plano de saúde e direito à aposentadoria. Os bordéis devem obedecer a rígidas normas de vigilância sanitária e existem até mesmo jornais dirigidos à categoria. Mas, na prática, a teoria é outra. A imagem de tolerância que atrai turistas do mundo inteiro ao *Red Light District* (Bairro da Luz Vermelha), onde se concentram as moças que exibem seus dotes em vitrines) não é assim tão cintilante. Estima-se que pelo menos 80% das 40 mil prostitutas do país sejam imigrantes em situação ilegal, incluindo as brasileiras, e apenas uma minoria desfruta de benefícios. Atuando na clandestinidade, a maioria submete-se a péssimas condições de trabalho e depende cada vez mais de intermediários. Os resultados pouco animadores levantaram a suspeita de que a legalização não passou de uma estratégia para expulsar as imigrantes. As autoridades negam, mas o Ministério da Justiça reconhece que a lei ainda não aboliu práticas trabalhistas criminosas, como o aliciamento de menores. No embate global sobre o tema, a **Holanda**, que também instituiu as *tipplezones* (zonas fechadas de prostituição), faz parte, ao lado da **Alemanha**, da frente, da chamada 'prostituição cidadã'. Segundo essa visão, da qual são simpatizantes ainda a **Áustria**, o **Reino Unido** e a **Irlanda**, é responsabilidade do Estado legalizar uma atividade da qual os próprios cidadãos têm necessidade. Do outro lado, como partidários que consideram a atividade similar à escravidão, alinham-se países como a **França**, **Itália**, **Espanha**, **Portugal**, **Finlândia**, **Dinamarca** e **Luxemburgo**. Todos são signatários da Convenção das Nações Unidas, de 1949, que julga a prostituição como incompatível com a dignidade humana. Em 1999, a **Suécia** assumiu postura ainda mais radical para inibir a atividade, penalizando clientes com multa e prisão de até seis meses (BOCCIA, 2004, s/p).

registros obrigatórios, licenças, bem como controle das áreas em que a prostituição pode ser desenvolvida. Vale destacar que essa intervenção do Estado não garante direitos trabalhistas, nem tampouco se responsabiliza pelas condições em que as prostitutas desenvolvem a atividade.

Desde a sua origem, o modelo regulamentarista objetivou institucionalizar a prostituição por intermédio de um disciplinamento das prostitutas, impedindo-as de manifestarem excessos ante o comportamento sexual preestabelecidos na sociedade. Segundo Rago (1985, p.92), “as casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias”.

O “regulamentarismo” definia a prostituição como uma “doença”, um “mal” que não obstante era necessário tolerar, dentro de certos limites, uma vez que “tinha como função social canalizar os resíduos seminais masculinos, como os lixos e excrementos nos esgotos” (RAGO, 1991, p.112).

Em muitos países europeus, permeou o pensamento de Duchâtelet até o final do século XIX, só passando a ser revisto quando os abolicionistas, juntamente com outros grupos radicais, passaram a questionar as condições de clausura da “*sexualidade vagabunda*”, das prostitutas.

No marco desses modelos, encontra o denominado “**trabalhista**” ou de **autodeterminação** das prostitutas, estando ligado a uma crescente corrente de questionamento acerca do direito dos Estados de dispor de ações que regulam aspectos vinculados à moral sexual, e a ação das “trabalhadoras do sexo” que lutam pela conquista dos direitos conferidos a outros trabalhadores na sociedade, Piscitelli (2007). Vale ressaltar que sua manifestação vem ocorrendo, em nível nacional, num contexto ainda embrionário.

O enfoque central desse modelo está na reivindicação dos direitos trabalhistas, bem como nas condições de trabalho, sendo, reivindicado o trabalho sexual como atividade legítima. Nesse sentido, busca-se a despenalização dos aspectos ligados a tal prática, “exigindo-se que ela seja regulada por leis civis e laborais e não penais” (PISCITELLI, 2007, p.186).

Aqueles (as) que defendem o modelo “trabalhista” acreditam que o principal fator que dificulta a obtenção desses direitos, está ancorado no estigma da prostituta reforçado pelos outros modelos, regulamentarista, abolicionista e proibicionista.

Segundo Piscitelli (2007):

A idéia preconiza que, reconhecendo o trabalho das mulheres em setores informais (incluindo o trabalho sexual) como trabalho legítimo, seria possível uma maior proteção legal trabalhista e melhores condições de trabalho. Considerar o trabalho sexual dessa maneira possibilitaria acabar com condições abusivas e de exploração. Para isto, seria necessário utilizar os mesmos mecanismos, utilizados desde início do século XX, para combater abusos em outras indústrias. Além disto, como em outros trabalhos, poderiam ter proteção legal em caso de doença e desemprego (p.186).

Destarte, os aspectos que compõem as discussões acerca da prostituição, na contemporaneidade, na perspectiva de reconhecê-la ou não como profissão, têm suscitado grandes contestações. Alguns países já adotam essa perspectiva da regulamentação. No Brasil, os debates no terreno das instâncias representativas, seguem, sem grandes avanços, permeados por posicionamentos distintos e conflituosos no sentido de compreender a prática prostitucional como uma profissão que deve ser regulamentada pelo Estado.

3.6 O movimento feminista em relação a prostituição

No interior do movimento feminista também encontramos uma diversidade teórica e política quanto à compreensão da prostituição. Segundo Piscitelli (2007), o debate se deu a partir das diferenças no que concernem às representações acerca da sexualidade. Enquanto algumas tendências feministas compreendiam a sexualidade como um componente utilizado para tornar as mulheres objetos dos homens, não as possibilitando ascender como sujeito de direito, outras a compreendiam como um campo de possibilidades para a liberação das mulheres do domínio masculino.

Para Piscitelli (2007), conforme Chapkins:

Essas diferenças, atualizadas no marco da segunda onda do feminismo, essas diferenças teriam tido o efeito da criação de dois campos dicotômicos descritos, de maneira simplista, um como hostil ao sexo, que era percebido como fonte de opressão feminina em uma ordem patriarcal e outro que defendia o sexo como fonte de prazer e poder nas vidas das mulheres (2005, p. 13).

Nesse sentido, segundo a autora, os debates acerca dos significados e funções do sexo, à medida que foram se complexificando, intensificaram-se também as discussões acerca da prostituição, ficando, paradoxalmente, de um lado a prostituta como a oprimida sexualmente pelo homem, e de outro, como uma espécie de agente subversiva no interior da ordem social sexista.

Nos finais do século XIX iniciou-se na Europa um movimento contra o regulamentarismo, protagonizado por feministas que consideravam a prática da prostituição uma escravidão humana. Josefina Butler, feminista da Federação Abolicionista Internacional, em 1875, afirmava:

Se a prostituição é uma necessidade social, uma instituição de saúde pública, então os ministros, os prefeitos da polícia, os altos funcionários, os médicos que a defendem, faltam a todos os deveres, não lhes consagrando as suas filhas (SANTOS, 1982, p. 21).

Havia, portanto, o entendimento por parte das autoridades de que a prostituição era necessária não só para conter instintos como para preservar a família. Para as feministas, esse posicionamento implicava uma desigualdade entre homens e mulheres, já que se isentavam os homens da reprovação social enquanto as mulheres envolvidas eram estigmatizadas.

As campanhas abolicionistas reuniram milhares de mulheres. Por mais que as vertentes higienicistas tivessem bastante força política, surgiram posições

feministas contundentes que trouxeram à tona as distintas formas de vivenciar a sexualidade para homens e mulheres, principalmente no tocante ao modo “irrefreável” que era atribuído aos desejos masculinos.

É pertinente ressaltar, nesse contexto, o aprofundamento, no cenário público, do debate das mulheres em torno da sexualidade e dos direitos neste campo. “A mobilização das mulheres feministas das classes médias, em defesa das prostitutas provenientes da classe operária, marcou uma aliança interclassista de cariz feminista” (NASH, 2005, p.104).

A intervenção do Estado sobre a prostituição apenas pretendia a limpeza sanitária imposta policialmente às prostitutas e não a melhoria das suas condições sociais. Foi esta política discriminatória que motivou uma crescente mobilização feminista em torno deste problema (TAVARES, 2006, p.02).

Convém ressaltar que o movimento abolicionista, desde suas primeiras mobilizações, considera a prostituição incompatível com a dignidade humana, estando as prostitutas na condição de vítimas, que não devem ser punidas, mas sim incentivadas a deixar a prática prostitucional. Nesse sentido, se deve punir a exploração comercial da prostituição ou a atividade de rufianismo³⁶.

Em 2 de Dezembro de 1949 é aprovada pelas Nações Unidas a Convenção Internacional para a repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição de outro, que nos seus artigos 1º e 2º determina punir todas as pessoas que exploram a prostituição de outra pessoa, mesmo consentida, assim como todos os que contribuem para abrir estabelecimentos orientados para a prostituição. No preâmbulo declara-se que a prostituição é incompatível com a dignidade da pessoa humana (TAVARES, 2006, p.03).

Entre os anos 1970 e 1980, algumas organizações feministas, tanto nos EUA quanto na Inglaterra, apoiaram as reivindicações que emergiam nesse

³⁶ Artigo 230 do Código Penal, tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte por quem a exerça (VADE MECUM, 2008).

contexto, no qual as prostitutas buscavam denunciar a violência policial e a criminalização do Estado (TAVARES, 2006).

A partir da década de 1980, eclodiu uma tensão ideopolítica entre as feministas que reconheciam a prostituição como uma atividade legítima, a partir de um ato de escolha, ou seja, que as prostitutas fizeram uso do seu direito de escolha na decisão de se prostituir, e as que compreendiam a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, de opressão patriarcal. Esses posicionamentos polarizados levaram a uma fragmentação no movimento feminista mundial. Enquanto parte lutava ao lado das prostitutas contra as condições de exploração e violência no interior da indústria do sexo, outras lutavam para que o Estado interviesse de forma mais rígida para interditar tal indústria (PHETERSON, 2000).

A perspectiva abolicionista é adotada por algumas feministas, como (Pateman (1993), Raymond (2003) e Hughes (2004)), que consideram a prostituição como uma violência e negação dos direitos humanos das mulheres, atribuindo-lhes a condição de vítimas, dadas às condições de desigualdade e exploração a que são submetidas. Vale ressaltar que esse posicionamento está em consonância com a perspectiva adotada pelo Estado brasileiro, bem como com a perspectiva adotada nesse estudo. As prostitutas são levadas à prostituição sem escolhas, vivendo para servir aos homens, legitimando, desta forma, a ordem sexista e patriarcal, na qual a subordinação da mulher ao homem fica evidenciada no que concerne a dispor de seu corpo para satisfazer os desejos de quem possa pagar, reforçando a ideia da mulher como propriedade do homem (PATEMAN, 1993).

Há ainda, nessa perspectiva, o estudo de Raymond (2003), que entende a prostituição como uma forma que as mulheres encontram para sobrevivência. Contudo, essa perspectiva é rebatida por Fonseca (1996) cuja afirmação atribui a atividade prostitucional um opção “nada desprezível” para as mulheres pobres e sem escolaridade.

Evidentemente que tal análise permanece acrítica as condições aviltantes que perpassam as relações na prostituição. Nega as determinações que faz com que muitas permaneçam nesse tipo de atividade por circunstâncias alheias a sua vontade.

A segunda perspectiva parte de um grupo de acadêmicas e militantes que consideram a vinculação das mulheres com o sexo, a fonte de maior poder, vêem na prostituição “um símbolo da autonomia sexual, e como tal, uma ameaça ao controle

patriarcal sobre a sexualidade das mulheres” (PISCITELLI, 2005, p.14). Vale ressaltar que tal discurso foi incorporado pela “*indústria do sexo*” e é utilizado como estratégia para justificar a prostituição, atribuindo à mulher o direito de dispor de seu próprio corpo.

Nesse sentido, pouco a pouco as reivindicações feministas são incorporadas por esse *lobby*, admitindo que o direito de dispor do corpo torna-se o direito de vendê-lo. Logo, o direito de se prostituir é assimilado como expressão de liberdade. O “mercado do sexo” manipula a sexualidade potencializando uma demanda (pornografia, turismo sexual), buscando atualmente criar uma demanda feminina (cf. LEGARDINIER, 2000) [tradução nossa].

Contrapondo-se a perspectiva de superação da ordem patriarcal, Björk aponta que:

El hecho es que los "liberales" en el debate actual sobre la prostitución tienen poco que hacer con la libertad sexual (y no con la libertad sexual de las mujeres), pero de alguna manera forman parte de la perspectiva de género, políticas dominantes que gritan por los mercados liberalizados, incluyendo el mercado que comercia con los cuerpos de las mujeres. La atracción de las visiones de liberalización / legalización no sólo nada por encima del dominio general de las políticas económicas liberales. También existe el enfoque liberal habitual que cuando las cosas son complejas y parece haber resistencia y dificultades, ofrece una solución de alguna manera "más fácil" el enfoque individualista (2002, p.03).

Outrossim, Beauvoir considera que é na prostituição que [...] a mulher é oprimida sexualmente e economicamente, submetida ao arbítrio da polícia, a uma humilhante vigilância médica, aos caprichos dos clientes, destinada aos micróbios e à doença, é realmente submetida ao nível de uma coisa (BEAUVOIR *apud* SWAIN, 2004, p.25).

A nosso ver, a vivência plena da sexualidade, ao contrário do que admitem algumas correntes feministas, não tem necessariamente que passar pela prostituição, no qual só há o direito unilateral ao uso sexual do corpo por parte do

cliente. Compreendemos que autonomia³⁷ deve estar pautada em relações igualitárias, assegurados os desejos afetivo-sexuais, como uma escolha e não um negócio do qual as mulheres precisam utilizar-se como modo de sobreviver, dissociado de qualquer compreensão de subversão e/ ou superação de uma determinada ordem.

Tem cliente que vem para cá trata a gente mal e você ter que ficar queta, fazer o que eles quer e pronto, espero que um dia eles vejam com os olhos deles mesmo, a gente como gente (TAÍS,25ANOS).

Nesse sentido, partimos do entendimento de que essas mulheres são exploradas sexualmente, e mesmo obtendo algum dinheiro, perdem sua autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo, com consequência para outras dimensões da sua sociabilidade. Assim sendo, para as mulheres que se prostituem representa, de fato, uma forma de violência, pois estão invariavelmente envolvidas numa relação de opressão (cf.SOUZA, 2008), visto que, por um lado são exploradas pelo sistema capitalista, por outro, servem ao sistema patriarcal como um mecanismo do qual os homens se utilizam, tanto para afirmar sua virilidade, quanto para exercitar a superioridade, imposta muitas vezes por intermédio do poder de compra que o dinheiro lhe outorga.

À luz dessa concepção, ressaltamos que tal discurso pauta-se numa lógica invertida do real significado do que seja autonomia. Aqueles (as) que defendem essa perspectiva têm que analisar mais profundamente os aspectos que permeiam a prática da prostituição e perceber as concessões que muitas prostitutas fazem para garantir minimamente sua sobrevivência e de sua família, e que esses atos não passam por uma ação política deliberada de subverter a ordem patriarcal.

Os (as) que defendem a regulamentação da prostituição tentam deslegitimar a posição feminista contrária a ideia de prostituição como trabalho,

³⁷ “Termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria que é a da razão”. IN: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Adotamos neste estudo uma perspectiva crítica a esta concepção, visto que as prostitutas ao estarem sob os ditames do sistema capitalista-patriarcal o qual mercantiliza seus corpos como fonte de lucro, não podem exercer a sua livre vontade com independência.

atribuindo a condição de conservadoras, moralizadoras, vitimizantes e estigmatizantes das prostitutas.

Como não se opor a tal prática se a entendemos como uma das formas mais contundentes de opressão das mulheres? Ou ainda como assegurar o uso livre do próprio corpo como um direito humano, quando as condições na qual a prostituição é praticada violam a dignidade da pessoa? Nesse contexto, há ainda a desvinculação da sexualidade do sujeito prostituta. Nesse sentido, vender a sexualidade significaria vender uma parte fundamental do ser. “O pagamento às prostitutas serviria para ocultar o abuso sexual, aparentemente transformando-o em trabalho” (PISCITELLI, 2007, p.188).

Evidentemente que necessitamos dessa leitura crítica dos posicionamentos que se distinguem no interior dos feminismos, não recusando as contradições sob pena de esvaziamento do debate. Entretanto, é preciso articular estratégias políticas que incorporem as prostitutas na agenda de discussão e não conduzam o debate em nível de generalizações que não atendem as emergenciais condições de opressão e exploração a qual estão sujeitas grande parte das prostitutas.

A ordem sexual dominante subordina os corpos e a sexualidade feminina aos desejos do macho, transformando as mulheres em objeto lucrativo no mercado do sexo, onde impera a heterossexualidade obrigatória como padrão normativo de sexualidade.

3.7 A organização das “profissionais do sexo” como sujeito político

*HINO DAS PROSTITUTAS*³⁸

Sei que a prostituição carrega um estigma sem fim, de qualquer modo o preconceito é ruim e perpassa a história do tempo é prostituta é pervertida quenga é puta, é puta é rameira, é quem desperta o desejo mais é companheira, na verdade é trabalho que não dá pra negar.

Sei que há muito tempo existe a prostituição, fora da lei contravenção ou não, é libido pegando fogo, assim em

³⁸ Esse hino é uma paródia da música *Espumas ao Vento* de composição de Accioly Neto, interpretada por Raimundo Fagner e o refrão de *Trem das Onze* de Adoniram Barbosa.

troca de carinho que lhe dá prazer como qualquer profissão vai exercer a zona produz amor realizando o desejo do corpo...

E uma coisa tenha certa amor a zona vai está sempre aberta amor, o cabaré vai dar uma festa amor... na hora que você chegar (BIS).

Faz, faz, faz, faz carinho em mim, faz carinho em mim, eu não posso transar sem a camisinha meu amor (REFRÃO).

O dia 02 de junho é o dia Internacional das Prostitutas³⁹, no Brasil, a primeira organização de prostitutas foi criada em 1979⁴⁰, na cidade de São Paulo, num reduto de prostituição conhecido como “*boca do lixo*”. Assim como na França, as prostitutas saíram às ruas denunciando as arbitrariedades da polícia que praticava atos violentos e até assassinatos sem que o Estado interferisse para punir os responsáveis pelas violências. Logo, buscaram trazer à tona a realidade de violência policial vivenciada por centena de mulheres em condição de prostituição na referida cidade.

Esse período foi marcado por intensas manifestações dos movimentos sociais que buscavam restabelecer a democracia e o exercício da cidadania após duas décadas de ditadura militar. Esse contexto pode ser identificado como o início da luta política pelos direitos civis e políticos das prostitutas, estabelecendo como princípio político a autorrepresentação e a autodeterminação (GUIMARÃES E MERCHÁN-HAMANN, 2005).

A partir dessas mobilizações, algumas lideranças emergentes organizaram uma série de fóruns locais de discussão, com o intuito de mobilizar as “profissionais do sexo” em relação aos aspectos diretamente vinculadas ao exercício

³⁹ Esse dia foi instituído pelo movimento das profissionais do sexo em alusão ao protesto que em 1975 reuniu 150 prostitutas na igreja de *Saint- Nizier* na cidade de *Lyon* na França, denunciando o preconceito, a discriminação, a repressão policial, as prisões ilegais, as multas arbitrárias, a exploração sexual e assassinatos de prostitutas que não eram investigados pela polícia. Dez dias após a ocupação da igreja foram expulsas pela polícia.

⁴⁰ Vale ressaltar que a primeira associação de “profissionais do sexo” surgiu em 1973 nos Estados Unidos, a *Coyote*. Termo utilizado pelo escritor Tim Robbins para simbolizar um animal que é forçado a estar sempre migrando, devido aos caçadores que o perseguem, e que, apesar de ter uma reputação de promiscuidade, mantém um parceiro fixo por toda a vida. *Coyote* é também a sigla para “*Call Off Your Old Tired Ethics*”(acabe com a sua velha ética cansada), uma das palavras - de ordem utilizada por este movimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.27).

da atividade. Esse processo resultou na realização, no final dos anos de 1980 do I Encontro Nacional de Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2003).

A primeira associação das “profissionais do sexo” legalmente instituída foi a Associação da Vila Mimosa, criada nesse mesmo período. Dois anos depois, durante o II Encontro, foi criada a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, como estratégia para garantir o reconhecimento público da profissão e a cidadania das “profissionais do sexo”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

A contribuição da rede é fornecer consultoria e assessoria no processo de formação das associações, sendo realizados diferentes encontros e seminários objetivando a formação de novas associações que possam vir a somar a visibilidade do movimento na luta por direitos e pelo fim do preconceito.

Segundo Teixeira (2003) havia contradições presentes na sociedade brasileira, que por um lado admitia e garantia espaços de fala e articulação para o surgimento dessas entidades, contudo, mantinha uma legislação civil e penal atrasada, que repercutiam, diretamente no processo de formalização dessas entidades, visto que, a obtenção do registro legal, como organização de defesa dos direitos das prostitutas, implicava na condição de “favorecimento da prostituição”, o que é caracterizado pelo Código Penal Brasileiro como crime, tipificado no artigo 228. A estratégia adotada pelas associações foi omitir de suas denominações qualquer referência à prostituição. Como se pode verificar no nome adotado pela Associação das Prostitutas da Vila Mimosa (AMOCAVIM)⁴¹ e a das prostitutas de Belém do Pará (GEMPAC)⁴².

É importante destacar que as justificativas para o surgimento das entidades de defesa das prostitutas, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina e da África, se vincularam definitivamente ao surgimento da epidemia de HIV/AIDS, com destaque para as ONG’Aids, que surgiram a partir da década de 1980 em diferentes países desses continentes, com programas voltados principalmente para os segmentos considerados “de risco” (TEIXEIRA, 2003).

Nos anos seguintes criam-se outras associações em diferentes Estados brasileiros, como: a Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE/1990), o Grupo de Mulheres da Área Central (1990), a Associação Sergipana de Prostitutas (ASP/

⁴¹ Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos de Vila Mimosa.

⁴² Grupo de Mulheres da Área Central de Belém.

1991), a Associação das Damas da Vida do Estado do Rio de Janeiro (1993) e, o Núcleo de Estudos da Prostituição no Rio Grande de Sul (1993). Atualmente, a Rede Nacional conta com 25 mil prostitutas associadas, 25 associações e 65 grupos em processo de formalização. (INFORMATIVO- Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo- APPS, 2005).

Percebemos claramente um redirecionamento nas ações propostas inicialmente pelas organizações que tinham como eixo propulsor a violência, particularmente aquela proveniente das instituições policiais. Esse processo de consolidação em torno do desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e ao combate ao HIV/AIDS, deixou as discussões que permeavam a relação de violência policial em segundo plano. Não obstante, os incidentes envolvendo discriminação e violência policial continuava a ocorrer.

Os rebatimentos nos aspectos referentes à segurança têm, a nosso ver, sido negligenciado pelas autoridades públicas, principalmente, quando não colocam na agenda de discussão, nem tampouco apresentam políticas públicas que venham coibir as discriminações e as violências sofridas pelas prostitutas. Não queremos com isso suprimir a importância dos aspectos relacionados à saúde, que reconhecemos ser fundamental diante das necessidades oriundas das práticas que potencializam uma maior vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Contudo, as desigualdades sociais que se apresentam para as prostitutas devem ser enfrentadas pelo conjunto de políticas públicas, em especial a política econômica, que deve ter um comprometimento com geração de renda para garantia de emprego.

O processo de criação da Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte (ASPRORN) se deu por intermédio da prostituta Marinalva Ferreira⁴³. Segundo narrativa das associadas, a mesma buscou atendimento numa unidade de saúde de Natal, ao se sentir discriminada pela sua condição de prostituta, buscou articulação com outras prostitutas, para reivindicar melhores condições de atendimento a esse segmento.

Em 2003, depois de um ano de encontros, o grupo foi formado com dez mulheres, sendo em seguida fundada a Associação das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte (ASPRORN). Mediante a institucionalização, à

⁴³Marinalva Ferreira faleceu em junho de 2007, aos 39 anos, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC).

associação passou a ser reconhecida pelo Estado, desenvolvendo algumas parcerias principalmente no âmbito a prevenção das DST's e AIDS⁴⁴.

Atualmente, os recursos econômicos que mantêm financeiramente a ASPRORN vem dos projetos *Sem Vergonha*⁴⁵ e *Diamante Bruto*⁴⁶. Outra atividade desenvolvida em parceria com a Secretaria de Saúde do Município do Natal se dá junto aos prostíbulos cadastrados para a distribuição de camisinhas visando o controle e combate a AIDS.

Algumas ações implementadas pela ASPRORN tentam construir mecanismos de geração de renda para as prostitutas terem alternativas caso queiram largar a prostituição e ingressar no mercado formal/informal. Por intermédio do Projeto *Sem Vergonha*, foram capacitadas 20 prostitutas num curso de cabeleireiro. Entretanto, essas capacitações, apesar de necessárias, não são suficientes para a superação da miséria e nem geram condições reais para emancipação das mulheres. São medidas paliativas⁴⁷, numa aparente atuação do Estado via políticas públicas, que não criam possibilidades de transformação, apenas as mantêm em condições suficientes para a sobrevivência.

A associação não dispõe de um projeto político de atuação e as discussões que fomentam os seminários, as palestras, os encontros são guiadas eminentemente por aspectos relacionados à prevenção das DST/AIDS, raramente, a condição de estigma e preconceito que as acompanha na atividade prostitucional aparecem no interior das discussões. Pudemos constatar esses fatos a partir da participação nos seminários e palestras promovidos pela ASPRORN.

A participação das prostitutas na associação se dá prioritariamente por intermédio do recebimento de preservativos, não há uma dinâmica de reuniões, nem articulações para envolvimento desses sujeitos, a falta de interesse em se inserir nas atividades promovidas pela associação é justificada pelas prostitutas por indisponibilidade de tempo.

3.4 Reflexões sobre o processo de regulamentação da prostituição

⁴⁴Tais ações, potencializadas pela entidade, contribuíram para a aprovação do reconhecimento "de utilidade pública" outorgado pela Câmara de Natal em 2005.

⁴⁵ Financiado pelo Governo Federal, tal projeto atua junto às prostitutas da capital e do interior do Estado por meio da realização de oficinas, seminários, palestras, visando orientá-las acerca da prevenção das DST/AIDS.

⁴⁶ Financiado pela Secretaria Estadual de Saúde.

⁴⁷ Geralmente esses tipos de capacitações estão voltados para atividades como crochê, bijuterias, *biscuit* etc.

Sob a justificativa de que os “Excluídos da legislação trabalhista começam a ter voz”, fazendo parte da família dos “*Prestadores de Serviço*”, o Brasil inseriu em 2002, a prostituição como profissão na lista da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o número 5198-05, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), lançando inclusive uma cartilha na *internet* na qual ensina as mulheres a se prostituírem, como veremos a seguir:

[...] A cartilha descreve o passo-a-passo da prostituição de maneira bem didática, desde a abordagem ao cliente até a satisfação, além de dicas sobre como seduzir o cliente, por meio de apelidos carinhosos, envolvimento com perfumes. Orientações quanto à aplicação do dinheiro em poupança e a contribuição ao INSS também são dadas (LIMA, 2006, p.06).

Essas atribuições, deliberadas pelo CBO para as “profissionais do sexo”, foram definidas conjuntamente com a Rede Brasileira de Prostitutas, que contribuiu na elaboração do texto, no sentido de regulamentar a atividade prostitucional junto ao MTE. Esse processo de normatização da prostituição como ocupação, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, é reflexo das atividades que a Rede tem desenvolvido com algumas associações de prostitutas em vários estados.

Existe na CBO a classificação para os homens e mulheres que exercem a prostituição, denominados de “profissionais do sexo”, cujo sinônimo pode ser compreendido como: garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual, travesti.

O MTE descreve a atividade prostitucional como sendo:

Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão (CBO, 2008).

É interessante observar alguns elementos que perpassam a descrição da atividade e que vão para além da prática de fazer os programas. Nessa descrição, as funções que se apresentam para os (as) “profissionais do sexo” se estendem para a dimensão econômica, política e educativa. O Ministério do Trabalho e Emprego destaca as condições gerais do exercício da prostituição:

Trabalham por conta própria na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos, à intempéries, à poluição sonora e à discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, de maus tratos, violência de rua e morte (CBO, 2008).

Quanto aos recursos para desenvolver o “trabalho”, o CBO apresenta as seguintes características: guarda-roupa de batalha, preservativo masculino e feminino, cartões de visita, documentos de identificação, gel lubrificante à base de água, papel higiênico, celular.

O CBO ressalta que:

Demonstrar capacidade de persuasão, demonstrar capacidade de expressão gestual, demonstrar capacidade de realizar fantasias eróticas, agir com honestidade, demonstrar paciência, planejar o futuro, prestar solidariedade ao companheiro, ouvir atentamente, (saber ouvir), demonstrar capacidade de comunicação em língua estrangeira, demonstrar ética profissional (CBO, 2008).

Essas “dicas” trazem elementos preocupantes, visto que, ao institucionalizar a prática profissional se obscurece a profunda desigualdade social que envolve o universo prostitucional. Essa apologia à prostituição que a cartilha apresenta tem o intuito de incentivar um mercado em franca expansão, sendo que, essa estratégia, a nosso ver, vem no sentido de criar um espaço “formal”, e conseqüentemente, invisibilizar as reais condições de desemprego feminino no país.

Essa forma pode inclusive perpetuar a prostituição, principalmente, quando parte das prostitutas que estão organizadas nas associações de profissionais do sexo passam a defender sua profissionalização.

Fruto de pressões do Poder Judiciário, o Ministério do Trabalho admitiu rever as informações sobre a profissão de prostituta, divulgada em seu *site*⁴⁸, visto que as “dicas” publicadas sobre a profissão voltaram à cena polemizando o debate. Sugere-se que sejam revistos principalmente o uso de determinados termos. Nesse sentido, o Ministério decidiu rever a cartilha e um novo documento já está sendo debatido com a Comissão Nacional que representa as profissionais do sexo, com prazo determinado de conclusão em janeiro de 2009.

Em nota a imprensa, o MTE informou que o objetivo da CBO não é promover qualquer profissão e explicou que, sem a existência do código, os (as) profissionais do sexo seriam incluídos em outras categorias, prejudicando as estatísticas oficiais e o desenvolvimento de políticas públicas específicas (BRASIL, 2008). Ora, as políticas de acesso a emprego não tem necessariamente que passar por segmento específico, o conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, tem que ser assegurado para todo e qualquer cidadão(ã) como garantia básica.

A riqueza de detalhes trazidos pela cartilha preocupa o Ministério Público, como aponta o jurista Luiz Flávio Gomes.

O que está ali no site dá uma sensação de uma apologia ao delito de exploração da prostituição. Cabe ao Ministério Público pedir providências concretas e imediatas de ajustar os termos do que está dentro do site, para que ele não seja uma fonte estimulante de prostituição (BRASIL, 2008).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a inclusão da prostituição no CBO vem no sentido da garantia de direitos trabalhistas, diferente da regulamentação, que está mais voltada para o estabelecimento de regras para a prostituição, definindo espaços, intervindo na obrigatoriedade de exames médicos mensais, cobrança de impostos etc.

⁴⁸ Para maiores informações consultar site www.mte.gov.br.

É importante ressaltar que no cerne dessa problemática está um conjunto de particularidades que perpassam por outras dimensões para além do próprio trabalho, como aspectos morais, religiosos, econômicos, sociais, políticos e culturais, que trazem para a ordem do dia a especificidade da prática prostitucional.

O debate em torno dessa temática longe de ser consenso tem suscitado posicionamentos divergentes e trazido inúmeros questionamentos para a compreensão da prostituição como “*profissão*”. Segundo Swain (2004, p.23) “A prostituição transformada em profissão de fato legaliza a violência da apropriação material e simbólica dos corpos das mulheres”. A referida autora acrescenta ainda que:

A prostituição, ou seja, a venda de corpos, forçada ou não, é talvez a maior violência social cometida contra as mulheres. Esta violência é agudizada por sua total banalização; mais ainda, a profissionalização da prostituição, que acolhe adeptos mesmo entre as feministas, define a apropriação e a “mercantilização” total das mulheres como um trabalho, que seria tão estatutário e dignificante quanto qualquer outro (SWAIN, 2004, p.02).

Segundo essa perspectiva, classificar simplesmente a prostituição como trabalho é promover o livre comércio de compra e venda da mulher por um determinado período ou para sempre. A exemplo de “meninas que foram raptadas, violentadas e prostituídas a um nível de mercado, de justificação monetária, de inserção nos mecanismos de produção e reprodução social” (SWAIN,2004,p.24). Nesse sentido, a referida autora acrescenta ainda que:

Aspirar à dignidade de um trabalho, enquanto prostituta, é totalmente compreensível, sobretudo quando não existem condições materiais para uma transição ou o abandono de tal atividade. Afinal, quem não deseja o respeito e a consideração social? Entretanto, mesmo se a legislação confere um *status* trabalhista à prostituição, a linguagem popular mostra seu lugar na escala social. Ser “filho da puta” não é ainda o insulto maior? (SWAIN, 2004, p.24)

Evidentemente que é necessário fomentar o debate acerca das condições da atividade prostitucional para que ações concretas possam vir a ser implementadas principalmente em aspectos como a segurança e a saúde. Entretanto, o caráter dos debates tem, sistematicamente, sido direcionado na perspectiva do reconhecimento da prostituição como uma atividade legítima de geração de renda. Ou seja, “a prostituição é sempre mostrada como alternativa de “trabalho” para meninas e mulheres sem perspectivas outras de inserção social” (SWAIN, 2008, p.287).

A despeito dessa discussão um dado bastante controverso acerca da legalização da prostituição, divulgado na imprensa mundial em janeiro de 2005, trouxe alguns impasses que se apresentam como situações impelidas a regulamentação do comércio sexual. Uma jovem desempregada em Berlim, na Alemanha, para continuar recebendo subsídio de desemprego do Estado alemão, deveria aceitar o trabalho imposto, literalmente, pela Bolsa de Emprego do Governo. Na época, foi informada que tal trabalho seria em um bordel, onde deveria prestar serviços sexuais. Como não aceitou, perdeu o subsídio. Como a lei Alemã reconhece a legalidade do comércio sexual, isso faz com que os (as) proprietários (as) de bordéis tenham acesso às listas de mulheres desempregadas (LISBOA, 2006).

No Brasil, algumas ações pró-regulamentação começaram a se desenvolver no intuito de integrar as “profissionais do sexo” ao funcionamento do mercado de trabalho. A discussão da legalização da prostituição tem se consolidado como uma prioridade da agenda política adotada por algumas associações de prostitutas no país.

Contudo, observamos que a estratégia adotada, principalmente pela Rede Brasileira de Prostitutas, é aproveitar das condições desfavoráveis em nível, econômico, cultural, social e político para se utilizar das prostitutas como “massa de manobra que servem apenas de “ponta de lança” os poderosíssimos interesses que delas se aproveitam” (VIANNA, 2002, s/p).

Ressaltamos que a discussão da regulamentação/legalização tem se mantido no nível das representações políticas, não estando acessível aos principais sujeitos que conformam a base dessa problemática. Constatamos que grande parte

das prostitutas que tivemos contato desconhece as discussões que permeiam o debate acerca da legalização da prostituição como profissão.

A presidente da ASPRORN se colocou contrária à regulamentação nos últimos contatos com a Rede, aparentemente trata-se de uma posição individual, mesmo porque, esse debate até então não havia sido pautado com as associadas para que pudesse ter se deliberado um posicionamento em nome do coletivo. Nesse sentido, essas condições acabam por fazer dos sujeitos, objetos, suas reivindicações ficam no plano das superficialidades tratadas e debatidas de cima para baixo.

Para ilustrarmos esse pensamento recorreremos a fala de uma das entrevistadas que sinteticamente traz uma concepção bastante recorrente entre as prostitutas que tivemos contato no universo pesquisado.

Não sei como é que tem gente que defende que a gente assine a carteira como prostituta, minha nossa senhora, quem vai querer passar por essa humilhação, onde é que eu ia botar prostituta nos meus documentos, nunca no Brasil, ninguém quer não Deus me livre, ser taxada, já basta a rua [...] Nós buscamos é respeito, dignidade, poder olhar você de frente e dizer por exemplo, eu sou soldadora da Petrobrás, e não prostituta da praça Gentil Ferreira (LIZZIE, 36 ANOS).

Nos últimos tempos esse debate tem se intensificado, além da Rede Brasileira de “Profissionais do Sexo”, alguns parlamentares têm se destacado como principais articuladores junto às instâncias representativas e a sociedade. Dentre as ações, estão as mobilizações para que o Estado Brasileiro reconheça os direitos trabalhistas e sociais das “profissionais do sexo”. Dessas ações destacam-se os Projetos de Lei nº 98, do Deputado Federal Fernando Gabeira PV/RJ e o 4.244/2004, do deputado Eduardo Valverde PT/RO.

O Projeto de Lei 4.244/2004 do Deputado Eduardo Valverde, segue uma linha higienista, como o proposto no Artigo 4º: b - *Ter acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis*; e c - *Ter acesso gratuito aos esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar as doenças socialmente previsíveis*; bem como o inciso terceiro do artigo 5º: §3º - *Para a revalidação do*

registro profissional será obrigatória a apresentação da inscrição como segurado do INSS e do atestado de saúde sexual, emitido pela autoridade de saúde pública.

O projeto 98/2003 tramita no Congresso Nacional desde 2003. Nesse projeto, as prostitutas passariam a ter direito à carteira assinada, aposentadoria e assistência médica, dentre outros benefícios⁴⁹.

O deputado Fernando Gabeira expõe suas considerações acerca da regulamentação da prostituição no Brasil, argumentando que com esta as mulheres teriam garantias de que os serviços sexuais desempenhados seriam pagos. A prostituta seria, assim, uma prestadora de serviços com contrato de trabalho.

O referido projeto prevê ainda que o pagamento pela prestação de serviços sexuais será equivalente ao tempo em que a prostituta ficar disponível. Ou seja, se a prostituta for contratada para ficar uma hora com um (a) cliente, o pagamento equivalerá a esse tempo, caso o (a) cliente só queira conversar, deverá pagar pelo tempo que ficou com ela. O autor defende que as práticas prostitucionais funcionaram como um contrato, que pode ser verbal ou não, seguindo o mesmo padrão de um técnico que cobra por hora.

Debatendo os posicionamentos adotados por Gabeira Faria (2004) adianta que:

Ser prostituta não é o mesmo que vender sanduíche em uma lanchonete. Gabeira entende que as relações são iguais, mas não são. Ele também não considera a questão da violência nem a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Como assegurar isso num contrato? Quantas pessoas hoje têm carteira assinada? Não acredito que um projeto desse tipo possa trazer algum benefício social às prostitutas (s/p).

Um dos pontos de fragilidade do Projeto de Lei 98/2003 pode ser a não definição de regras quanto à defesa dos direitos a serem adquiridos pelas prostitutas. Falta uma definição mais clara acerca da regulamentação, visto que, os

⁴⁹ Ressaltamos que a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara no dia 08 de novembro de 2007 rejeitou o projeto de lei do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) que legaliza a prostituição. Com o voto contrário de apenas seis deputados, foi aprovado o parecer do relator Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) que considera o projeto constitucional, mas rejeita o mérito da proposta (GIRALDI, 2007).

aspectos levantados dão conta, mais especificamente, de liberação do que da regulação do comércio. Restringe-se a defesa do fim de artigos do Código Penal Brasileiro (CPB) que tratam do comércio em torno da atividade.

Quanto a proposta de lei 98/2003 do Deputado Fernando Gabeira, a polêmica é ainda maior, em uma análise preliminar do mesmo, fica patente o intuito de suprimir os artigos 228, 229 e 231 do CPB, que diz respeito respectivamente ao favorecimento da prostituição como crime, a casa de prostituição e, o último sobre o tráfico internacional de pessoas. Gabeira, em seu projeto, sugere a remoção desses artigos do Código Penal, o que é bastante preocupante, visto que, o artigo se refere especificamente ao tráfico de mulheres. Vale salientar que o Brasil, segundo a Interpol, está entre os países que têm o maior número de traficantes de mulheres no mercado da prostituição. Além disso, é uma importante rota de tráfico do turismo sexual. Dessa forma, não se pode acabar com uma lei que trata especificamente dessa problemática.

A nosso ver, o Projeto de Lei 98/2003 intensifica a exploração do comércio do sexo, já que o mesmo revoga artigos anteriormente descritos que incrimina quem se favorece da prostituição e assim, cada vez mais, essas mulheres seriam exploradas pelos empresários (as) do sexo. As feminista abolicionista⁵⁰ acreditam que tal projeto tem a intenção de tornar o Estado o próprio “*cafetão*”, cobrando impostos, taxas, determinando áreas de trabalho, enfim, práticas comuns exercidas pelos proxenetas.

Em se tratando de regulamentar a prostituição no Brasil, faltam maiores discussões e aprofundamento no debate que esclareça, por exemplo, os vários pontos que estão sem respostas. Quem vai assinar a carteira de trabalho dessas mulheres? Seriam os (as) proprietários (as) das casas? E a mulher que desenvolve sua atividade na rua? E quando a prostituta deixar a prostituição, o registro continua na carteira, assim como também o estigma sobre ela?

Isto posto, são inúmeros os questionamentos que os(as) que defendem a perspectiva regulamentarista não conseguem responder a exemplo: será que legitimar uma prática que oprime e muitas vezes nega a mulher o direito de escolha é o caminho apropriado para a busca de garantia de direitos? As políticas públicas garantirão verdadeiramente acesso igualitário a essas mulheres ao se registrarem

⁵⁰ O feminismo abolicionista iniciou-se na Europa no século XX, protestando contra o tráfico de europeias para a América do Sul. Para a Argentina mais especificamente.

como “profissionais do sexo”? Regulamentar pode significar à redução das vulnerabilidades a violência social que perpassa por tal prática?

É importante destacar que o debate sobre uma possível regulamentação da prostituição tem dividido parte da sociedade política e civil. Nem o próprio movimento de prostitutas tem um pensamento unificado, embora a maioria, organizada na Rede Brasileira de Prostitutas, defenda o projeto formulado pelo deputado federal Fernando Gabeira, algumas associações ainda não tem clareza se tal projeto contribui de fato para o reconhecimento da atividade prostitucional. É o caso da Associação Cearense de Prostitutas, APROCE e da ASPRORN, que são contrárias à regulamentação. Acreditam que pode ocorrer uma maior estigmatização, caso a prostituição venha a ser regulamentada⁵¹, e adiantam que dificilmente uma prostituta irá desejar na sua carteira de trabalho o registro de uma atividade que muitas tentam negar.

04 Articulando conceitos: relações patriarcais de gênero, prostituição e violência contra a mulher

Segundo a historiadora austríaca Gerda Lerner (1986), o conceito de patriarcado está presente desde as antigas sociedades. Seu processo de formação teve início no ano 3100 a.C, consolidando-se no ano 600 a.C. É salutar destacar que a intensa resistência proporcionada pelas mulheres a esse regime exigiu que os homens lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com idade de 5.203-4 anos.

Em se comparando com a idade da humanidade, que é estimada em 250 a 300 mil anos, o sistema patriarcal seria um recém-nascido. “Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias” (SAFFIOTI, 2004, p.60).

⁵¹ Vale ressaltar que no Brasil, o Projeto de Lei que propõe a regulamentação da prostituição, segundo seu autor, está aguardando os trâmites legais para ser novamente apresentado as instâncias representativas.

Compreende-se que a existência da relação patriarcal, ainda que transfiguradas em alguns direitos civis não somente na hierarquização entre os sexos, mas na contradição de seus interesses. Trata-se, portanto da influência das forças patriarcais na nossa sociedade, que busca assegurar a supremacia masculina e desconsiderar a luta por igualdade das mulheres.

Segundo Therborn (2006), o patriarcado fundamenta-se em duas intrínsecas dimensões básicas: a dominação paterna e a dominação do marido, nessa ordem. Ou seja, o patriarcado se insere no âmbito das relações familiares, geracionais e conjugais.

Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como a poligamia e nas regras diferenciadas para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever da obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho (THERBORN, 2006, p. 30).

As relações patriarcais no interior dos casamentos se expressam, dentre outros, pelo controle das decisões que envolvem o dinheiro, as relações de amizade, as contracepções, a não divisão do trabalho doméstico, a atribuição da educação dos filhos(as) à mulher, etc. Não obstante, a não percepção desse controle muitas vezes é escamoteada pela institucionalização do papel social da mulher na esfera da relação conjugal, comumente estende-se para o uso da violência, para assegurar que tais normas sejam asseguradas pelo marido.

Hartmann citada por Saffioti define patriarcado como sendo:

[...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, portanto, o sistema masculino de opressão das mulheres (1979, p.232).

É pertinente dizer que o patriarcado é um dos eixos explicativos para as desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, não se constitui como o único princípio estruturador, existem outros determinantes, como contradições que complexificam as relações sociais, dentre elas a de classe e a de raça/etnia que estruturam a compreensão da opressão/dominação das mulheres em nossa sociedade, constituindo o que Saffioti (2004) denominou de *nó analítico*. Tal nó composto por essas três contradições, apresenta uma característica distinta das determinações que as integram. Não se trata de somar racismo, gênero e classe social, mas de perceber a realidade em sua totalidade resultante dessa junção.

É interessante a ideia do “nó” analítico proposto por Saffioti (op.cit.), visto que no âmbito da sociabilidade do capital, há que se pensar no entrelaçamento das diferentes formas de opressão/subordinação a que está submetido esses segmentos.

Em nossa pesquisa constatamos claramente no universo prostitucional tal imbricamento, visto que as prostitutas da “baixa prostituição”, na sua maioria, são de origem pobre, negras e sem qualquer tipo de qualificação profissional.

Segundo Saffioti (2004) a divisão da população em classes sociais, marcadamente desiguais quanto às oportunidades de ascender socialmente, representa outra fonte de dominação. Nesse sentido a autora acrescenta que o patriarcado não se resume tão somente a um sistema de dominação moldado pela ideologia machista, ele é também um sistema de exploração. “Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O campo da discriminação racial é outro determinante que compõe o sistema de exploração-dominação. É importante destacar que a mulher negra na sociedade ocupa a última posição, justamente por sua condição de gênero e de etnia. Com isso, verifica-se que:

[...] todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isso pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que diz respeito às discriminações raciais (SAFFIOTI, 1987, p. 51).

Essa proposta de conexão para a análise do sistema patriarcal interligando gênero, classe e raça/etnia, segundo Saffioti (2004), é essencial, visto que é impossível compreender uma isolando as demais.

O nó formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que as integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa junção (p.11).

Assim sendo, o machismo, enquanto campo ideológico, presente nas relações sociais entre os homens e mulheres, colabora para a manutenção do poder e do quadro de desigualdades existentes, no que se refere às relações homem-mulher, entre as etnias e as classes sociais. Esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais (SAFFIOTI, 1987).

É imperativo destacar que, embora de modo bem mais acentuado, a estrutura hierárquica do patriarcado se configura na dominação dos homens sobre as mulheres, essa figura humana pode tomar figurações independentes, desde que se invista de poder. Ou seja, a forma de poder patriarcal pode ser acionada por homens e mulheres.

Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices desse regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p.102).

Numa sociedade onde predomina a lógica patriarcal, em que as mulheres historicamente são subordinadas aos homens, a prostituição, expressa na mercantilização do corpo, se constitui expoente dessa dominação, onde o homem impõe o seu desejo em troca de dinheiro, ou seja, o poder econômico permite o acesso aos corpos das prostitutas sem restrições, desde que paguem.

Indagadas acerca das relações sociais entre homens e mulheres na sociedade, a maioria das entrevistadas não identifica nenhuma assimetria, ao contrário, admitem que a vida para as mulheres é muito mais facilitada dada as condições de mobilidade, de conseguir trabalho, visto que uma mulher pode se deslocar de um lugar para outro mesmo sem pagamento formal.

Essas compreensões, trazidas pelas entrevistadas, fundamentam-se nas relações vivenciadas na prostituição em que não se figuram os tradicionais papéis da mulher na reprodução social. A facilidade atribuída em conseguir trabalho era associado à prostituição e ao trabalho doméstico, que não necessitariam de qualificações profissionais.

Eu acho que é muito mais fácil a vida hoje em dia para a mulher, porque, veja bem, se eu quiser saí daqui para São Paulo, sem nenhum tostão eu chego lá, um homem, não vai nem até aquela esquina (LIZZIE, 36 ANOS).

Hoje posso dizer que já estamos quase tendo uma relação de igualdade, mas falta muito para que nós mulheres tenhamos consciência plena de que os direitos são iguais e fazer valer esse direito, buscando sua autonomia e independência em todos os sentidos (BETINA, 48 ANOS).

O depoimento dessa entrevistada aponta uma “quase” igualdade entre homens e mulheres. Contudo, identifica a disparidade que ainda é uma constante nessas relações e aponta a luta coletiva como meio para assegurar a igualdade de direitos como caminho para uma sociedade justa e democrática.

É importante destacar que a utilização do conceito de patriarcado como categoria de análise, tem sido alvo de questionamentos por teóricas do feminismo que compreendem sua utilidade somente do ponto de vista da mobilização política, afora isso, tal conceito estaria no cerne dos problemas referidos a apreensão da historicidade da condição feminina.

O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e

histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim (PISCITELLI, 2002, p.15).

A ideia recorrente que ampara aquelas que defendem esse posicionamento é que o movimento feminista utilizou-se do conceito de patriarcado para compreender a origem da opressão das mulheres, e que na contemporaneidade há uma necessidade de atualização desse conceito, por intermédio de instrumentos conceituais mais apropriados que se dissocie das antigas sociedades. Aditem ainda que a utilização desse termo está descontextualizado de sua totalidade, encobrendo a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação.

Tal crítica se fundamenta na ideia de que o referido conceito estendeu-se ao discurso político e na reflexão acadêmica, sem, contudo, trabalhar os aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. (PISCITELLI, 2002).

Nessa perspectiva a autora supracitada aponta que:

Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres (2002, p.15).

Em defesa da utilização do conceito de patriarcado articulado às discussões de gênero, Saffioti (2004), acrescenta que não nomear a dominação masculina sobre as mulheres, contribui para reforçar a invisibilidade da ideologia patriarcal, que torna natural a dominação-exploração. Desse modo, a autora argumenta acerca da necessidade de reafirmação do conceito de patriarcado. Descartá-lo, representaria:

[...] a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política. (SAFFIOTI, 2004, p.55).

É importante destacar que as expressões patriarcais não são especificidades tratadas no interior das relações parentais ou afetivas, elas se expressam nos mais variados conjuntos das relações sociais, do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder, contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Nesse sentido, “o patriarcado configura-se como uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima transmitida pelo feminismo radical *“o pessoal é político”* (SAFFIOTI, 2004).

Nesse sentido, cabe a indagação: porque se manter a utilização do conceito patriarcado? Saffioti (2004) adianta que não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Dessa forma, fundamentada nesses argumentos, compartilhamos com os rebatimentos feitos por Saffioti (op.cit.) em relação às críticas das teóricas feministas, que imprimem um caráter trans-histórico e trans-cultural ao sistema patriarcal. A autora em tela enfatiza:

[...] tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso (a) sério (a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou muçulmanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens (2004, p. 101).

Camurça (2007) reitera o pensamento de Saffioti (2004), apontando para a emergência dos mecanismos que dão sustentabilidade a esse sistema de

dominação, e através dos quais ele está sistematicamente reinventando-se, reproduzindo-se e perdurando-se. Assim, ela apresenta quatro mecanismos:

A prática da violência contra a mulher para subjugar-las; o controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; a manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e a manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação política das mulheres (CAMURÇA, 2007, p.20).

O primeiro deles é a violência contra a mulher, compreendida como uma das práticas mais antigas e usuais da dominação patriarcal. Caracterizando –se como uma ameaça constante na vida de milhares e mulheres, independente de raça/etnia, classe, geração e orientação sexual. A autora acrescenta ainda que a violência se dá quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento feminino delas esperado. Sendo, portanto, recorrente, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados (CAMURÇA, 2007).

O segundo mecanismo diz respeito a dominação sobre o corpo das mulheres, expresso fundamentalmente na repressão sexual, limitando sua autodeterminação reprodutiva, na criminalização do aborto, na expropriação mercantil do corpo, tanto com a prostituição, quanto com a exploração da imagem da mulher pelo mercado.

O terceiro mecanismo se fundamenta na manutenção da dependência econômica das mulheres, instituído na organização social do mundo do trabalho e expresso no sexismo do mercado de trabalho e a imposição do trabalho doméstico como atribuição privativa das mulheres.

Por último, a autora aponta para o problema da não participação das mulheres nos espaços de poder, permanecendo ainda desproporcional à participação político-institucional das mulheres nesses espaços, como partidos políticos, sindicatos, bem como nas direções de movimentos sociais.

Destarte, esses quatro mecanismos são, a nosso ver, estruturantes da dominação patriarcal, contribuindo sobretudo por trazer a reflexão dos elementos imprescindíveis para assegurar a reinvenção do patriarcado como base estruturante

de dominação e exploração, que na atualidade encontra assento nas desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, dentre outras formas de opressão das mulheres.

Diante dos debates teóricos relacionados à perspectiva de atualização ou não do sistema patriarcal, é preciso entender que ao metamorfosearem-se nas mais diferentes formas, as ações de resistência a esse tipo de exploração/dominação das mulheres tornam-se mais complexa, visto que, os próprios sujeitos incorporaram o discurso de uma igualdade sob os moldes mercadológicos, que sistematicamente vendem a ascensão feminina simplesmente como uma igualdade real adquirida por intermédio de participação no mercado de trabalho formal.

Os aspectos relacionados à sexualidade feminina encontram *locus* privilegiado na dominação patriarcal. Quando as mulheres resolvem ter comportamentos “diferentes”, ou próximos aos dos homens, em relação à sexualidade, estas passam a condição de “putas”, fundamentalmente porque a sociedade machista impõe como “características femininas” fidelidade, passividade sexual, viver em função da família, ou seja, exercerem os papéis predeterminados a mulher.

A mulher foi socializada para conduzir-se como caça que espera o ‘ataque’ do caçador. À medida, no entanto que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para na condição de macho tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas (SAFFIOTI, 2004,p.27).

A nosso ver, uma das formas que mais se perpetuam no patriarcado, se legitima na mercantilização do corpo da mulher por intermédio da prostituição. Essa prática em que se troca sexo por dinheiro, numa relação mercantil, em que a moeda de troca é a venda do prazer sexual, se configura como um espaço propício à opressão das mulheres. A apropriação social das mulheres pelos homens é estabelecida nas condições de imaginação sexual, pois são todas em princípio, corpos disponíveis e desfrutáveis por definição, já que os papéis atribuídos socialmente às mulheres passam pela sedução, casamento, procriação, prostituição (SWAIN, 2008).

Ao serem tratadas como propriedades dos homens, as mulheres perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade e o mais básico direito de controle sobre seu corpo. São inúmeros os exemplos da prática de atos de submissão e hostilidades sexuais que, frequentemente, foram levados aos extremos: venda e troca de mulheres, como se fossem mercadorias, mulheres escravizadas, violadas, vendidas à prostituição [...] (TELES e MELO, 2002, p.29).

Na verdade, a cultura patriarcal impregna no imaginário social e atribui como dever, e até fonte de poder, das mulheres a satisfação sexual dos homens, seja pelo casamento ou pela prostituição. Portanto, a intenção de atribuir a prostituição a condição de um “trabalho sexual” escamoteia a exploração e opressão e reforça a noção de mulheres como meros objetos de barganha, que devem estar acessíveis para satisfazer todos os homens em todo tempo e lugar.

Nesse sentido, a prostituição feminina tem se constituído ao longo da história das mulheres, como mais uma das formas de dominação/exploração a que estas estão cotidianamente expostas, expressando a supremacia masculina por intermédio da compra do corpo, ou das horas de prazer sexual proporcionada no ato prostitucional.

A desvalorização da mulher na sociedade não se circunscreve tão somente ao âmbito das relações sociais, na prostituição ela encontra acento significativo, visto que os homens que se prostituem não carregam consigo esse tipo de estigma. Estes, atualmente ocupam uma significativa fatia do comércio sexual, sem, contudo, serem partícipes da carga de preconceitos que são assentados fundamentalmente nas mulheres. Isso se dá basicamente pela condição de subalternidade a qual a mulher ocupa na sociedade, revelando, assim, as desigualdades de gênero e o poder patriarcal expressos na prostituição. “[...] um grande problema é que, em outras discussões, a prostituição é encarada invariavelmente como um problema relativo à prostituta, um problema relativo às mulheres”. (PATEMAN, 1993, p. 283). Essa distinção passa inclusive pelo modo de como são designados os homens que se prostituem, *michês*, garotos de programa, representado pela figura do homem bonito, forte, másculo, e que se utiliza da prostituição apenas como um complemento para sua renda.

Perlongher (2008) *apud* Bruckner e Finkielkraut (1979), ao discorrerem acerca das diferenças entre a prostituição masculina e a prostituição feminina adiantam que:

Se a prostituição masculina tivesse se desenvolvido entre mulheres, as clientes é que continuariam a ser chamadas de putas, pois é evidente que o que consideramos prostituído não é tanto o corpo vendido, mas o corpo penetrado. Só atingem essa degradação as mulheres, ou, na falta dela, os enrabados (p. 46).

Ainda que pudéssemos pensar que a inserção de homens na prostituição viria no sentido de que as mulheres estariam ousando ou reproduzindo um modelo masculino de vivência da sexualidade para além da dimensão circunscrita ao espaço doméstico, isso, no entanto, não condiz com a verdade, visto que, é sabido que a clientela desses “garotos de programa” é composta quase que totalmente de homens, homo ou bissexuais, que buscam prazer e diversão com o sexo, nesse caso, pago (GAVRANIC, 2003).

Esses fatores são reforçados pelas construções socioculturais como moldes que estabelecem o que é próprio para homens e mulheres na sociedade. É salutar destacar que essas relações diferenciadas têm sua gênese na sociabilidade dos sujeitos e nele se constroem e reproduzem as desigualdades.

Estabelecida socialmente, a construção desses papéis, reserva a mulher à condição de subordinação, inferioridade, que se expressa de várias maneiras, seja pelo trabalho desvalorizado, desqualificado, ou ainda na subordinação ao modelo sexista/androcêntrico, que relega a mulher à condição de gênero inferior, e conseqüentemente tendo menos acesso aos espaços culturalmente determinados ao homem.

A importância dos avanços nos estudos de gênero foi, sem dúvida, um corte epistemológico fundamental para desmistificar a ideia de que as diferenças biológicas entre os sexos são responsáveis pelas desigualdades entre homens e mulheres. Constatar que essas diferenças são na verdade construções sociais legitimadas por uma sociedade patriarcal, é uma contribuição fundamental dada pelos estudos de gênero e pelo movimento feminista. Gênero se constitui com ou em corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas é a construção histórica produzida sobre as características biológicas. É a construção social de cada sexo.

Louro (1997, p.21) ressalta que “esse conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”.

É importante perceber o gênero enquanto instrumento teórico permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais. “A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros” Saffioti (1992, p. 210).

Dessa forma, a categoria gênero é entendida como uma construção social das relações entre homens e mulheres, numa arena onde se interagem e disputam. Tal categoria emergiu no âmbito da academia, fruto da contribuição do movimento feminista, como aponta Louro (1997, p.14):

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda”⁵², aquela que se inicia no final da década de 1960 que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

Segundo Teles e Melo (2002), as ciências humanas, Sociologia, Antropologia, etc. recorreram à categoria *gênero* para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que têm marcado tanto a esfera pública quanto a privada, de ambos os sexos, reforçando papéis sociais distintos construídos e legitimados historicamente e que influenciam na criação de pólos de dominação masculina e submissão feminina.

Saffioti (2004) ressalta que o termo *gênero* foi mencionado primeiramente pelo estudioso Robert Stoller, em 1968. No entanto, foi somente a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayler Rubin⁵³, que os estudos de gênero foram difundidos.

Em nível brasileiro, a primeira autora a sistematizar os estudos feministas de gênero foi Heleieth Saffioti, no final da década de 1960, com a obra intitulada, “A mulher na sociedade de classes”, em que tratou da condição de vida e de trabalho

⁵² A “primeira onda” do feminismo visava à ampliação do direito ao voto para as mulheres sendo denominada movimento sufragista no último quarto do século XIX.

⁵³ Intitulado *The Traffic in Women's: notes on the "Political Economy" of sex*. In REITER, Rayna R. (org) *Toward na Antropology of Womem*. Nova Iorque: *Monthly Review Press* (1975).

das operárias têxteis da cidade de São Paulo. Tal obra fundamentava-se na perspectiva marxiana. Mais tarde, já na década de 1990, esta autora elabora a teoria do “nó”, articulando gênero, classe e raça/etnia, entendendo não ser possível compreender uma isolando as demais.

No nó analítico capitalismo, racismo, patriarcado, a autora acrescenta que não há como sobrepor uma luta a outra ou que uma é mais relevante que a outra. A luta de classes não é mais relevante por atingir diretamente um setor maior da sociedade, ou seja, a dimensão econômica, do que a luta contra a discriminação racial e a dominação das mulheres pelos homens. Nesse sentido, as lutas não podem ser encaradas como específicas de um segmento. Todos independentemente de cor, raça, sexo, orientação sexual, devem desenvolver ações no combate à discriminação, preconceito, opressão, advindas da discriminação racial e do sistema patriarcal.

No Brasil, o protagonismo do movimento feminista, a partir dos anos 1960, se deu quando tais militantes trouxeram para a ordem do dia a subordinação e silenciamento dispensado às mulheres, problematizando a categoria das mulheres, utilizando-se além dos mecanismos tradicionais de resistência, como protestos e marchas, um movimento teórico e político por intermédio de livros, jornais e revistas, denunciando as condições de vida e trabalho das mulheres, trazendo à tona o que foi ocultado por muito tempo: a condição de negação das mulheres como sujeitos de direito.

É nesse contexto que surgem os estudos sobre a mulher, mas ainda incipientes tematizando apenas aspectos relacionados a mulher e sua inserção no mercado de trabalho. Somente a partir da década de 1980, é que outras temáticas passam a ser abordadas tais como: participação política, saúde, sexualidade, violência, etc. Essas abordagens, no entanto, isolam a mulher, não a relacionando com o homem. Nesse sentido, a emergência da categoria gênero para interligar os sexos. Segundo Saffioti (2004, p.15).

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos

processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar.

A historiadora norte-americana Joan Scott contribuiu decisivamente para a disseminação da categoria gênero no meio acadêmico-universitário brasileiro, por intermédio de seu artigo intitulado “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*” que data originalmente de 1988. Tal artigo foi traduzido no Brasil em 1991. Nele, a autora aponta as diferenças percebidas entre os sexos, e como estas são dia-a-dia transformadas em desigualdades em detrimento do sexo feminino. Para tanto, adota uma perspectiva foucaultiana⁵⁴, cuja categoria gênero é entendida enquanto a primeira forma de manifestação de poder materializada em quatro dimensões (simbólica, normativa, organizacional e subjetiva) inter-relacionadas, que para ela são indispensáveis à compreensão da subordinação feminina.

Nesse sentido, a centralidade da análise acerca da categoria relações sociais de gênero para Scott, está baseada nas dimensões inter-relacionais, quais sejam: a dimensão simbólica, normativa, organizacional e subjetiva.

A dimensão simbólica se encontra nas representações contraditórias, como por exemplo: Maria como símbolo de bondade e pureza, Eva simbolizando o pecado, céu e inferno, ou ainda as mulheres para casar (esposas) e mulheres para transar (prostitutas). Os conceitos normativos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas, com combinação binária do masculino e feminino. Podemos destacar as leis que reforçam a lógica patriarcal de gênero, exemplo disso é que até 2002, antes da aprovação do Novo Código Civil, o adultério era considerado crime, o que na prática só vigorava para as mulheres, além da chefia familiar ser exclusiva dos homens.

A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais. É nessa dimensão onde se aprofunda e legitimam-se as desigualdades entre homens e mulheres. Há ainda a identidade subjetiva que diz respeito à forma como nós interiorizamos os estereótipos sociais de gênero.

⁵⁴Michel Foucault (1926- 1984) filósofo que elaborou seu pensamento no século XX na França. Apresentou uma concepção descentralizada de poder, o qual se situa em várias esferas para além do Estado visto por outros vieses analíticos como único e principal centro de poder. Para ele o poder está *capilarmente* presente em todos os *dispositivos* sociais (discursos, sexualidade, família, judiciário, psiquiatria, etc.).

Vale destacar que a referida autora introduz o aspecto relacional nas discussões acerca da categoria gênero, quando investiga a subordinação das mulheres aos homens, sendo mediadas pelas quatro dimensões propostas.

Scott (1990) em sua análise sistemática, demonstra como o gênero influencia as relações sociais e institucionais, articulando instâncias fundamentais para a sociabilidade dos indivíduos como família, escola, igreja, política, etc.■

Contudo, há que se destacar que o pensamento de Scott(1990) apresenta limitações, devido o uso exclusivo do conceito de gênero para analisar a subordinação das mulheres, divergindo da concepção proposta por Saffioti (2004), em que a mesma articula o conceito de gênero ao de patriarcado como um sistema político-ideológico que alimenta e é alimentado pelo sistema capitalista, por intermédio do “nó analítico” que propõe o imbricamento entre os sistemas de classe social, etnia e gênero.

Para Safiotti (op.cit.), a categoria gênero não é somente uma categoria analítica que auxilia no desvendamento da opressão das mulheres, mas também uma categoria histórica, exigindo assim, uma inflexão no pensamento, ou seja, um visibilidade das mulheres ao longo da história.

Há que se destacar ainda o caráter relacional e ontológico da categoria gênero, que de acordo com o pensamento de Luckács, citado por Saffioti (2004), não existe igualdade entre as intenções de um sujeito social e seu resultado, por que existem outros elementos que atuam sobre o primeiro. Enfim, não há coincidência exata entre a intenção e o resultado que produz, em virtude da pluralidade de intenções e ações presentes no processo interativo, ou seja, sem dúvida a consciência “dominada” das mulheres, e ao mesmo tempo, sua possibilidade de escapar de seu “destino” de gênero, via resistência e transgressão, permite a criação de novas matrizes de gênero, em que cada um(a) luta para desestabilizar a matriz dominante de sua posição hegemônica.

Essas reflexões são bastante pertinentes para a análise da prostituição, inserida nas dimensões dos símbolos culturais socialmente aceitos, materializados nas representações de “opção” pela “vida fácil”, pecadoras, transgressoras da ordem social, ou seja, as prostitutas por não terem o “comportamento apropriado” e romperem com esses símbolos, são vítimas de discriminação e preconceito, carregando a determinação de culpadas por sua conduta sexual inadequada ao modelo dominante pautado na ideologia do patriarcado.

4.1 A violência como expressão da questão social

Morfologicamente, a palavra violência vem do latim *vis* que significa “força”, também dá origem aos vocábulos “vigor”, “vida” de *vis*, “vita”, e “vitalidade”. Contudo, na vida social, essa força e vigor, é historicamente utilizada no sentido de impor algo contra a vontade, ou seja, um constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade do outro, sob forma de coação, por intermédio do uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Vale ressaltar que o uso da força física não se constitui como o único modo de restringir a vontade alheia, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la que constitui dimensão fundamental de sua natureza (QUEIROZ, 2004, p. 19).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Contudo, devemos empreender outras significações para o fenômeno, dado a amplitude e ambiguidade presentes na conceituação teórica da violência. Segundo os (as) especialistas essa simples constatação de que a violência é a imposição de dor é uma visão bastante imprecisa, até porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

A comunidade internacional de Direitos Humanos amplia mais a compreensão da violência, associando-a diretamente à violação dos direitos humanos, sejam eles:

- Civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto);
- Políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política);
- Sociais (habitação, saúde, educação, segurança);
- Econômicos (emprego e salário)
- Culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

A violência é um dos principais fenômenos existentes na sociedade moderna e está presente nos nossos dias como um elemento estrutural, provocando efeitos sobre as pessoas e o convívio com a sociedade. Tal fenômeno se impregna no tecido social, prejudicando as relações de sociabilidade e corroendo a qualidade de vida de homens e mulheres.

Na conceituação da violência é preciso ter em conta o contexto sócio-histórico, bem como os interesses individuais, do grupo, da classe e dos demais

segmentos que permeiam as relações sociais, observando o caráter de construção social, que no decorrer da história assume forma e manifestações distintas, recusando a naturalização do fenômeno em proeminência, bem como, a redução ao nível da patologização, ou de uma simples manifestação da agressividade (SILVA, 2008).

[...] a violência deve ser analisada como um fenômeno social que se objetiva em um dado contexto histórico. [...]. Isso não significa afirmar, em absoluto, que qualquer ato de violência praticada nessa ordem social seja direta e mecanicamente coordenada e causada por ela (ainda que, em seu caráter intrinsecamente contraditório, o capitalismo construa e reconstrua, ao mesmo tempo, maravilhas e mazelas, ordem e caos), mas que hoje a violência é elaborada e operacionalizada nesse modelo societário, sob suas condições, e, portanto, é influenciada por essa forma de organização social. [...] não se trata absolutamente de excluir essas características, em nada desprezáveis para a explicação da violência, mas de explicá-las a partir de um complexo circuito que produz e se reproduz, em uma dada sociedade, a partir de condições sócio-históricas específicas, objetivando-se com maior ou menos intensidade, nas diversas instâncias d sociedade (SILVA, 2004, p. 135-136).

Uma das formas mais presentes de violência é o que convencionalmente denominou-se de violência urbana, manifesta principalmente nas grandes cidades. No interior da violência urbana se inserem uma série de violências, como a doméstica, violência contra a mulher, contra criança e adolescentes, contra os idosos e outras que existem e que determinam esse emaranhado.

Essas violências são expressas na forma de assassinatos, sequestros, estupros, roubos, furtos, abuso sexual, exploração etc. É um conjunto de fenômenos muitas vezes associado à desigualdade social que acompanha o desenvolvimento desses espaços, marcados por contradições que atualmente tem se aproximado a uma dimensão de barbárie, abrangendo os aspectos psicológicos, sociais e econômicos dos sujeitos.

A condição de desigualdade social, falta de acesso à educação de qualidade, são aspectos considerados como agentes desencadeadores e aceleradores na relação direta entre as carências sociais, econômicas e a violência. “[...] o desemprego e o subemprego são fatores que contribuem em grande escala

para o caos institucional da violência urbana no país” (CERDEIRA, 2007). Segundo Minayo (2006):

Um dos pontos mais perversos da delinqüência organizada é a forma de inclusão dos pobres e dos jovens nos seus lucrativos negócios. Eles se engajam nesses projetos e entram nos conflitos, no *front* dos combates como uma opção de mercado de trabalho, visando ao status, ao acesso a bens econômicos e ao consumo. O ato subjetivo de entrada no mundo do crime é secundado e contextualizado por uma situação de extrema desigualdade, de falta de oportunidade [...]. Por isso, o mercado da violência passa a se configurar como uma escolha viável, numa conjuntura de crescente desemprego e exclusão social, cultural e moral (p.32-33).

Entretanto, segundo Saffioti (2004), é preciso adequar os termos ao relacionarmos da pobreza à violência, sob o risco de eliminar violências que são características das classes privilegiadas. Nesse sentido, a autora acrescenta:

[...] pode se interrogar a realidade a fim de se tentar descobrir se as condições materiais que caracterizam a pobreza têm um peso significativo na produção da violência. Como desencadeadora da violência, acredita-se que tenham uma função, como, alias, tem o álcool. É necessário testar se o ser humano habita às circunstâncias da miséria ou se elas lhe causam estresse (SAFFIOTI, 2004, p. 83).

A violência estrutural ainda é percebida pelo senso comum, como uma fatalidade, cabendo ao sujeito, as responsabilidades sobre os seus insucessos pessoais e sociais. Indiscutivelmente, o desemprego, bem como, o subemprego, são fatores sociais que potencializam a violência. Contudo, cabe a indagação: porque existem nações cuja população é extremamente pobre e os índices de violência urbana não são tão relevantes? A exemplo de alguns países africanos, Gana, Burundi, e regiões da Índia (CERDEIRA, 2007).

A resposta para essa indagação pode ser encontrada nas origens do Estado liberal, segundo Dallari *apud* Cerdeira (2007):

[...] O Estado Liberal criou as condições para a sua própria superação. Em primeiro lugar, a valorização do indivíduo chegou ao ultra-individualismo, que ignorou a natureza associativa do homem e deu margem a um comportamento egoísta altamente vantajoso para os mais hábeis, mais audaciosos ou menos escrupulosos. Ao lado disso, a concepção individualista da liberdade, impedindo o Estado de proteger os menos afortunados, foi à causa de uma crescente injustiça social, pois, concedendo-se a todos o direito de ser livre, não se assegurava a ninguém o poder de ser livre (p. 277).

Segundo Minayo (1993), as formas específicas de violência estão presentes em distintas medidas, em todas as regiões do país, bem como nos diversos grupos sociais. Transcorre por várias fases da vida e se localizam nas mais variadas relações humanas. Unidos, os diversos tipos de violência constituem uma rede onde se articulam os complexos, levando a todos, de modo diferenciado ou não, a serem vítimas e autores simultaneamente. Assim como numa epidemia, onde todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta, que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, de classe, no interior das instituições.

Essas diversas manifestações de violência presentes na vida cotidiana de homens e mulheres traz consigo distintas visões de mundo, cujo sustentáculo se materializa nos interesses de classe, de modo que as formas de violência podem ser consideradas benéficas ou prejudiciais a determinada ordem social. Nesse sentido, podemos compreender a violência estrutural como um tipo de violência invisível.

Silva (2007) aponta que para que a violência estrutural se torne invisível, a ordem burguesa a reveste em terminologias naturalizadoras que amenizam a verdadeira violação, ou seja, se utiliza “belos” termos, tais como desemprego, “exclusão social”, dentre outros. Concomitantemente, as ações organizadas pelos movimentos sociais são condenadas e criminalizadas pela ordem, ou ainda, as manifestações de violência urbana, como assaltos, sequestros, dentre outros. Sendo utilizados como as únicas expressões que podem explicar a violência, negando a complexidade que se apresenta para a compreensão do fenômeno, além da rede composta pelo sistema social que contribui para a negação e a violação dos direitos humanos.

Não se trata aqui de justificar a violência pelo não acesso aos bens de consumo, negando a multiplicidade dos fatores que perpassam esse fenômeno, nem tampouco uma apologia à violência pelo viés do desemprego ou subemprego, apesar dessa ser uma cruel realidade vivenciada por milhões de pessoas em todo mundo.

[...] certamente a pobreza e a desigualdade social não devem servir de explicação única, direta e imediata à violência objetivada nos espaços urbanos, mas, ao mesmo tempo, as relações promíscuas entre elas não podem ser descartadas. A pobreza e a desigualdade social, em suas diferentes expressões, certamente “temperam” as múltiplas formas de violência na contemporaneidade e, em si mesmas, remetem diretamente à violência estrutural (SILVA, 2007, p. 136).

Cabe ressaltar a complexidade que permeia o fenômeno da violência, por sua historicidade, que Segundo Silva *apud* Silva (2008) produz e se reproduz em determinada ordem social. Desse modo, a necessidade de investigar a sua relação com o acesso aos direitos fundamentais de sobrevivência do sujeito. Assim, “o fenômeno criminal está presente no âmago do corpo social, por ele é gerado, dele nasce e nele produz seus efeitos. Estudar e pensar a violência implica estudar e pensar a sociedade” (OLIVEIRA, 2008, p. 03).

Em um país como o Brasil há um constante descaso com a coisa pública, além da prevalência do mercado em detrimento dos sujeitos. Portanto, podemos admitir a violência como sendo também decorrente da descrença nas instituições públicas expressas na morosidade da justiça, na corrupção, na impunidade dos que detém o poder, enfim, condições propícias para, se não estimular a criminalidade, mas dar a certeza de que as punições serão abrandadas mediante o *status* do sujeito envolvido.

Gilberto Velho (1996), antropólogo brasileiro que estuda as temáticas urbanas, baseado no contexto nacional, afirma que:

Uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de esta ser acompanhada de um esvaziamento de

conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais (p. 16).

O autor em destaque acrescenta ainda que o esvaziamento do processo socializador reforça características como o individualismo e a impessoalidade e estes contribuem para fragmentar as relações, com isso os valores sociais perdem sua importância e fenômenos como a violência viram rotina, ou seja, deixando de ser uma excepcionalidade para se tornar algo comum que acompanha os sujeitos no seu cotidiano (VELHO, 1996).

O Brasil ocupa hoje o quarto lugar no *ranking* da violência na América Latina, ficando atrás apenas da Colômbia, El Salvador e Venezuela. Ao lado dos acidentes são responsáveis pela segunda causa de mortalidade geral, estando no primeiro lugar entre as faixas etárias de 5 a 49 anos (MINAYO, 2006).

O quadro de violência está cada dia mais presente na sociedade, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos estão cotidianamente expostos a ações violentas. Embora ela recaia mais intensamente nas classes populares, a violência recobre um tecido social mais amplo.

Alguns autores acreditam que a violência é um ato natural, que faz parte da essência humana. Filósofos e historiadores defendem essa posição e acrescentam que o homem é essencialmente violento. Não obstante, esse determinismo genético impossibilita pensar o homem como um ser histórico e mutável, aprisioná-lo em conceitos fechados, a-históricos é negar as determinações sociais, culturais que o fazem produto da sociedade e do seu tempo. De modo, que “é, em última análise, o produto de sua consciência, que o tem levado a lutar contra injustiças, as violências, as discriminações” [...] (ODALIA, 1983, p.85).

Dominguez (2002) traz o caráter visível e invisível da violência, demonstrando que uma determinada ordem social, pode identificar e resolver distintos tipos de violência, mediante a sua visibilidade e invisibilidade, de modo que a sociedade tende a dar mais ênfase na busca de soluções com os tipos de violência visíveis. Por se tratar de uma forma visível, a violência física é absorvida pelo senso comum de modo a ser logo reconhecida, escamoteando a violência tida como estrutural que é encoberta pelo sistema capitalista.

Segundo o autor, os tipos de violências podem ser dividida em três grupos: as visíveis, as invisíveis e as semi-invisíveis.

Fazem parte do primeiro grupo as formas de violência direta. “O tipo coletivo se produz quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta” (SILVA, 2008, p.74). Exemplo característico é a guerra. Ademais, esta forma de violência pode ser expressa institucionalmente, sob o uso da força, não reconhecendo as potencialidades individuais. No segundo grupo, encontram-se as violências invisíveis, que se constitui de violências ocultas. A violência estrutural e cultural são os tipos mais presentes nesse grupo. A violência estrutural se traduz na existência de classes, grupos e nações econômica e politicamente dominantes que usam leis e instituições para manter seus privilégios, como se estes fizessem parte de uma situação natural. (MINAYO, 1990).

O segundo tipo à violência cultural é intrínseco a violência estrutural, embora haja a sobreposição da primeira sobre a última. Nesta dimensão, inclui-se o machismo, o racismo, a imposição dos adultos sobre as crianças e outras formas de expressão cultural que desvalorizam algumas pessoas e privilegiam outras, limitando a vida, a criatividade e a liberdade desse. Podemos inserir nesse grupo a violência simbólica, de modo que por meio dos simbolismos, da religião, da linguagem, da arte, da ciência, educação etc, se legitima a violência direta e estrutural, contudo, de forma metamorfoseada. Desse modo, podemos compreender uma interligação entre as violências estruturais e culturais, e a discriminação e a inferiorização são expressões do exercício do poder para a manutenção da desigualdade (SILVA, 2008).

O terceiro grupo, denominado de violências semi-invisíveis, encontra-se os tipos de violência social, conectados com a violência individual. A violência individual apesar de ser considerada uma forma de violência direta e interpessoal, só recentemente foi incluída nos estudos sobre a paz. Trata-se de uma violência que envolve o indivíduo, mas este inserido no contexto social e institucional. Como a violência doméstica, contra a mulher, contra o idoso e criança e adolescente. Estas até bem pouco tempo eram consideradas semi-invisíveis por permanecer no âmbito privado, só ganhando a dimensão pública após as reivindicações dos movimentos sociais em defesa destes segmentos (SILVA, 2008).

Segundo Minayo & Souza (1993) as formas da violência estrutural presentes em nossa realidade, se faz acompanhar:

Da descrença e do afastamento da população em relação às instituições sociais [...] da ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população [...] da priorização do desenvolvimento econômico (frustrado na década) e endividamento externo, em detrimento do desenvolvimento social e às custas do sacrifícios da população em geral, mas sobretudo, com maior ônus para os pobres; do intenso apelo ao consumo, conflitando com o empobrecimento do país (p. 75).

É importante destacar que esse imbricamento dos diversos tipos de violência, traz a impossibilidade de delimitá-las de forma precisa. Contudo, a tentativa de classificação e distinção é importante no sentido de compreendermos mais profundamente os diversos tipos de violência as quais estamos cotidianamente submetidos (as), mesmo ficando evidente a impossibilidade de demarcá-la.

4.2 As violências praticadas contra as prostitutas

As violências exercidas contra as mulheres em razão de seu sexo são multiformes. Elas englobam todas as ações que pela ameaça, força ou discriminação, as atingem, na vida privada ou pública, expressas através das agressões físicas, sexuais, psicológicas e discriminações com a intenção de intimidar, punir e humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres (TELES e MELO, 2002).

É salutar destacar que a visibilidade da violência contra a mulher como expressão da questão social teve como marco a atuação do movimento feminista a partir do início da década de 1970. Foram as feministas americanas as primeiras a denunciarem as violências. Elas desenvolveram suas análises teóricas explicitando os estudos criminológicos que, com seus pré-jugamentos androcêntricos,

privilegiavam as teorias vitimologistas que fazem das relações entre a vítima e o agressor um elemento explicativo fundamental. Estes estudos tiveram um largo eco nos países anglo-saxões e depois na França (QUEIROZ, 2008).

No Brasil, a categoria violência contra a mulher, hoje de grande significado, passa a fazer parte do senso comum a partir das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “*por amor*” e “*em defesa da honra*,” no final dos anos 1970⁵⁵. Lutas que se ampliaram, no início dos anos 1980, para a denúncia de espancamentos e de maus-tratos conjugais, impulsionando a criação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência (QUEIROZ, 2004).

A problemática da violência contra a mulher vem ganhando novos contornos. Em primeiro lugar, é inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, o gênero, a classe e a raça/etnia são igualmente estruturantes das relações sociais (SAFIOTTI, 2004).

Assim, fruto das diferenças que são transformadas em desigualdades, é que se dão as várias expressões do poder dos homens sobre as mulheres, sendo, a nosso ver, a violência exercida contra a mulher, a face mais cruel deste poder.

Apesar de todos os avanços, da equiparação entre o homem e a mulher levada a efeito de modo mais enfático pela Constituição, a ideologia patriarcal ainda subsiste. A desigualdade sociocultural é uma das razões da discriminação feminina, e, principalmente, de sua dominação pelos homens, que se vêem como superiores e mais fortes. O homem se tem como proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos (DIAS, 2007, p.16).

Existe uma espécie de rede de proteção, composta pela sociedade, que protege e estimula a agressividade masculina, estabelecendo uma imagem de superioridade do sexo que é respeitado por sua virilidade. Nesse sentido, a ênfase é dada aos aspectos que ressaltam força, poder, como expressões de masculinidade. As atitudes que fogem desse padrão são vistas sistematicamente como sinônimo de fraqueza, ou “*coisa de mulher*”, como demonstrar afetividade, por exemplo. Segundo

⁵⁵Nessa época, os movimentos feministas lançaram dois *slogans* que simbolizaram a luta pelo fim da violência e publicização da mesma: “Quem ama não mata” e “O silêncio é cúmplice da violência” (QUEIROZ, 2004).

Dias (2007, p.16), “essa errônea consciência masculina de poder é que lhes assegura o suposto direito de fazer uso da força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família”.

O marco de enfrentamento pelas mulheres a esta problemática se deu no início dos anos 1980, quando foram criados os grupos SOS Mulher⁵⁶. Os SOS reuniam representantes de diferentes grupos feministas, ligados a distintas correntes ideológicas e posições políticas. Mais tarde, em 1986, surgiram as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), conquista esta resultante das pressões exercidas pelo movimento feminista junto aos poderes públicos.

De acordo com Bandeira (2002), as delegacias se constituíram nas primeiras respostas institucionais colocadas à disposição das mulheres no enfrentamento da problemática da violência exercida contra elas. Essa política foi criada com o objetivo de atender a uma clientela específica: as mulheres em situação de violência, especialmente a violência doméstica.

Nesse sentido, Queiroz traz a seguinte definição:

As violências exercidas contra as mulheres em razão de seu sexo são multiformes. Elas englobam todos os atos que pela ameaça, ou força, as infligem, na vida privada ou pública, bem como, os sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a intenção de intimidar, punir e humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres agredidas (2004, p.26).

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, trabalhou com um universo de 65,5 milhões de mulheres (IBGE, 2006), e entrevistou 2.052 mulheres distribuídas por todas as regiões do país no espaço urbano e rural, tal pesquisa constatou que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Chegou-se a esse resultado pela seguinte análise.

⁵⁶ Serviços voluntários e autônomos que se constituíram na primeira experiência de combate à violência através da prestação de assistência jurídica, psicológica e social às mulheres em situação de violência.

A projeção realizada para a população indica que 6,8 milhões de mulheres (11%), dentre as brasileiras vivas, já sofreram, no mínimo, um espancamento. Destas, 31% mencionaram que a última vez que um espancamento havia ocorrido tinha sido no período dos 12 meses anteriores à coleta de dados. [...] se o ano de 2001 for semelhante aos demais, anteriores e posteriores, têm-se 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no Brasil. Isto significa 175 mil por mês; 5,8 mil por dia; 240 por hora ou 4 por minuto. Disto resulta uma mulher espancada a cada 15 segundo (SAFFIOTI, 2002, p.55).

A relação entre prostituição e violência contra a mulher é mais evidente do que se possa imaginar, apesar desta não está enquadrada nos moldes que particulariza e a caracteriza como violência doméstico-conjugal, que é marcada principalmente por ocorrer no espaço privado e ser praticada por pessoas as quais as vítimas mantêm laços de afetividade (maridos, companheiros, noivos, namorados ou pelos ex- companheiros). Há, contudo, na sua essência uma intrínseca relação, que acreditamos ser fundamentada na dominação masculina sobre as mulheres na sociedade patriarcal. A dominação masculina, como toda dominação, está estruturada sob a opacidade das práticas dos dominantes (WELZER-LANG, 1991).

Indagadas acerca das principais dificuldades para o exercício da prostituição em Natal, foram apontadas: o medo de fazer programa com desconhecidos, a discriminação da sociedade para com elas, os estigmas e preconceitos, a drogadição, falta de segurança pública, o desconhecimento acerca dos seus direitos e a resistência dos clientes ao uso do preservativo masculino.

Uma dessas dificuldades foi expressa no depoimento seguinte:

[...] pra ser sincera o que maltrata na prostituição é a maneira com que as pessoas vê, discrimina né, a discriminação, é o que eu acho que atrapalha, mas pra te dizer que alguém já me maltratou, não de jeito nenhum. Porque nem toda mulher que tá aqui, se droga, bebe, a prostituição nunca me botou em caminhos errados (KARINE, 48 ANOS)

A entrevistada aborda pontos relevantes na discussão que permeia a prática prostitucional, ressalta a discriminação contra as prostitutas como uma condição a qual estão constantemente expostas, seja por parte da sociedade, pelos clientes, pela polícia, pelos serviços públicos etc. Contudo, contraditoriamente, a

entrevistada não se reconhece enquanto discriminada, visto que, aparentemente, se encontra numa condição privilegiada em relação às demais prostitutas que se inseriram no universo das drogas, dos furtos, da criminalidade, e esses aspectos são por ela ressaltados de modo a desenhar caminhos mais lícitos de experiência no interior da prostituição.

A discriminação contra as mulheres que se prostituem têm sistematicamente apresentado especificidades, expressando uma ambiguidade latente. Haja vista, que por um lado, a política dos direitos humanos que em 1993, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, promovida pelas Nações Unidas, em Viena, determina que a violação dos direitos das mulheres, mesmo que no âmbito privado, é reconhecida como violação dos direitos humanos, portanto, cabendo ao Estado garantir sua proteção e segurança.

Esse “*mesmo no âmbito privado*” está subentendido que para o âmbito público isso já seria garantido, no entanto, as prostitutas são alvos cotidianos de violências nos espaços públicos, evidenciando uma negação sistemática dos direitos humanos. O Estado, muitas vezes não desenvolve quaisquer ações para inibir tais violências com ações que garantam à essas mulheres o direito à segurança, pois muitas são espancadas, humilhadas, estupradas sob a justificativa de serem prostituta, e, portanto, não merecedoras de proteção por parte do Estado (DINIZ, 2007).

São os assaltos que sempre há aqui, tivemos que denunciar a polícia, já fomos vítimas de vários assaltos aqui (JUSTINE, 26 ANOS).

A segurança dos cidadãos é um direito constitucional, assegurado como Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas. É um bem público, uma responsabilidade à qual os governos devem responder por intermédio de políticas públicas articuladas. Isto é, políticas com objetivos, que possam assegurar para todos (as), independentemente de condição financeira, cor, raça/etnia orientação sexual, gênero, acesso a esse bem, cabendo a tais instâncias administrativas garantirem os meios materiais, estruturais, recursos humanos e financeiros para a consolidação de tal direito.

Há, nas áreas periféricas das grandes cidades, um total descaso no sentido de garantir o direito à segurança. Nesses espaços, os investimentos em

infraestrutura colocada à disposição da sociedade são mínimos, deixando parcela significativa da população numa situação de insegurança diante da criminalidade que se intensifica cotidianamente.

A miséria fragiliza essa parcela substantiva da população. Por isso, enquanto nos bairros de classe média e média alta as taxas de crimes contra o patrimônio são mais altas e as de crime contra a vida, muito mais baixas, nos bairros da periferia a situação é exatamente inversa a miséria não explica diretamente o crime, mas explica a vitimização das populações que a padecem (ADORNO, 2007, s/p).

Esses locais onde prevalecem altos índices populacionais são considerados de maior vulnerabilidade social e de maior índice de pobreza. Na cidade de Natal temos, segundo Freire *apud* Silva (2008), cerca de 318 mil pessoas, ou seja, 45% da população total da capital, localizam-se nos bairros que apresentam características comuns de baixos índices de qualidade de vida. Vale ressaltar que essa condição de segregação tem impacto significativo no direcionamento de desenvolvimento social e pessoal dos sujeitos que habitam estes locais, estando inseridos em um contexto social marcadamente perpassado pela violência, miséria, por serviços públicos precarizados, por políticas de cunho assistencialistas, centralizadas e seletivas no tocante à superação da desigualdade social, e as respostas à questão social.

Desse modo, tais espaços são *locus* privilegiados onde se problematiza as políticas de corte sociais no país, na qual prevalece a ênfase na reprodução da subalternidade dos denominados “assistidos”, se consolidado assim, a prática marcada pela dependência de favores na relação com o poder público.

Outra dificuldade que permeia a prática prostitucional ressaltada por uma das entrevistadas é a recusa de alguns clientes em usar os preservativos. Há um importante reconhecimento por parte da informante que tal recusa se constitui numa forma de agressão à mulher.

Porque aqui também tem muito homem, assim, para mim isso também é uma agressão à mulher, tanto a gente mulher como a eles próprios, a não querer usar a camisinha, porque tem home que

chega no quarto e faz isso, não quer usar a camisinha de jeito nenhum, aí vem oferece mais dinheiro, uma quantia mais alta, como já teve meninas que fizeram isso aqui, depois ta aí doente, não usar camisinha pode pegar de tudo, ela protege de tudo germe, gravidez indesejada, Aids, evita tudo. Então isso para mim é uma agressão, por o home não usar camisinha e às vezes querer forçar a mulher a transar com ele, isso acontece bastante. Para mim, todos eles são sem vergonha que não querem usar, tem uns que não fazem questão, mais se a mulher der vacilo, tem uns que rasgam a camisinha, isso acontece muito, isso é uma agressão, eu se vou fazer um programa chego lá o cara não quer usar, nossa eu fico arrasada, porque não é só nossa vida, é a vida do homem também, ele tem que se conscientizar pôxa, mesmo porque aqui vem muito homem casado (KARINE, 48 anos).

Nos últimos anos intensificou-se o debate acerca da especificidade da mulher em relação ao vírus do HIV/AIDS. Segundo Barbosa (2003), estimativas divulgadas pelo UNAIDS (Programa Conjunto de Agências das Nações Unidas de Combate à AIDS) dão conta de que há aproximadamente 35 milhões de pessoas vivendo com HIV/AIDS no mundo, concentrado principalmente em países em desenvolvimento. Desse total, 15 milhões são mulheres. Em 1999, dos 5 milhões de pessoas infectadas a cada ano, a metade correspondia à população feminina. O aumento do número de casos de HIV na população feminina durante a última década (44% entre 1996 e 2005), (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009), requer políticas públicas emergenciais para enfrentar tal problema.

No caso específico do Brasil, Barbosa (2003) acrescenta que:

No Brasil, 210.452 casos de AIDS foram notificados até 31 de março de 2001, sendo 54.660 mulheres (BRASIL, 2001). Estima-se que, em média, 218 mil mulheres com mais de 13 anos de idade estejam infectadas pelo HIV atualmente, de um total de quase 600 mil pessoas (Szwarcwald e Carvalho, 2001). [...] antes de completar uma década, no entanto, ficou evidente uma tendência crescente de aumento da infecção pelo HIV entre as mulheres, fenômeno que passou a ser denominado de feminização. Para o Brasil como um todo, a razão homem/mulher caiu de 28/1 em 1995, para 2/1 em 1997, e no grupo etário de 15 a 19 anos, a partir de 1994, a razão já é de 1/1 (p.342).

A utilização do preservativo é considerado um impedimento para alguns clientes, que se recusam a prática do sexo seguro, demonstrando uma vulnerabilidade frente às DST's/Aids. Desse modo, essa negativa em algumas

situações tem sido utilizada como barganhar na negociação dos valores dos programas. Ou seja, o não uso da camisinha implica geralmente um adicional ao preço. Outros tentam romper o acordo feito no decorrer da negociação, usando de subterfúgios para não usá-lo, nesse caso, as que não sucumbem a mais dinheiro, ou se negam ao programa ou recorrem a estratégias para impedir que tais situações ocorram e possam comprometer sua saúde⁵⁷.

É mister saber que algumas determinações fazem com que se flexibilizem a prática do uso do preservativo, a falta de clientes, a concorrência, a idade etc. Quando isso ocorre o preço do programa é reduzido, obrigando-as a fazerem mais programas, e para conseguir aumentar o número de programas, elas flexibilizam a negociação no preço, práticas e proteção, “abrindo mão da segurança em relação à própria saúde, não utilizando o preservativo” (GUIMARÃES E MERCHÁN-HAMANN, 1999, p. 538).

As campanhas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde em relação às DST/HIV/AIDS, pouco tem evoluído em relação a visibilidade das prostitutas no sistema de saúde sexual e reprodutiva. Muitas, ao procurarem os sistemas de saúde, ficam constrangidas em se identificam como prostitutas, na maioria das vezes, elas se autoidentificam como donas-de-casa, empregadas domésticas ou comerciárias, na tentativa de garantir um atendimento sem discriminação. Essa prática muito utilizada evita a exposição pessoal ao possível preconceito dos(as) profissionais de saúde. Segundo narraram algumas prostitutas, esse tipo de constrangimento ainda está presente em muitas instituições públicas de saúde.

As propostas de intervenção estatal muito se assemelham às práticas adotadas pelos higienistas de séculos anteriores, principalmente ao restringirem as ações para com o segmento prostitucional ao plano dos controles sanitários, nas intervenções profiláticas, não levando em conta determinantes que compõem a totalidade das relações sociais das prostitutas.

⁵⁷Uma dessas estratégias adotadas é na hora do sexo oral colocar o preservativo na boca, à medida que suga o pênis já ereto, vai colocando-o. Segundo informaram, muitas vezes o cliente não se dá conta do preservativo.

5 DESCORTINANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS PROSTITUTAS

5.1. “Violência é eu vim aqui, pra que violência maior”? percepções sobre violência pelas prostitutas

A violência é eu vim aqui, pra que violência maior, tudo que vejo aqui é consequência da vida que levamos, então essas coisinhas [violências] (grifo nosso) que acontecem é coisa besta diante dessa coisa grande (LIZZIE, 36 ANOS).

O depoimento reconhece a prostituição como uma forma explícita de violência, devido o fato de que cotidianamente vende seu corpo, percebendo-a como um tipo de agressão que a acompanha sistematicamente. Desse modo, a entrevistada minimiza as demais formas de violências que perpassam a prática da prostituição, a exemplo das agressões físicas, falta de pagamento pelos serviços prestados, agressões verbais etc. “Comprar o corpo de uma pessoa é uma forma de violência, pois não é um negócio entre iguais, mas uma venda a partir de uma posição de inferioridade”. Jens Orbacks, Ministro da Igualdade e Imigração do Governo Sueco (EL PAÍS, 2006).

Eu acho que a violência é o bater, assim tem muitas pessoas que sabe que a mulher vive aqui, e você sabe (KARINE, 48 ANOS).

A fala da entrevistada traz a identificação da violência visível, e reforça a condição de naturalização, de modo que, saber que a mulher é prostituta é sentir-se seguro quanto a não punição das agressões perpetradas.

A violência é palavra, palavra machuca muito, machuca mais do que tapa, quer ver eu adoecer um homem me chame de fuleira, ave maria, eu fico tão triste, chateada quando levo esse nome, de ladra, prostituta eu não ligo muito. Agora fuleira, você me roubou, é pesado demais (MORENA, 48 ANOS).

Morena, ressalta as agressões verbais como uma das formas de violência que mais a incomoda e destrói sua auto-estima. Esse tipo de insulto, aparentemente, tem um significado marginal capaz de se sobrepor à estigmatizada prostituta.

É tudo aquilo que vá contra os meus princípios, a minha vontade. É tudo aquilo que possa me deixar seqüelas, tanto físicas, como psicológicas (BETINA, 49 ANOS).

A conceituação ressaltada pelas entrevistadas refere-se a tipologia da violência, expressa nas formas física, sexual e psicológica.

A violência física caracteriza-se por lesões corporais causadas por agressões físicas tais como: tapas, chutes, empurrões ou por qualquer outra forma que venha deixar marcas visíveis no corpo da mulher.

A violência sexual pode ocorrer de várias formas: abuso sexual, (praticado especificamente contra crianças e adolescentes), assédio sexual, atentado violento ao pudor, estupro ou mesmo quando os maridos ou companheiros obrigam as mulheres a terem relações sexuais quando estas não desejam ou quando estão doentes, colocando em risco a saúde daquela mulher (QUEIROZ, 2008).

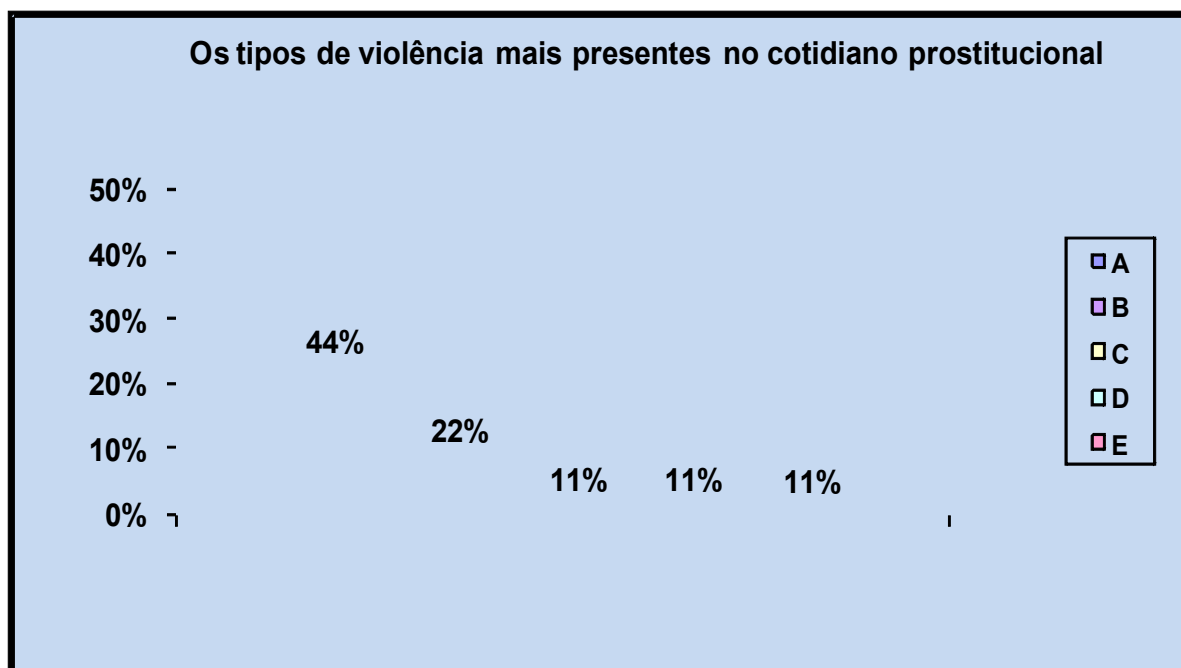
Por fim, a violência psicológica se caracteriza por xingamentos, ameaças, humilhações, cárcere privado, privação econômica, acusação de ter amantes. É “invisível”, porém deixa profundas marcas nas atitudes e no comportamento das mulheres. Em outras palavras, esta violência é invisível ao corpo, mas visível à alma. Tem como objetivo destruir a autoestima das mulheres.

As prostitutas, assim como outras mulheres, não escapam ao contexto de violência contra a mulher, historicamente construída. Sendo que, como a prostituição é composta por uma significação marginal, a exposição à violência é ainda maior, além do que estas podem ser classificadas como um segmento da sociedade duplamente discriminado, por ser mulher e prostituta.

Diante de um cenário social onde se articulam diversos fatores histórico-culturais, a prostituição constitui-se uma violência despercebida, invisível como foram por muito tempo outros tipos de violência como o estupro, o incesto e as violências conjugais (SWAIN, 2003).

5.2 Incidência de violência no cotidiano das prostitutas

GRÁFICO-05 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA MAIS PRESENTES NO COTIDIANO PROSTITUCIONAL



Fonte: Pesquisa direta

Legenda: A) Violência Física;
 B) Violência Social;
 C) Violência Moral;
 D) Violência Psicológica;
 E) Não soube.

Tem gente na sociedade que não olha a mulher com um bom olhar, imagine as que vivem aqui, nessa vida (MANU, 36 ANOS).

O gráfico 05 apresenta a violência física e a violência social como os tipos de violência mais comuns percebidas pelas prostitutas no cotidiano da profissão. Esse dado é importante no sentido de perceber os avanços no tocante à identificação das prostitutas de outras formas de violência, para além da física, que até bem pouco tempo era quase a única violência identificada pelo segmento. Ademais, as outras formas de violência, por não deixarem marcas visíveis no corpo, ainda são de difícil percepção e criminalização.

Contudo, os aspectos da violência social parecem circunscrever mais especificamente no sentido de discriminação e desqualificação, tanto por parte de alguns segmentos da sociedade, quanto pela ausência do Estado, via políticas públicas, de modo que as demais dimensões que caracterizam a violência social não são identificadas pelo segmento, a exemplo da não igualdade de oportunidades, precarização do trabalho, dupla jornada de trabalho, negação de serviços públicos, dos salários diferenciados, dentre outros.

É importante destacar outros aspectos da violência social e moral que acompanham as mulheres nas dimensões do trabalho, como o assédio sexual e moral que é vivenciado por muitas mulheres nos espaços públicos e privados, contudo, para se manter no emprego, ou galgar postos de chefia, muitas silenciam diante desse tipo de abuso.

Há ainda como expressão desse tipo de violência a falta de uma legislação que assegure o direito da mulher ao aborto. Isso tem levado a prática do aborto clandestino com consequências trágicas, tanto para a sua saúde sexual e reprodutiva quanto para sua vida como um todo.

Por fim, a violência racial que discrimina as mulheres em função da cor da pele, da etnia, marginalizando-a e atribuindo a condição de inferioridade diante de padrões culturais dominantes na sociedade. Segundo dados da PNAD 2001, as mulheres ganham pouco mais de 60% do salário dos homens. As mulheres negras são as mais pobres entre os mais pobres: ganham 51% da média de rendimento das mulheres brancas e 70% do rendimento dos homens negros. Com base no Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, as (os) negros (as) representam 65% da população que vive abaixo da linha de pobreza e 70% da população vive em condições de indigência.

Desse modo, a violência social tem relação direta com a prostituição, visto que, para além do espaço doméstico, às mulheres permanecem sem igualdade de oportunidade em relação ao acesso ao emprego, com isso, muitas são lançadas na prostituição, vendo nessa forma de exploração, um modo de sobrevivência.

Quanto às violências sofridas, todas as entrevistadas descrevem histórias de violência que perpassam, tanto a dimensão da prostituição, quanto das relações afetivo-familiares. Entretanto, nenhuma das entrevistadas nomeou a autoria das agressões da qual foi vítima, conforme depoimentos a seguir:

Já, já apanhei aqui duas vezes de um cara aí, às vezes o dono toma até a frente da gente, as vezes a gente sai na porrada mesmo com os clientes, eles querem tratar a gente mal, vamos dizer ao dono e eles dizem que foi a gente que tratou ele mal, nós somos rebaixadas mesmo, mais sujas que um pano de chão. Foi agressão física mesmo o dono ainda tomo a frente eu fui pro programa com ele, fui pro quarto e ele disse que só pagava tanto, e esse tanto não foi o que falei, dentro do quarto mesmo ele bateu em mim o dono arrombou o quarto ainda, chamou a polícia e ele saiu me esculhambando verbal também (TAÍS, 25 ANOS).

Taís aponta para as expressões de violência que perpassam suas relações no espaço de prostituição, assinala ainda para a convivência que muitos(as) proprietários (as) dos bares têm para com os clientes. Aplica-se aqui a dinâmica do mercado “o cliente tem sempre razão”. Nesse contexto, a entrevistada está sujeita a uma situação de desigualdade de poder, submissa ao cafetão e ao cliente. Entretanto, a reação a violência e dominação, vêm corroborar com o que Foucault (1999) ressalta acerca da não unilateralidade do poder, e mesmo em situações de extrema dominação, os sujeitos, mesmo com menor poder podem exercê-lo.

Acerca desse mote Saffioti (2004) acrescenta:

Mesmo quando permanecem na relação por décadas, às mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias. A compreensão desse fenômeno é importante, porquanto há quem as considere como não-sujeitos e, por via das conseqüências, passivas (p. 85).

A fala seguinte nega a ocorrência de agressões em sua vivência profissional e pessoal:

Comigo nunca aconteceu isso de violência não (KARINE, 48 ANOS).

Apesar da informante não admitir qualquer tipo de violência ao longo de sua trajetória de vários anos na prostituição, no decorrer da entrevista relatou casos de espancamento da qual foi vítima, além da exploração de um gigolô que a obrigava a trazer-lhe dinheiro. Relatou ainda, a discriminação social a qual é

submetida. Contudo, não se percebe enquanto discriminada, fundamentalmente por não se autoidentificar com os estereótipos por elas atribuído às demais prostitutas.

As condições vivenciadas pela referida entrevistada confirmam uma vida permeada por abandono, exploração e miséria. Entretanto, são comumente ressaltados aspectos positivos a exemplo de dignidade, honestidade, expressões em não roubar, pois sua subsistência financeira se dá por meio dos ganhos obtidos com a prostituição, que a permite criar a filha, oferecer-lhe estudo, embora tenha que omitir a forma como se dá tal sustento. Tais elementos, segundo a informante, justificam as dificuldades enfrentadas no cotidiano prostitucional.

A segunda entrevistada retrata formas de violência bastante comuns no interior da prostituição feminina e travesti.

Ah! Você perguntou se eu já sofri violência agora me recordei uma vez em Recife, minha filha os homens de Recife são violentíssimos, muito cruéis, lá as prostitutas, travestis, apanham mesmo, direto, matam por brincadeira. Eu tava na avenida e um carro parou o cara me chamou até a porta do carro, eram dois rapazes quando eu encostei na porta, um pegou no meu braço o outro arrastou o carro, então aqueles homens nunca me viram nunca fiz nada, isso são os filhinhos de papai, eles passam atirando, nos homossexuais, nas mulheres de programa (LIZZIE, 36 ANOS).

A narrativa apresentada pela entrevistada retrata a realidade presente em diferentes espaços e momentos históricos, que tiveram as prostitutas e os homossexuais como principais sujeitos estigmatizados e vulneráveis a ações violentas de grupos que, imbuídos de preconceitos e certos da impunidade saem pelas ruas, batendo, roubando, ateando fogo nesses sujeitos⁵⁸. Vale ressaltar que o Brasil lidera o *ranking* dos países onde ocorrem mais homicídios de homossexuais, segundo dados do relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB):

Em 2008 cresceu em 55% o número de assassinatos de homossexuais no Brasil em relação ao ano anterior. Foram 190

⁵⁸Em 2008, três casos mereceram destaque na mídia envolvendo violência contra as prostitutas. Um dos casos envolve o ator Rômulo Arantes Neto, ele é acusado de agressão e roubo por uma garota de programa. O caso ocorreu no Rio de Janeiro, ele nega o crime. Em São Paulo, um jovem de 24 anos foi preso sob suspeita de atear fogo a uma garota de programa em São José dos Campos, a 91 km da Capital. A vítima, de acordo com a polícia, teve queimaduras de 1º e 2º grau do joelho para baixo. Em outro caso, no Rio de Janeiro, rapazes que espancaram uma empregada doméstica em um ponto de ônibus, na madrugada de 23 de junho, tentaram justificar a violência afirmando que acharam que se tratava de uma prostituta. Na mesma madrugada, uma prostituta foi agredida em outro ponto de ônibus. Um dos rapazes que espancou a doméstica também foi reconhecido pela prostituta como um de seus agressores.

homicídios ante 122 em 2007, constatou o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), que lista desde 1980 a incidência desse crime no País. Em 2007, o crescimento havia sido de 30% na comparação com 2006. O Estado onde houve mais assassinatos de homossexuais no ano passado, de acordo com a pesquisa, foi Pernambuco, com 27 casos. O levantamento, realizado com a coleta de reportagens nos meios de comunicação brasileiros, informa que 64% das vítimas eram gays; 4%, lésbicas; e 32%, travestis. Desde o início do estudo, o total de homicídios considerados homofóbicos pela organização chega a 2.998⁵⁹.

No Brasil, ainda não há dados oficiais dos casos de violência praticados contra as prostitutas, eles se diluem nos dados das diversas agressões às mulheres, contudo, segundo a representante da Rede Brasileira de Prostituta, desde setembro de 2008 um levantamento está sendo elaborado, com financiamento da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal levantamento será realizado em algumas cidades do país.

O fenômeno da violência contra a mulher vem ganhando novos contornos. É inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, o gênero, a classe e a raça/etnia são partes constitutivas do ser social. (SAFIOTTI, 2004).

Contudo, alguns mitos ainda perpassam o entendimento por parte da sociedade acerca do que motiva os agressores a praticarem tais violências. Muitos tentam atribuir como causas o uso de álcool, drogas, ciúme, desemprego, doença mental. Vale ressaltar que apenas 5% dos agressores têm problemas mentais. “A patologização ignora as hierarquias e as contradições sociais, funcionando de forma semelhante a culpabilização dos pobres pelo espantoso nível de violência de diversos tipos” (SAFFIOTI, 2004, p. 87).

Ao serem indagadas acerca das causas da violência, todas as entrevistadas atribuíram-na às próprias mulheres. Segundo apontaram são as mulheres que incitam a fúria masculina ao contrariar seus desejos e serem agressivas. Há por parte das informantes, o reforço dos mitos acerca das causas da violência praticada contra as mulheres.

⁵⁹ (Disponível em: <www.somos.org.br>. Acesso em: 30 de maio de 2009).

O atrevimento da mulher, a mulher sendo atrevida o home fica nervoso né, aí é pancada mesmo.[...] Naquele tempo que ele batia em mim[companheiro], era mais droga também, nem era culpa dele, era da droga, da bebida (JUSTINE, 25 ANOS).

Essa afirmação de que as mulheres em situação de violência merecem a violência retrata um pensamento ainda bastante recorrente entre muitas mulheres, o que é bastante preocupante, visto que, o que determina a violência contra a mulher é a cultura machista e patriarcal que a coloca como o elo mais vulnerável de submissão ao poder masculino.

No caso das prostitutas? Drogas e atrevimento, droga influi muito (JUSTINE).

Esse depoimento reitera o anterior e acrescenta a falta de empoderamento⁶⁰ das mulheres que permanecem em relações violentas, desse modo, seriam “cúmplices” dessas relações em nome dos sentimentos que nutrem pelo companheiro.

Olha eu atribuo a elas mesmo elas se escravizam em um sentimento que não existe porque a partir do momento que você vive com um homem e ele levanta a mão pra te bater, pra te agredir, você tem que ir vai embora cara, cair fora, dizer que não quer mais e acabou, aí fica vai ficando, ficando, a polícia vem prende o cara ela vai solta. Eu tenho amigos[clientes] grifos nossos que diz que a mulher dele tem que apanhar todo dia, o que me faria ficar apanhando de um cara na frente dos meus filhos, eu acho que os homens não são culpados, a culpada é a mulher e mais ninguém, mas você não tá vendo, que eu ia agüentar isso, o mundo é grande, aonde você chegar, você vive tem assistência para essa mulher com esses filhos nos lugares, tem albergue pra viver, tem comida, hoje os tempos são outros, as mulheres tão passando por isso porque querem, elas dizem que gosta do homem, só que não é uma doença quem precisa ser tratada é a mulher (LIZZIE, 36 ANOS).

Contudo, não há uma unilateralidade desse poder, em menor proporção as mulheres, mesmo em uma situação de dominação, exercem alguma forma de poder sobre o “dominador”, como assinala Foucault (1999) “onde há poder, há

⁶⁰ De acordo com Saffioti (2008) “empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, possuir alternativa (s), sempre na condição de categoria social. O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres álibi, o que joga água no moinho do (neo) liberalismo” (p.161).

resistência”. Desse modo, se o indivíduo no caso a mulher, permanecer subjugada a uma relação de poder, negará a sua autonomia sua condição de sujeito. Foucault (1999) acrescenta:

[...] o poder é uma rede de relações que se exerce nos micro-espacos cotidianos. Não é uma rede exercida unilateralmente, onde há os que detêm e os que não o possuem. Assim, ele pode ser descoberto no cotidiano da história, nos micros-espacos, nas microfrazões concretas e cotidianas ao longo da história (p.10-13).

É preciso ter em conta que de forma alguma as mulheres são passíveis ou cúmplices da violência a qual são acometidas, pois não detêm a mesma cota de poder que os homens na sociedade. Elas, de uma forma ou de outra, reagem à violência, variando as estratégias e sonham com um mundo em que elas sejam valorizadas e respeitadas, um mundo sem violência (QUEIROZ, 2008).

É preciso ter em conta que a causa da violência contra a mulher é a cultura machista patriarcal de gênero que desvaloriza a mulher e naturaliza a violência. Tal cultura é incorporada por parte da sociedade que oprime e violenta as mulheres, pois embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo à superioridade dos homens sobre as mulheres.

As mulheres em situação de violência geralmente apresentam baixa autoestima, sentem-se tão desvalorizadas que não acreditam que conseguirão sair da relação violenta; sofrem com o isolamento, geralmente o marido não permite que elas tenham uma vida social, escondem-se da família por vergonha de expor suas dificuldades no relacionamento; sofrem com as ameaças perpetradas pelo agressor. É comum ocorrer ameaças de morte, principalmente quando a mulher tenta romper a relação, além das ameaças de tomar a guarda dos filhos, fazer mal às crianças ou a outros familiares, cometer suicídio. Muitas mulheres dependem economicamente dos companheiros, em alguns casos abandonam o trabalho e os estudos por exigência dos maridos e ficam sem autonomia econômica. Com a separação, mesmo que tenha direito à pensão alimentícia para ela e para os filhos, a mulher

terá que enfrentar a queda no padrão de vida, a busca por qualificação profissional e a entrada no mercado de trabalho (QUEIROZ,2008).

Outro fator importante para a permanência das mulheres nas relações violentas são as precariedades dos serviços de ajuda profissional para acolhimento dessas mulheres, visto que faltam (casas-abrigo⁶¹, centros de atendimento para apoio psicossocial e jurídico). E finalmente, muitas por ainda gostar dos companheiros, acreditam nas promessas de mudança de comportamento, alimentam a esperança de que a situação vai mudar sem que ela necessite se separar.

Vale salientar, que a violência contra a mulher acontece numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem o auxílio externo. Até que isso ocorra, as trajetórias oscilam com movimentos de saída da relação e retorno a ela (SAFFIOTI, 2004).

5.2.1 Protagonistas da violência: cafetões/cafetinas, clientes e agentes de polícia

A polícia se configura como o principal ator institucional que regula e mantém o controle das práticas prostitucionais. Dessa forma, é pertinente um aprofundamento na realidade apresentada pelas entrevistadas a respeito dessa atuação.

Todas afirmaram manter uma relação amistosa com a polícia na cidade de Natal. As rotineiras violências policiais que caracterizam o comportamento em relação à prostituição ao longo da história, segundo elas ficaram no passado. Hoje essas relações mais conflituosas se direcionam para as prostitutas usuárias de drogas. De acordo com elas, a violência perpetrada pela polícia não está necessariamente direcionada à prática da prostituição.

Entretanto, alguns relatos obtidos junto as participantes dos seminários promovidos pela ASPRORN, os quais participamos, realizado na cidade de Natal, retratam as ações arbitrárias e truculentas praticadas por policiais contra as prostitutas. Segundo as informantes, frequentemente eles fazem as “batidas”,

⁶¹ Segundo dados da Secretaria de Política para as Mulheres em 2007 existiam apenas 120 casas-abrigo em todo o Brasil.

pedem para revistar suas bolsas e, certificando-se da existência de algum dinheiro, levam-nas até a viatura e mandam um segundo policial vir revistá-las novamente, esse simula ter encontrado drogas, principalmente maconha, que supostamente já trazem entre os dedos. Para relaxarem o suposto flagrante do porte de drogas, ficam com o dinheiro encontrado. Vale ressaltar que elas atribuem essa prática principalmente a alguns agentes da polícia civil de Natal. Com a polícia militar a relação tem sido mais amistosa. Tais ações arbitrárias praticadas pela polícia se constituem em violências institucionais, expressas em abuso de poder, extorsão⁶², furtos etc.

Na maioria das vezes, quando esses tipos de violência ocorrem, as prostitutas não apresentam queixa às autoridades, a princípio pelo tipo de tratamento dispensado a elas nas delegacias, posteriormente, porque foi introjetada no seu imaginário que a violência exercida sobre elas é inerente à atividade desenvolvida (DINIZ, 2007).

Como a prática policial historicamente esteve associada à repressão, as “batidas” praticadas pelos policiais, que constantemente eram acompanhadas de agressões físicas, extorsões, no intuito de extrair algum dinheiro das prostitutas, e dissipar os guetos de prostituição. A naturalização das violências foi ao longo dos tempos e espaços sendo absorvida pelo segmento.

Quando uma sociedade trata a violência como corriqueira, o risco que ocorre é a banalização do cotidiano, chegando à barbárie. A realidade brasileira expressa essa situação. A violência aparece como algo corriqueiro, típico do cotidiano das pessoas, quer seja a violência na cidade, quer seja a violência no campo: homicídios, chacinas, ocupações violentas de terras, dizimação de índios, morte perinatal, estupros, acidente de trânsito, assaltos, roubos de banco, extorção, tráfico de drogas, linchamento, tráfico de crianças e uma violência que não ganha visibilidade pelas marcas que deixa pelo corpo, mas que se expressam no conjunto das relações sociais e na vida cotidiana: ausência de equipamentos sociais mínimos, tempo gasto no transporte, desemprego, filas de espera, baixos salários, qualidade e quantidade de serviços públicos de direitos do cidadão, desrespeito, perda de dignidade, ausência de cidadania, que vai minando o cotidiano dos sujeitos (BAIERL, 2004, p.52).

⁶²Segundo o Artigo 158 do Código Penal Brasileiro, extorsão se constitui em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa (VADE MECUM, 2008, p.564).

Atualmente, presenciamos a agudização dessas violências em todas as esferas das relações sociais e expressões de lutas coletivas. Exemplo disso é o processo de desqualificação e criminalização dos movimentos sociais no Brasil, numa clara tentativa de sucumbir os direitos de uma parcela da população, a exemplo do que ocorreu recentemente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, onde o poder público, por intermédio de articulações entre o setor jurídico, político, econômico e militar, vem promovendo uma ofensiva contra a constituição do Estado democrático de direito, apelando para a Lei de Segurança Nacional⁶³, objetivando criminalizar tal movimento. O cerceamento da liberdade e autonomia dos movimentos assume dimensões espantosas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, há impedimentos legais de mobilizações, proibições de órgãos públicos estatais de negociarem contratos e convênios com o MST, além das ações violentas perpetradas contra os (as) trabalhadores rurais sem terra (LIMA, 2008).

Assim como o MST, vários outros movimentos sociais, como as organizações de mulheres que lutam pela descriminalização do aborto, o movimento negro, o movimento indígena e quilombolas, movimentos que lutam pela ampliação, efetivação e reconhecimento dos direitos humanos, são alvo dos ataques conservadores que tentam deslegitimar e criminalizar os movimentos sociais e as lutas dos que ousam atuar contra a lógica neoliberal.

Os pontos levantados por Baierl (2004) trazem além das violências perceptíveis, a retração do Estado no tocante à garantia de serviços públicos para os (as) cidadãos (as). Trata-se, na verdade, de um processo contínuo que se reproduz em determinadas condições cuja ruptura demandará uma intervenção profunda nos determinantes que se complementam nas particularidades da violência.

Segundo Teixeira (2004), o alvo da intervenção policial, muitas vezes, é na prática à prostituição e não sua exploração, visto que o Código Penal Brasileiro só tipifica como crime o lenocínio⁶⁴.

⁶³ Vale ressaltar que tal Lei foi constituída na época da ditadura militar.

⁶⁴ Crime contra os costumes que consiste em induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem (CP: art. 227).

Os discursos acerca da relação com a polícia, em alguns momentos das entrevistas foram paulatinamente sendo reconfigurados, no sentido de trazer expressões de discriminação e preconceito, além do tratamento diferenciado pela condição de desigualdade a que são expostas. O depoimento que se segue é ilustrativo dessa relação.

Às vezes eles(os policiais) vem resolver problemas aqui mais a gente não somos muito aceitas com eles não, porque as vezes agente vai resolver uma coisa da gente, como uma colega da gente que apanhou de um cliente e fomos para a policia com ela, e não fomos bem aceitas, um problema danado. Como o dono mesmo mandou chamar a gente teve um tratamento muito diferente, sendo conhecido é tudo bem, mas não sendo o tratamento é diferente, eles esculhambam a gente, e por ai vai(TAÍS, 25 ANOS).

Esse tipo de tratamento, dispensado pela polícia às prostitutas, ilustra claramente uma continuidade do processo de estigmatização dessas mulheres. Ademais, a abjeção à prostituição, apontada em diferentes circunstâncias ao longo dos últimos séculos, é uma realidade existente em nossos dias, apesar de todas as transformações ocorridas em termos da moral sexual (ANDRADE *apud* TEIXEIRA 2003).

Não raro, percebemos em depoimentos produzidos durante os seminários realizados com as prostitutas⁶⁵, que em alguns casos os próprios policiais se colocavam como exploradores da prostituição. Essa prática é bastante recorrente podendo ser reiterada no pensamento de Teixeira (2003).

[...] Utilizando-se de seu poder e autoridade, negociavam proteção ou simplesmente a não fiscalização do “negócio” em troca do recebimento de favores sexuais das prostitutas sem, entretanto, submeter-se à relação contratual estabelecida normalmente com os clientes. Às mulheres, nessas circunstâncias, interessava se livrarem do problema e, simultaneamente, evitar complicações com a lei, encerrando o mais rapidamente possível, esse “encontro” indesejado com a polícia ou atribuindo-lhe um conteúdo capaz de garantir-lhes a continuidade de suas atividades (p.172).

⁶⁵ Fonte: Pesquisa direta realizada durante Seminário promovido pela ASPRORN na cidade de Parnamirim-RN em julho de 2008.

A violência é uma constante na vida das prostitutas e se expressa nas relações com clientes, cafetões/cafetinas e policiais. Apesar das falas das entrevistadas considerarem a ausência ou diminuição da violência física nas áreas de prostituição, essa prática ainda é um elemento fortemente associado a esta atividade. A impunidade que identificamos em relação às ações violentas, perpetradas pelos agentes da violência contra as prostitutas é um fator condicionante para fazer das agressões físicas um dos problemas mais incisivos a ser enfrentado no cotidiano da prostituição, contudo, para as informantes, aparentemente a violência passa a ser secundária na percepção de vulnerabilidade a partir da prostituição.

Há nessa percepção uma disposição cada vez mais preocupante que é a naturalização da violência pelo próprio segmento. Ou seja, há um conformismo que se manifesta pela visão de naturalização das prostitutas diante dos fatos adversos, como por exemplo, a violência. A banalização desta no cotidiano das prostitutas alimenta a resignação legitimada historicamente, porque muitas delas acreditam ser correto que os homens mantenham hierarquicamente o domínio de poder seja pela coerção, seja pela manipulação ou força física.

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens, sempre vinculados à força, são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

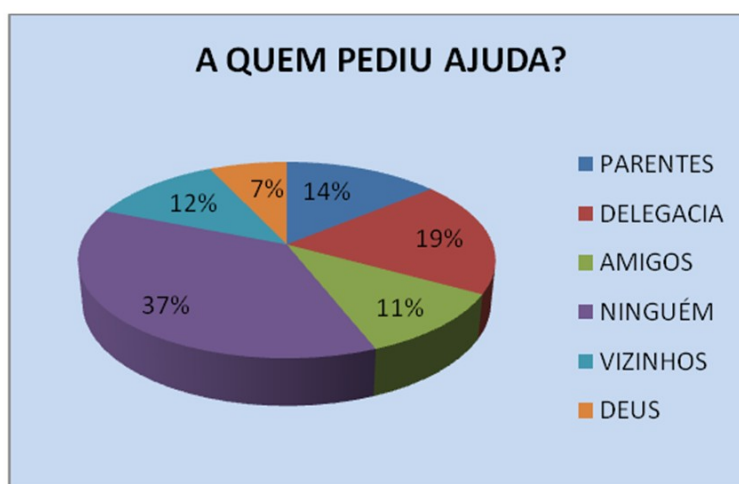
Outro fator que colabora para a invisibilidade da violência contra as prostitutas é a amizade entre "cafetões" e policiais. Esse fato faz com que, muitas vezes, os crimes deixem de ser levado às autoridades. O envolvimento de autoridades no crime termina por camuflar os esquemas "sofisticados" de prostituição, do qual boates, hotéis e taxistas participam (TEIXEIRA, 2004).

Em síntese, a negativa da relação conflituosa com a polícia pode ser explicada segundo o imaginário construído, que busca atenuar as condições da violência na prostituição e na sua individualidade, e desse modo, à medida que narram uma "vida normal", uma relação amistosa com a polícia, com os clientes e

com a sociedade. Com isso, distanciam-se do estigma reservado às prostitutas usuárias de droga, ou seja, é como se as prostitutas que se envolvessem com drogas fossem inferior na hierarquia prostitucional.

O gráfico abaixo traz os dados da pesquisa realizada pela ASPRORN, em que, seguida à pergunta se já sofreu violência, vinha à indagação: Em caso positivo, a quem você recorreu após a violência sofrida?

GRÁFICO-06 EM CASO DE VIOLÊNCIA A QUEM VOCÊ RECORREU PARA PEDIR AJUDA?



Fonte: Projeto Diamante Bruto, 2007.

Percebemos que as alternativas eram bastante variadas, ressaltando que a elaboração desse questionário foi das próprias associadas que compunham a direção da associação no período destacado.

Os números demonstram que 37% não recorrem a ninguém, com mais 7% que pede ajuda a Deus, tem-se um percentual de 44% de prostitutas que não publicizam as violências sofridas. Isso demonstra a dificuldade de ter dados concretos de incidência de violência contra as prostitutas, visto que, quase metade dos casos de violência não são publicizados e/ou denunciados. Vale ressaltar, que esses índices referem-se à violência física. Portanto, se formos levar em conta todas as formas de violência a que as prostitutas são expostas, esses dados seriam ainda mais expressivos.

Nas falas das entrevistadas percebemos a falta de credibilidade em relação às instituições de segurança, mais especificamente a polícia. Essa imagem

que permeia a sociedade de uma polícia violenta e corrupta apresenta-se de tal forma para esse segmento que elas evitam recorrer à polícia, seja para garantir sua segurança, quando sofrem algum tipo de violência, ou no caso de envolvimento em algum conflito. Portanto, o modo mais seguro de se relacionar com a polícia é aparentemente, não acioná-la.

Eu já fui para as delegacias por causa dos outros, acompanhando alguém, mas com problema meu não (LIZZIE, 36 ANOS).

Conforme Teixeira (2004), a intervenção da polícia brasileira no âmbito da prostituição está associada tanto a suspeita de existência do crime de lenocínio, quanto a conflitos relacionados à perturbação da ordem pública que, embora não se caracterizem como crimes, estão em sua esfera de atuação. Essas duas vertentes da atuação policial referem-se respectivamente às atribuições da polícia civil e da militar.

Os Cafetões enquanto agentes da violência

Algumas teóricas da prostituição tentam descaracterizar o papel do cafetão, que passa a ser um personagem quase folclórico na atual configuração da organização social que se inscreve a prostituição no país. Segundo esse pensamento as próprias prostitutas controlariam a atividade. “Difícilmente poderíamos dizer que as ‘trabalhadoras do sexo’, como se definem em todo mundo, na atualidade, estejam ali forçadas pela imposição de algum cafetão cruel” (RAGO, 2008, p.11).

Contudo, talvez devêssemos não falar de extinção dos proxenetas⁶⁶, mas novas modalidades de cafetões/gigolôs que se apresentam para estas relações. Os depoimentos trazem uma tipologia diferente de sujeitos que exploram as prostitutas, geralmente estes se introjetam no imaginário do amor romântico⁶⁷ que acompanha muitas dessas mulheres, expresso no sofrimento, na abdicação, e na imagem do “príncipe encantado” que é negada quando se fala sobre os clientes, mas que ainda

⁶⁶Proxenetista significa alguém que se beneficia de exercícios sexuais de terceiros também denominado cafetão, cafetina.

⁶⁷ Para um maior aprofundamento acerca desta categoria, consultar GIDDENS, Antony, **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo**. São Paulo, UNESP, 1993.

povoa o imaginário delas quando almejam construir relações afetivas estáveis, possuir um companheiro que irá tirá-las “daquela vida”. Muitos desses sujeitos que se apresentam nestas relações passam a se utilizar dos sonhos das prostitutas e, mediante a inserção na vida destas, começam a explorá-las, exigindo dinheiro, delimitando espaços e agenciando pessoas para que elas possam se prostituir a fim de custear os vícios dos mesmos.

Algumas prostitutas relatam que essa prática tem se tornado cada vez mais frequente e adiantam que algumas estratégias já estão sendo desenvolvidas para escapar desse tipo de exploração. Uma delas é esconder a atividade, se relacionando com homens longe do seu espaço de prostituição.

Narrativas explicitam como esse tipo de envolvimento trouxe graves consequências para muitas mulheres que tiveram sua vida destruída, foram expulsas de suas casas, ameaçadas, extorquidas e tiveram que recomeçar em outro lugar para fugir da violência e do medo.

Ademais, não acreditamos na extinção dos cafetões/cafetina, ao contrário, a exploração das mulheres para a prostituição está a cada dia mais complexa, os (as) agenciadores(as) utilizam-se de estratégias distintas de convencimento para levar cada dia mais mulheres, principalmente para os países europeus. O esquema funciona de maneira que os (as) agenciadores(as) brasileiros recebem a encomenda dos traficantes internacionais, a quantidade, o tipo físico, a idade das mulheres, e fazem a negociação, sem que precisem vir ao Brasil. Essa forma de lidar com o tráfico de mulheres, não se distingue muito da cafetinagem, em ambos, os (as) agenciadores ficam com a maior parte dos lucros obtidos com a venda do sexo. No caso do tráfico, a exploração soma-se à escravidão, a coação etc. Recentemente na Espanha uma quadrilha de traficantes que comprava mulheres no Brasil, foi presa. As mulheres eram prostituídas e revendidas a outros prostíbulos europeus.

Segundo a polícia, os traficantes de mulheres tinham um sistema para evitar que as prostitutas fugissem ou denunciasses a exploração aos[sic] clientes: ameaçavam agredir ou matar as famílias no Brasil. "Aqui, elas eram obrigadas a exercer a prostituição sob ameaça, surras e vigilância absoluta. A cada três ou quatro meses algumas eram vendidas a outros cafetões. Era como uma cadeia de

mercadorias que vão sendo repassadas", disse o policial (BBC BRASIL, 2009⁶⁸).

Os clientes no sistema prostitucional

Nos últimos anos, surgiu no cenário mundial um movimento no sentido de responsabilizar o cliente no sistema prostitucional. O chamado Protocolo de Palermo⁶⁹, que dispõe sobre o tráfico de seres humanos, incluindo a prostituição, estabeleceu o princípio de que os Estados signatários deveriam desenvolver medidas para desestimular a procura que fomenta todas as formas de exploração das pessoas. No sentido de que se não existisse cliente, não existiria a prostituição.

Apesar de reconhecer positivamente o desenvolvimento dessas ações, o *Mouvement du Nid*⁷⁰ critica a falta de conscientização da sociedade quanto à responsabilidade dos clientes da prostituição para a manutenção e desenvolvimento desse sistema operacional.

Com o *slogan* "Se recuso a prostituição para os meus, isto é, as pessoas da minha família, porque deveria aceitar para os outros", em 2007, o *NID* comemora seus setenta anos, tentando sensibilizar a opinião pública acerca da problemática da prostituição. Tal movimento acena para a aplicação de uma política global de responsabilização dos clientes da prostituição, em redor de quatro eixos complementares. Uma política conectada perante a prostituição sob todas as formas, prevenindo a prática dos clientes; estabelecimento de uma norma jurídica que proíba a compra de um ato sexual; responsabilização sobre o cliente, além de escuta, apoio e prestação de contas.

As campanhas desenvolvidas pelo NID trazem para a ordem do dia elementos importantes nos debates mundiais acerca da exploração da prostituição. Já em 1987 o movimento apresentava uma campanha com a seguinte mensagem:

⁶⁸ *British Broadcasting Corporation*, emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido, no Brasil a BBC mantém uma folha on-line.

⁶⁹ A Convenção de Palermo é o nome pelo qual é conhecida a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Foi adotada em Assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU), no mês de novembro do ano de 2000, na cidade de Nova Iorque.

⁷⁰ O *Mouvement du Nid* atua na França desde 1946. É uma associação para ajudar prostitutas, inspirada pela igreja católica e por membro do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento. O movimento atua na prevenção, conscientização e educação sobre a realidade da prostituição, sobretudo com os (as) jovens para evitar recorrer a prostituição; abrange também, política de prevenção em termos econômicos e sociais além de ações para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e contracepção, a educação.

“A escravatura foi abolida, e a prostituição?” Posteriormente, o tema do turismo sexual e da pedofilia também foram abordados na campanha: “ Com esta idade a prostituição é intolerável. Mas existe uma idade onde ela é tolerável?”

A última campanha nacional promovida por esta associação, em 2004, abordou a problemática da mercantilização da mulher que tem na prostituição um negócio. Essa trazia a seguinte afirmação: “o que é chocante não é o sexo, mas o dinheiro, o fato de um homem, um cliente, comprar uma mulher como uma mercadoria”.

Nesse sentido, o [Mouvement du Nid](#) rejeita a prostituição como rejeita a miséria, a desigualdade, a escravatura, a tortura e o racismo, pois entende-os como um sistema integrado. Desse modo, solicita um compromisso social e cultural, uma frente comum contra o sistema prostitucional como um todo (OLIVEIRA, 2008).

Em síntese, tal movimento luta pela eliminação da prostituição em todo mundo, e em todas suas formas. Entende que o sexismo, o racismo, o capitalismo, são sistemas que tem alimentado a prostituição e a indústria do sexo, cujas bases são a violência sexual, os fatores econômicos, o sexo comercial no mercado, a exploração sexual e a mercantilização da mulher.

Contudo, em termos de cooperação global quase não podemos visualizar resultados concretos, a indústria sexual, assim como em qualquer outra indústria, a lei da oferta e da procura segue impulsionado pela capacidade de gerar lucros. Principalmente no tocante a esfera da oferta, que, segundo (KARA, 2000, s/p) “o lado da oferta, é beneficiada pela pobreza, doença, conflitos militares, instabilidade social, com viés agudo de gênero e etnicidade”. Essas determinações dificultam as ações concretas no sentido de erradicar a prática da oferta da “escravidão sexual”⁷¹

No que se refere à demanda, o autor em destaque, observa uma maior eficácia nas ações em curto prazo. Para ele, tal indústria é movida pela demanda masculina por sexo; demanda dos donos de escravos; demanda do consumidor por um preço menor na venda. Vale ressaltar que, para o referido autor, essas duas últimas são onde estão as oportunidades mais concretas de intervenção para coibir a prostituição. Nesse sentido, Kara (2000) adianta que:

[...] A escravidão permite um custo quase zero do trabalho, que normalmente é o maior custo de um negócio. Assim, quanto mais

⁷¹ Termo utilizado por Kara (2000) em sua obra "*Sex Trafficking: Inside the Business of Modern Slavery*".

baixo é o preço, mais consumidores. Quanto mais consumidores, maior o desejo do dono de escravos por mais escravos, e é isso que é preciso atacar. É necessária uma coalizão para atacar a lucratividade e aumentar os riscos (s/p).

Em síntese, percebemos que a lógica patriarcal orienta a prostituição, de um modo que a figura do cliente é quase invisibilizada, ao agir desse modo é como admitir que para extirpar uma injustiça se ataque os explorados e não os exploradores, visto que, na sociedade capitalista, quem compra é quem detém o poder.

As relações entre prostitutas e clientes

Assim como referiram-se à polícia, as entrevistadas destacam que a relação com os cliente é bastante amistosa, reiterando inclusive relações de afeto, compreensão, companheirismo, respeito, amor etc. Tais relações se inscrevem no interior de comportamentos construídos ao longo do tempo em que mantêm com os mesmos clientes, atribuindo, portanto, essas características a um público específico, os homens mais idosos, que de acordo com elas são seus principais clientes.

Os depoimentos destacados reforçam essa relação que foi uma constante em quase todas as entrevistas.

Eu sou uma mulher muito amada pelos meus clientes, muito bem tratada, até demais, entendeu (KARINE, 48 ANOS).

Os meus clientes são todos bonzinhos, o que eu não quero ir pro programa, porque não rolou, vira meus amigos, prefiro a ir transar com ele e ficarmos com raiva um do outro. Assim, eu sento com ele para conversar, se alguma coisa me aborrecer eu prefiro não ir e ficar com ele como amigo (LIZZIE, 36 ANOS).

Fica claro que a tentativa desses discursos é negar com veemência à prostituição das ações correlatas a ela, evidenciando aspectos como autonomia, abdicação, aceitação, afetividade e amizade; de modo que essa forma de percepção

invisibiliza a mercantilização das relações que permeia a relação entre clientes e prostitutas.

Segundo Beauvoir *apud* Swain (2004):

[...] a maior parte das prostitutas estão moralmente adaptadas a sua condição, isto não significa que elas sejam congenitamente ou hereditariamente imorais, mas que sentem com razão integrada a uma sociedade que reclama por seus serviços (p.43).

Segundo narrativas de algumas prostitutas, muitos clientes acham-se no direito de fazer exigências, sem que tenham sido pré-estabelecidas na negociação do programa. As mais comuns são o não uso do preservativo, a inserção de mais de um homem no programa, o sexo anal e a relação sexual com duas prostitutas simultaneamente.

Das nove entrevistadas, cinco expuseram que foram forçadas a algumas práticas sexuais contra a vontade. Destas, duas das que se negaram a tais práticas sofreram violência e duas disseram nunca terem sido forçadas.

Sobre essa problemática o depoimento aponta:

Já, uma vez que um cara queria botar eu e outra mulher aí eu disse que não ficava, porque eu acho assim num ambiente desses rola muita conversa dois homens, uma homem e uma mulher, e elas ficam falando de você, coisas que não acontecem e isso eu não gosto. O cara olhou para mim e disse: porra tu tá num ambiente desse é pra topar tudo, fazer tudo, você tá nisso é pra ganhar dinheiro não é rejeitar dinheiro, mas certas coisas agente tem que rejeitar porque não gosta. Igual as mulheres que tão aqui dentro que não fazem sexo anal, tem muitas que rejeitam, tem uns que aceita, mais te outros que chega a ameaçar mesmo, aí você sabe. (pesquisadora) nem por mais dinheiro?) tem delas que vai, eu com mulher, não faço por dinheiro nenhum, não gosto (TÁIS, 25 ANOS).

A relação das prostitutas com a lesbiandade parece está permeada por conflitos, principalmente, no interior das relações prostitucionais. Questionadas acerca de experiências homoafetivas, apenas duas disseram que se relacionariam com mulheres por dinheiro, precisamente as que mantêm, ou já mantiveram algum relacionamento com mulheres na sua vida afetiva. As demais demonstraram atitudes homofóbicas, dizendo sentir nojo, que já receberam propostas, mas

recusaram, visto que, não queriam ficar com a fama de “*sapatão*” no cabaré. Isso, segundo elas, as desqualifica muito mais entre as próprias prostitutas do que dentre os clientes.

Algumas prostitutas reafirmaram valores ancorados em princípios religiosos e morais diante de temas como lesbiandade e homossexualidade. Trazem a perspectiva do pecado, de que tais comportamentos sexuais são desviantes e contrários à natureza, demonstrando que a sexualidade feminina ainda encontra-se fortemente atrelada a condição biológica, ou seja, a maternidade.

Sendo assim, reproduz o modelo da família nuclear burguesa como referência para o padrão sexual, redesenhando a condição precípua da prostituição como atividade contrária às regras sociais.

Ave Maria, sexo anal Deus me livre, eu tenho horror desse sexo, é difícil encontrar quem queira, antigamente tinha, era muito procurado esse sexo mais hoje, é porque eu saio com meus parceiros das antigas, e eles são do tempo do ontem né, que não existia essas coisas é só o normal mesmo (risos) (MORENA, 48 ANOS).

A entrevista acima demonstra repulsa pela prática do sexo anal, atribuindo a busca por essa prática aos homens mais jovens. Já os homens idosos optam, segundo ela, pelo “sexo convencional”, ou seja, penetração vaginal. Essa negativa em relação ao sexo anal, aparentemente, faz parte do conjunto de regras que as prostitutas tentam organizar nas relações com os seus clientes, a exemplo de, não gozar, não deixá-lo tocar em seus seios, usar preservativos etc. Contudo, essas regras podem, em alguns casos, serem transgredidas mediante mais dinheiro, envolvimento com o cliente ou por meio da utilização de violência.

Mulher duas coisas, bumbum e minha boca, não, não quero isso não, só teve um que procurou por isso, mas ele respeitou minha vontade, pronto eu disse que não fazia, no outro dia ele me pediu desculpa e disse que nunca mais acontecia[...] (MANU, 35 ANOS).

Contudo, essa autonomia apresentada nos discursos das entrevistadas em relação a recusa a determinadas práticas sexuais, na maioria das vezes, independente da sua vontade, pois nem sempre é possível ter o controle da

situação, visto que nas relações estabelecidas entre cliente e prostituta, a relação mercantil tem primazia sobre a vontade, além da existência das práticas sexuais forçadas quando estas não atendem os desígnios dos homens.

5.3 A importância da Lei Maria da Penha como mecanismo de proteção às prostitutas

Um importante instrumento jurídico-legal que busca, dentre outros, resgatar a cidadania feminina no país, foi, sem dúvida a aprovação da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha⁷². Tal lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e prevê medidas de prevenção da violência, assim como de proteção e assistência integral à mulher. Os principais avanços e seu impacto social se dão com a retirada deste delito da relação dos crimes considerados de menor potencial ofensivo, até então previstos na Lei nº 9.099/95.

Vale ressaltar que a Lei prevê medidas de proteção que o (a) juiz (a) poderá adotar com urgência, sem a necessidade de um processo civil ou judicial, entre elas está o afastamento imediato do agressor do domicílio e de outros lugares de convivência com a mulher agredida, garantindo a permanência da mulher no seu ambiente familiar, comunitário e de trabalho. O juiz poderá também suspender ou restringir o porte e a posse de armas, fixar limite mínimo de distância entre a mulher, seus filhos e o agressor, além de restringir ou suspender visitas aos dependentes menores em casos de risco de homicídio (QUEIROZ, 2008).

A conceituação da violência contida nesta Lei permite a tipificação de diversos tipos de violência contra a mulher, dentre os quais, a violência moral, a patrimonial, psicológica, sexual e física. Além da criação dos mecanismos necessários à punição, é importante destacar que a presente Lei traz um avanço

⁷² A Lei tem o nome de Maria da Penha, em homenagem a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi mais uma das tantas vítimas da violência doméstica no país. Como muitas outras mulheres, ela por muitas vezes denunciou as agressões que sofreu, inclusive duas tentativas de homicídio, sendo que uma dessas tentativas a deixou paraplégica. O réu foi denunciado e passou por duas condenações em 1991 e 1996, mas recorreu, somente 19 anos e 06 meses após os fatos, em 2002, é que foi preso, cumprindo apenas dois anos de prisão (DIAS, 2007).

significativo ao ampliar o conceito tradicional de família, incluindo as relações homoafetivas, no caso a relação entre mulheres. Quanto à tipologia, a violência está exposta da seguinte forma: artigos 5º, 6º e 7º.

Violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure posse, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.⁷³

A Lei Maria da Penha traz ainda algumas importantes inovações: determina que a violência doméstica contra a mulher, independe de sua orientação

⁷³ Segundo o Código Penal Brasileiro(1940), tais crimes estão elencados nos artigos que se seguem: Calúnia (Art. 138) - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Assim dizer que alguém cometeu um fato considerado crime, sem que isto tenha sido verdade é calúnia.

Difamação (Art. 139) - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Desta forma, falar mal de alguém, dizendo que seu comportamento não é correto, ofender a reputação de alguém, com críticas mentirosas é considerado crime de difamação.

Injúria (Art.140) - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro. A dignidade da pessoa é o sentimento que ela tem sobre os seus atributos morais e o decoro é o sentimento sobre si mesmo, com relação a seus atributos físicos e intelectuais.

sexual; a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz; ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas); bem como é vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.

Contudo, para que seja interrompido o ciclo da violência contra a mulher, é necessário que exista, além da proteção jurídica expressa na Lei Maria da Penha, uma rede de serviços de apoio às mulheres em situação de violência, que atenda às suas necessidades de segurança, habitação, educação, saúde, emprego, assistência social, transporte e salário digno. A cidadania da mulher agredida deve ser resgatada, o que implica no reconhecimento da mesma como sujeito autônomo e portadora de direitos.

Desse modo, não se pode entender a violência contra a mulher como uma problemática de ordem privada, que deve ser tratada na intimidade do lar; mas sim como um problema público que demanda enfrentamento pelo Estado via políticas sociais.

Com o reconhecimento da importância da Lei Maria da Penha para prevenir e coibir a violência contra a mulher, e entendendo a necessidade de sua publicização para todos os segmentos da sociedade, buscamos, junto às prostitutas analisar o nível de conhecimento que as mesmas têm da referida Lei.

Destacamos a importância das entrevistadas afirmarem conhecer, mesmo que superficialmente, a Lei Maria da Penha, devido ao fato da mesma ainda ser muito recente, visto que, data de agosto de 2006, necessitando, portanto, de um amplo trabalho de divulgação, junto à sociedade, pelas várias esferas do poder público e movimentos feministas.

Tais níveis de conhecimento podem ser ilustrados nas seguintes falas:

Eu sei que se o homem for pegue no flagrante batendo na mulher, mas eu ainda não vi isso porque esse meu genro ele bateu na minha filha agente foi buscar a polícia para ele, a polícia veio tirou ele de dentro de casa, levou pra delegacia e no mesmo dia soltou ele, mostrei tudo, a marca do murro que ele tinha dado nela, eles não alegavam nada, já iam sair do plantão, hoje ela só ta tendo sossego porque ele está internado numa clínica para drogados [...]
(MORENA, 48 ANOS).

A entrevistada reconhece aspectos da Lei Maria da Penha como a prisão em flagrante, as medidas protetivas de urgência⁷⁴, contudo, ressalta aspectos que apontam para a ineficácia da aplicação da Lei que não puniu o agressor da forma que ela esperava, gerando uma grande sensação de impunidade, sentimento este muito comum quando ainda não dispúnhamos deste aparato legal.

Contudo, é mister explicitarmos que o afastamento imediato do agressor do domicílio e de outros lugares de convivência com a mulher agredida, seja no seu ambiente familiar, comunitário e de trabalho, só será aplicado se o juiz interpretar que a vítima está correndo risco de morte, bem como, a decretação da prisão preventiva também ser efetivada quando houver o descumprimento de tais medidas protetivas ou quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.

Ressaltamos que a existência da Lei Maria da Penha por si só não garante a sua plena efetivação, se faz necessária a existência de uma rede integrada de serviços públicos de proteção a estas mulheres. Faltam, no Rio Grande do Norte, mais Juizados Especializados de violência contra a mulher⁷⁵; Delegacias Especializadas no Atendimento à mulher com plantão 24h e finais de semana; casas abrigo; Centros de referência de apoio psicossocial e jurídico; Defensorias públicas; bem como serviços especializados de saúde; além de Centros de reabilitação e reeducação para os agressores.

Os depoimentos relatam um conhecimento superficial da Lei Maria da Penha, o que é comum a quase todas as entrevistas:

[...] saber eu não sei nada não, só sei que quando o home bate na mulher ele sofre um bucado (JUSTINE, 25 ANOS).

Apesar das limitações em seu conhecimento, a informante reconhece o avanço jurídico no tocante à aplicação de penas mais rigorosas aos homens agressores. Destarte, os crimes de lesão corporal e ameaça, delitos mais praticados contra as mulheres, anteriormente a aprovação da Lei Maria da Penha, eram conceituados como crimes de menor potencial ofensivo, amparados pela Lei

⁷⁴ A Lei prevê medidas de proteção que o juiz poderá adotar com urgência, sem a necessidade de um processo civil ou judicial, entre elas está o afastamento imediato do agressor do domicílio e de outros lugares de convivência com a mulher agredida, garantindo a permanência da mulher no seu ambiente familiar, comunitário e de trabalho.

⁷⁵ Ressaltamos que no Estado do Rio Grande do Norte existem somente dois Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher situados um em Natal e um Mossoró.

9099/95⁷⁶, em que suas penalidades se dava mediante a doação de cestas básicas e prestação de serviços comunitários, causando uma enorme sensação de impunidade para as vítimas.

Do ponto de vista jurídico, as ações de violência contra a mulher perpetrada no âmbito doméstico passam a sofrer sanções bem mais rígidas. Tais penalidades, visam restringir e combater um crime com alta incidência que sistematicamente tem acometido milhares de mulheres.

Segundo Dias (2007), a violência contra a mulher é o único crime que tem um perverso efeito multiplicador, haja vista, que suas consequências não se restringem a mulher que sofre a violência, podendo comprometer todos os membros da família, principalmente as crianças.

O depoimento que se segue relata a limitação da aplicação da Lei Maria da Penha às relações afetivas geralmente praticadas por pessoas as quais as vítimas mantêm relações afetivas, maridos/ex-maridos, companheiros/ex-companheiros, namorados/ex-namorados, circunscrito à esfera doméstica e familiar, o que traz prejuízos às prostitutas que em sua atividade prostitucional ficam desprotegidas e vulneráveis à diversos tipos de violência.

Eu sei que ela protege as mulheres contra os abusos, mas eu vi falar que essa Lei é só para os casais (MANU, 35 ANOS).

Constatamos que o processo de desconhecimento em relação à Lei, se constitui em um mecanismo de proteção ao segmento prostitucional, devido o fato dos clientes, assim como as prostitutas, apresentarem um nível de conhecimento superficial, ficando amedrontados diante das ameaças perpetradas pelas prostitutas, caso venha ocorrer alguma violência.

Ao indagarmos as entrevistadas se elas identificavam alguma contribuição da Lei Maria da Penha no tocante às ameaças de violência no seu cotidiano profissional, observamos uma tendência a qual as mesmas acreditam que a Lei Maria da Penha contribuiu para amenizar a violência na vida delas, apesar de não haver dispositivos legais que possam caracterizar a violência contra as

⁷⁶ Juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.[...] A definição de infração de menor potencial ofensivo foi inicialmente apresentada pela Lei 9.099/95, que em seu artigo 61, estabelecia que são infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima, não superior a 01 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial (PEREIRA, 2006, p.03).

prostitutas em particular, de modo que, apesar da prostituição invisibilizar as outras dimensões sociais da vida deste segmento, que mesmo inconscientemente, tem incorporado em suas relações com os clientes e agenciadores a condição precípua de mulher ante a estigmatizada prostituta e recorrido à Lei na forma de ameaças, como prevenção as violências que possam vir a perpassar a prática prostitucional.

Com certeza, os homens hoje em dia pensam antes de fazer alguma coisa, eu já vi cenas de mulher fazendo coisas com o homem assim, e o homem até comentar, ah! Você faz isso por causa da Lei Maria da Penha, eles têm consciência disso, que tem essa lei e que não podem fazer mais o que faziam antes (LIZZIE, 35 ANOS).

O depoimento ressalta que os homens são conscientes que as penas estão mais rigorosas em relação à violência contra a mulher, e mesmo em alguns momentos sendo contrariados nas suas pretensões, atribuem como forma dessa resistência a legitimidade encontrada na Lei Maria da Penha.

Eu acho que é os homens acham que nós somos sexo frágil, que até antes da Lei Maria da Penha as leis que existiam, não chegavam ao nosso conhecimento, quando chegavam, a gente não sabia. Começava mesmo dentro da delegacia, era mulher pronto tinha que apanhar mesmo, já se nasceu com aquelas coisas as mulheres desde criança apanhavam mais do que os homens. Aí depois da Lei já ficou aquela coisa né, de não ver mais como um sexo frágil, teve também o fato da gente lutar por nossa autonomia financeira a gente era muito dependente do homem (BETINA, 49 ANOS).

A entrevistada traz como substrato de sua análise a construção social dos papéis masculino e feminino e como esses foram incorporados em muitas dimensões da sociedade, inclusive nas instâncias que teoricamente deveria ter a função de protegê-las. Com a publicização da Lei Maria da Penha, esses espaços começam a desconstruir o que até então era tido como natural. Ou seja, a violência perpetrada pelos homens contra as mulheres.

Betina ressalta ainda a autonomia financeira como componente fundamental na luta pelo fim da violência.

Apesar dos avanços, no que tange à tipificação das violências exercidas contra as mulheres, algumas lacunas podem ser identificadas na Lei Maria da Penha, uma delas está na não tipificação da violência social como uma das formas de

violência presentes no cotidiano das mulheres, que quase sempre ficam invisibilizadas.

Na realidade brasileira, existe uma violência social disfarçada que se reflete fortemente no dia-a-dia de todas as mulheres fora de suas casas, que faz com que sejam discriminadas na vida pública. Vale ressaltar que esse tipo de violência acompanha a mulher em todas as dimensões do seu cotidiano, expressa na desigualdade salarial entre homens e mulheres desenvolvendo a mesma atividade; na maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e por isso são a maioria da população mais pobre do mundo, na discriminação por característica de gênero ou por aparência; incipiente participação política, profissões de baixo *status* social, exigência de atestado que assegure a não possibilidade de engravidar (laqueadura) ou teste de gravidez para preenchimento de vaga de emprego; promover e explorar a prostituição e o turismo sexual de meninas e de adultas, etc (MINAYO, 2006).

Negligenciar esse tipo de violência é, na nossa compreensão, reforçar aspectos que muitas vezes são a base em que se constroem as demais violências perpetradas contra a mulher.

A violência é uma das problemáticas que acompanham o fenômeno da prostituição, como um determinante significativo na teia que a circunda. A maioria das entrevistadas narraram situações vivenciadas desde crianças permeados por expressões de violência, sendo os mais presentes manifestos em abusos sexuais quando crianças ou adolescentes (perpetradas por parentes, pais, padrastos e amigos), além de negligência, exploração, dentre outros.

[...] não há como esquecer que a violência é uma dimensão constitutiva das relações sociais que aí se estabelecem: entre prostitutas e fregueses, entre cafetinas e meretrizes e entre as próprias prostitutas [...], (RAGO, 2008, p.259).

No que tange à violência cotidiana, esta se dá por intermédio da marginalização, da segregação, visto que os espaços onde se prostituem são insalubres, propiciando uma maior vulnerabilidade de serem violentadas, roubadas,

extorquidas e até assassinadas, dentre outras atrocidades as quais estão cotidianamente expostas.

Nos relatos apresentados, muitas prostitutas desenvolvem estratégias para fugirem da violência dos clientes, principalmente para as de rua, que muitas vezes saem nos carros com desconhecidos, o que foi relatado como uma das principais dificuldades, dada a incidência de casos envolvendo agressões, estupros e assassinatos. Desse modo, procuram reconhecer as marcas dos carros; sempre que possível estão acompanhada de outra prostituta; antes de entrar pedem para ela anotar a placa; nunca aceitam fazer programas com mais de um homem ou casal sem que os conheça previamente; evitam o excesso de bebidas alcoólicas ou o uso de droga, visto que, isso diminui a capacidade de reação diante de possíveis agressões, ou outros tipos de violências.

Outra forma de proteção às violências perpetradas pelos clientes é tentar negociar o programa fora do quarto, definir preços, bem como as práticas sexuais a ser efetivadas durante o mesmo. Contudo, nem sempre essas combinações são respeitadas, e sua ruptura é quase sempre permeada por agressões, violências e ameaças.

Em relação à polícia, alguns “mandamentos” são adotados como estratégias para tentar coibir as violências nas ruas, como: anotar o número da viatura que as abordou, bem como o nome do policial na farda, caso estas venham a denunciá-los, o que é raro, devido à banalização e negligência do Estado para com o segmento.

6 Considerações finais

O propósito desse trabalho está voltado analiticamente para a investigação e apreensão dos determinantes que invisibilizam as violências contra as prostitutas, ou seja, se há uma relação entre a prática e uma maior vulnerabilidade a ações violentas para com essas mulheres. Longe de propormos conclusões estanques, tentaremos trazer algumas aproximações que nos foram possíveis analisar mediante a relação com as prostitutas, tanto na sua prática cotidiana, como no seu espaço de organização coletiva. Ademais, quando nos desafiamos a investigar uma temática tão complexa com abrangência no contexto econômico, nos valores sociais, morais, políticos e culturais o tempo que dispomos para a realização, em média 02(dois) anos, talvez não tenha sido suficiente para conhecer a fundo realidades tão amplas, em um universo que se apresenta muito complexo e mais dinâmico do que as limitações desse estudo.

A inserção no universo da prostituição nos revelou um espaço sem lei, espaço da impunidade, que perpassa todas as dimensões da vida das prostitutas, resultado de uma ideologia de dominação patriarcal profundamente arraigada na nossa sociedade, podendo ser visualizada no gerenciamento, na cafetinagem, na busca pelo sexo, e nas expressões de violência, perpetradas pelos homens.

A realidade que se apresentou na “baixa prostituição” em Natal não se distingue de muitas regiões do país, mulheres com condições socioeconômicas precárias, que quase não tiveram acesso à educação, das 09 entrevistadas, apenas uma tinha o ensino médio completo; a maioria com filhos (as) para criar. A maioria é oriunda de cidades do interior do Estado e vieram para capital em busca de melhores condições de vida. Das (09) nove entrevistadas, 08 (oito) se inseriram no mercado de trabalho por intermédio do trabalho doméstico; (empregadas domésticas ou babás); os baixos salários, a precarização e o abuso dos patrões foram por elas atribuídos como uma das principais razões para adentrar no universo da prostituição. Todas reconhecem a prostituição como uma alternativa que encontraram para sobreviver, dadas as condições objetivas que não deixaram muita escolha, visto que, a maioria não detém nenhuma qualificação profissional e educacional.

Destarte, afirmamos como um fator determinante para a inserção na prostituição a condição socioeconômica, por mais que possa haver inúmeras razões que levem as mulheres ao exercício da prostituição, a pesquisa nos mostrou que ainda é preponderante o fator desemprego, pobreza e necessidade de criar os (as) filhos(as). O discurso de que há escolhas para as mulheres além da prostituição serve para culpabilizar o indivíduo, vitimizado pelas circunstâncias, negando assim, as condições da feminização da pobreza que acompanha as mulheres no mundo.

Outro aspecto importante a ser enfatizado diz respeito às condições em que se desenvolvem as práticas sexuais, os espaços físicos insalubres retratam o abandono e a miséria a que as mulheres estão expostas. Muitos bordéis que encontramos no percurso da pesquisa estão localizados em bairros periféricos de Natal, sem infraestrutura como saneamento básico, sem segurança, dentre outras. No interior desses espaços nos deparamos com lugares fétidos, de chãos esburacados, sem muita higiene, os pequenos quartos onde acontecem os programas contava apenas com colchões velhos, sujos, rasgados, espaços que por si só já se constituíam como uma forma de violência.

Há uma forte tendência em atribuir a prática da prostituição um *status* de trabalho, tão digno quanto qualquer outra atividade. Vale ressaltar que não concordamos com tal perspectiva, visto que, imputar a prostituição à condição de trabalho é conferir um código de normalidade a exploração da mulher.

Não podemos deixar de considerar, nesse contexto, a dominação patriarcal e as relações desiguais de gênero que é um dos focos centrais desse trabalho. Observamos que a prostituição traz intrínseca a ideia da subordinação, da disponibilidade sexual como característica da relação. No intercurso pelo universo da prostituição vimos o reflexo que a dominação acarreta na vida dessas mulheres, quando ocorre alguma resistência a essa condição, muitos recorrem ao uso da força, da coerção, para conseguir realizar os seus “desejos sexuais”. Podemos constatar isso em relação à prática do uso do preservativo, segundo relataram, esse é o motivo mais comum para as situações de violência que as envolvem.

A problemática da violência é indiscutivelmente um fator que acompanha a prostituição em todas as suas dimensões. No universo de 96 (noventa e seis) prostitutas que responderam o questionário aplicado pelo projeto Diamante Bruto, 54% (cinquenta e quatro) já sofreram violência em função da atividade que exercem. A mesma pesquisa mostrou que 37% (trinta e sete) das que sofreram algum tipo de

violência não recorrem a nenhum tipo de apoio, 7% (sete) pedem ajuda a Deus, 19% (dezenove) recorreram a delegacia, vale ressaltar que parte das que se dirigiram a delegacia, não foram espontaneamente, foram conduzidas por envolvimento em delitos, que culminou em espancamentos. Esses dados apontam para a não publicização da violência, fato esse que se dá devido a naturalização da violência como algo inerente à prostituição.

Essa naturalização evidenciada pelas prostitutas serve de agravante a flagrante discriminação das mulheres, em geral, e das prostitutas, em particular, visto que, a violência simbólica, expressa na dominação dos homens sobre as mulheres, está de tal maneira impregnada no ordenamento da sociedade que já não nos indagamos sobre ela (BOURDIEU, 1999).

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos[...] A força desta ideologia da “inferioridade” da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuídas desta idéia de sua “inferioridade”, que se assumem como seres inferiores ao homem (SAFFIOTI, 1987, p.11-12).

As entrevistadas apontam, reconhecem e definem a violência em suas várias formas. Entretanto, naturalizam-na de modo à secundarizar as expressões de violência no seu cotidiano profissional, atribuindo a falta de cliente, o chêxo, a competitividade com as adolescentes, como algo mais expressivo nas relações no interior da prostituição.

Em relação às causas da violência contra a mulher identificadas pelas entrevistadas, todas foram unânimes em atribuir a própria mulher a culpabilização pela violência. Segundo apontaram, o “atrevimento” é que faz com que os homens, “não lhe sobrando alternativa” as agridam, negando assim, as determinações culturais e sociais em que se sustentam as relações de violência contra a mulher.

O depoimento seguinte sintetiza a percepção que é comum entre as prostitutas:

[...]a violência é procurada pela própria mulher, tem mulher que procura mesmo, agride os homens sem necessidade. Às vezes é

preciso a violência para equilibrar as coisas, tem que ter (LIZZIE, 36 ANOS).

Como já mencionados nesse estudo, as causas da violência contra a mulher são exemplos de poder que o homem utiliza para exercer sobre a mulher, pois o homem bate na mulher para obrigá-la a fazer algo que ela não quer, mas que seja da vontade do homem. Quando a mulher apanha, quase sempre ela se sente culpada, ao mesmo tempo em que a sociedade a culpa justificando que ela deve ter feito alguma coisa para que isso acontecesse, não permitindo que o agressor seja punido (QUEIROZ, 2005).

Todas as formas de violência foram citadas pelas entrevistadas, sendo identificadas prioritariamente a violência física e a violência social. Entretanto, quando indagadas acerca da violência no seu cotidiano, muitas não se identificavam como violentadas, só mediante o estímulo é que começavam a aparecer os vários tipos de violência ao longo da trajetória de vida. Narrativas retratavam abusos, estupros, violência física, social e psicológica. Percebemos que há uma tendência em minimizar tais violências, uma evidente tentativa de normatizar a atividade. Quando indagadas acerca das relações com os clientes e a polícia, todas retrataram um convívio harmonioso, de respeito mútuo, as relações conflituosas eram sempre direcionadas às prostitutas que fugiam da regra, por elas destacadas, de bom comportamento, roubavam, ou eram usuárias de droga, sendo que essas últimas acumulam mais esse estigma sobre si.

Associar a prostituição ao uso de droga é um estereótipo criado para marginalizá-las ainda mais. Empiricamente, sabemos que o uso de droga é bastante incidente na vida de muitas prostitutas. Outras fazem uso para complementar sua renda, segundo algumas prostitutas que desenvolvem sua atividade nesses espaços, o consumo de bebidas alcoólicas é estimulado, de modo que a bebida consumida durante a permanência do cliente no bordel, 10% vai para a prostituta. Todas as entrevistadas se diziam “limpas”, ou seja, não faziam uso de entorpecentes, apenas admitiram ser usuárias de cigarros e bebidas alcoólicas.

Outra aspecto observado em nossa pesquisa refere-se à omissão do Estado em relação às ações relativas a prostituição. Esse descaso se dá pela falta de políticas públicas que gerem renda e as inclua no mercado de trabalho.

No Brasil, a prática da prostituição em parece ser ignorada, contribuindo para a maior vulnerabilidade a violência, abusos, discriminação e preconceito. As ações voltadas para o segmento prostitucional se resumem as campanhas para controle das DST/AIDS, que atuam de forma fragmentada e focalizada, cuja eficácia é bastante questionada, expressa na ausência de conhecimentos adequados, demonstrados por algumas prostitutas em relação aos comportamentos preventivos associados à transmissão da AIDS. Apesar das mesmas demonstrarem certa aproximação com os métodos de proteção, como o uso do preservativo, por exemplo, muitas tendem a querer identificar a AIDS, por exemplo, observando as genitálias dos clientes buscando algum lesão ou coisa desse tipo. Desse modo, quando um cliente tenta pagar a mais para fazer o programa sem o uso do preservativo, os métodos que se utilizam para saber se correm algum risco de contágio é visualizando as partes íntimas do homem, caso não identifiquem nenhuma anormalidade, muitas aceitam. Vale ressaltar, que hoje é possível o portador do HIV viver por muito tempo sem manifestar qualquer sintoma. Nem todas as pessoas portadoras do vírus adoecem, mas quem tem o vírus pode transmiti-lo, mesmo que ela própria esteja com saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Ademais, se os determinantes como a miséria, o uso das drogas que motivam a prostituição, não forem levadas em conta, haverá sempre a possibilidade de negociação pelo não uso do preservativo nas relações com o cliente.

Outro aspecto importante a ressaltar é em relação ao processo de regulamentação da prostituição como profissão no Brasil. Acerca dessa perspectiva, algumas das entrevistadas se dizem contrárias, argumentando que isso só iria aprofundar o estigma presente nessa prática, as demais desconhecem a discussão, mesmo assim, não vêem como alternativa para garantir direitos às prostitutas. Ademais, como parte delas permanece na prostituição sem que suas famílias saibam, a condição de publicização que a regulação acarretaria, faz com que as mesmas sejam enfáticas em negar qualquer possibilidade de ver na sua carteira de trabalho a condição que muitas tentam negar.

O discurso da regulamentação que tenta justificar a proposta de reconhecimento da prostituição como trabalho, tem a intenção de permitir que as mulheres permaneçam na condição de objeto a serem possuídas. Portanto, os (as) que o defendem acabam legitimando a mercantilização do corpo, a lógica patriarcal de gênero, exploração e opressão sexual das prostitutas, ao invés de buscarem

instrumentos para legitimar uma situação de dominação e subordinação extrema das mulheres, que têm seus corpos e suas vidas alienados como em nenhuma outra situação, em vez de facilitar a vida daqueles que exploram mulheres, que as levam de seus países de origem para levar uma vida de violência, há que se construïrem alternativas para as mulheres com políticas públicas que garantam acesso a emprego e renda (TERRIBILI, 2008).

Afirmar que a prostituição é um trabalho, e que o processo de alienação não se restringe somente ao trabalho sexual, poderá ocultar as violências na vida dessas mulheres. Tal intenção, tem o intuito de fazer com que os governos diminuam os investimentos em empregos para as mulheres, que lhe garantam dignidade e melhores condições de vida. Pateman *apud* Piscitelli (2007) argumenta que: uma vez que o comércio sexual envolve uma venda mais “profunda do *self*”, a prostituição deve ser distinta de outras formas de trabalho.

Atualmente, tem sido articulado um movimento conduzido pelos (as) defensores da regulamentação, que argumentam, baseando-se numa suposta distinção entre prostituição livre e forçada, que a forçada, tráfico, exploração sexual de criança e adolescentes seriam erradicadas com a legalização. Tal distinção não tem significados práticos para as mulheres que estão sob o controle dos traficantes, visto que, a indústria do sexo não distingue entre livre ou forçado, o cliente também não, muito menos os (as) cafetão/cafetina.

Outro argumento proposto é o de que a legalização contribuiria para a saúde pública, pois exigiria que as prostitutas tivessem sob controle médico, diminuindo dessa forma o eminente perigo de propagação das DST/Aids. É importante deixar claro que a relação na prostituição é praticada por duas pessoas, de modo que existem dois condutores que podem disseminar doenças, contudo os clientes mais uma vez passam despercebidos.

Muitas, logo na infância já são impulsionadas na vida, vítimas de estupros, abandonos, da violência dos pais, encontram nas ruas o que só aprenderam o nome: liberdade. Na contramão da vida, logo são vistas como o sexo, aprendem rapidamente o papel da subserviência, “os donos” aparecem para de alguma forma explorá-las. Pelas noites perambulam em busca de clientes, qualquer um, aprendem rápido que liberdade quer dizer permanecer viva. Fingem o prazer, no gozo abrem-se para tudo e todos. Os corpos marcados, usados de todas as formas,

mitigando desejos que muitas vezes vão além do sexo, querem dominar, destruir, possuir, explorar.

Devemos lutar pela abolição da prostituição, ainda que saibamos que isso poderá ser uma luta difícil e com horizonte limitado, dada as várias formas de violação de direitos que acompanham os que permanecem à margem da sociedade capitalista. Enquanto essa luta não se define, é preciso defender efetivamente ações específicas que incorporem a dimensão dos direitos humanos das prostitutas, não esquecendo que as diversas formas de violência no interior dessa prática são expressões da questão social, e, portanto, precisam de ações efetivas do poder público, visando romper com políticas focalizadas que permanecem no limiar entre o controle médico e policial. Ademais, o Estado ainda atribui à condição de “grupo de risco” e eterna ameaça à ordem social, negando desse modo, o acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos.

Esperamos que esse estudo potencialize uma análise mais abrangente da totalidade, que teima em escamotear-se no emaranhado que se apresenta para o universo da prostituição, além de fornecer elementos para análises mais profundas das contradições que permeiam a prática prostitucional, bem como trazer a reflexão da condição de vulnerabilidade, exploração e opressão que acompanham as prostitutas no sistema capitalista-patriarcal.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Sérgio, Violência e violação dos Direitos Humanos: **IN: Globo Universidade**. Núcleo de Estudos da Violência da USP, São Paulo, 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Qual a cor do presidente Lula? **IN: APARTE - Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, 2008.

BAIERL, Luiza Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BANDEIRA, Lourdes e SOARES, Mireya. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, Ed.34, 2002.

BARBOSA, Regina Maria. Um olhar de gênero sobre a epidemia de Aids. **IN Sexo e Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Ed Unicamp, São Paulo, 2003.

BBC BRASIL. Quadrilha que prostituía brasileiras é presa na Espanha, **in**: Disponível em: www.ultimosegundo, 2009.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1980.

BJÖRK, conservadores, "liberales" auto-proclamados y feministas sexuales radicales- ¿qué es viejo y qué es nuevo? In: **Abolición de la prostitución**. Madrid, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Betrand Brasil, 1999.

BERQUÓ, Elza. **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. UNICAMP, São Paulo, 2003.

BOCCIA, Sandra. A prostituição pelo mundo **IN: Revista Marie Claire**, Ed: 163, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, Gioconda. Ministério do Trabalho vai revisar cartilha para profissionais do sexo. In: O Portal de Notícias da Globo. Disponível em: www.globo.com/jornalhoje, edição do dia 28/10/2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Profissionais do Sexo. Prevenção DST/AIDS**. Brasília, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. CBO - *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/pdf/template>. Acesso em agosto de 2008.

BRUCKNER, Pascal e FINKIELKRAUT, Alain. *El Nuevo desorden amoroso*. Tradução. J. Jordá. Anagrama, Barcelona, 1979.

CAMARGO, Michelle Alcântara. **As Prostitutas do baixo meretrício**: Reflexões sobre Identidade e Sexualidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá.

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano I, N.0-dez. 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O Mito do Método**. Ensaio: Separata de Cadernos PUCRJ, nº 7, Rio de Janeiro, 1971.

CARTAXO, Ana Maria B. **Estratégias de sobrevivência**: A previdência e o Serviço Social. Cortez, São Paulo, 1995.

CCEM - Comité Contre l'Esclavage Moderne. **Perspectives on traffickng in human beings** - phenomenon - legislation - assistance. Daphné Project. 2003.

CLADEM - Comitê Latino Americano e do Caribe para defesa dos Direitos da mulher. III **Seminário Regional dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Gráfica BH, 2002.

CERDEIRA, Everson dos Santos. **Desemprego versus aumento da violência urbana**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública· Boa Vista, 2007.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. Dissertação de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

COSTA, Gilmarc Siqueira. **Reutilização de imóveis de interesse patrimonial, voltados para a habitação**: um estudo de caso na Ribeira-Natal/RN. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

COLARES. Maria Carmelita Sampaio. **Poder, Dominação e Violência**: um "olhar" sobre a exploração sexual comercial de adolescentes. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, 2006.

CORRÊA, S.; ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: **Sexo e Vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. (Org.) E. Berquó. Unicamp, 2003.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 2006.

DIAS, Maria. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2007.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA.Org Antonio Monteiro Guimarães: Editora Zahar. 2. ed Rio de Janeiro, 1988.

DINIZ, Maria.I. "**Nem santas nem profanas**": a difícil vida das prostitutas de Mossoró-RN. Monografia de graduação no curso Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró: 2007.82p.

DOMINGUEZ, Roberto (org). **O Estatuto da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Trad. Maria Dolores Padres. Campinas, Sao Paulo: Editora UNICAMP, 2002.

EL PAÍS, Viagem ao fim da prostituição. In: gabeira.com

ESPÓSITO, A. P. G., & Kahhale, D. M. P. **Profissionais do Sexo**: sentidos produzidos no cotidiano de trabalho e aspectos relacionados ao HIV. Psicologia: Reflexão e Crítica, (2006).

FOLHA FEMINISTA. Boletim da SOF na luta feminista, nº43. São Paulo, 2003.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. IN: **Revista de Estudos Feministas**, São Paulo, 1996.

FREITAS. JR., Otávio. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando et. al. **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1996.

FERREIRA, Verônica. **Da mulher como objeto, às mulheres como sujeito**: a trajetória da crítica feminista às políticas de saúde no Brasil. 2006. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas e sociedade. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UECE, Fortaleza, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**.10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GABEIRA, Fernando. Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. **Projeto de Lei nº 98 de 2003**. Disponível em:< www.gabeira.com.br > Acesso em: 15 agosto, 2007.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Ed Jorge Zahar, São Paulo, 1985.

GAVRANIC,Arlete Mª Girello Tavares. **Prostituição**. INSTITUTO ISEXP: Instituto Brasileiro Interdisciplinar de Sexologia e Medicina Psicossomática, 2003.

GIRALDI, Renata. CCJ da Câmara rejeita projeto que legaliza a prostituição. In: **Folha On line**, 11 de julho de 2007. Disponível em: www1.folha.oul.com.br/folhabrasil.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo na sociedade moderna. São Paulo, UNESP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, Katia E MERCHÁN-HAMANN, Egdar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania, **IN: Revista de Estudos Feministas**, 2005.

GROSSI, Miriam P.; BRAZÃO, A. **Histórias para contar**: retrato da violência física e sexual contra as mulheres na cidade de Natal. 1. ed. Natal: Casa Renascer, 2000.

GURGEL, Telma. **A liberdade é lilás**: a trajetória dos coletivos feministas na história de Mossoró-RN. Fundação Vingt-Un Rosado. Mossoró, 2005.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **O Mito da estratégia de sobrevivência**: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua Família.ed Edições UFC, Fortaleza, Ceará, 1992.

HARTMANN, Heidi **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**: Towards a More progressive Union, *Capital and Class*, Nº 8, 1979.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**.Ensaio Críticos, 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1994.

_____, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2000.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2006.

JESUS, Damásio de. **Tráfico Internacional de mulheres e crianças**: Brasil, São Paulo, 2003.

LEGARDINIER, Claudine **La banalisation de La prostitution**. Ce que lês élus et les citoyens doivent savoir. France, 1998.

_____,Prostitution I. **In: Dictionnaire critique du féminisme**. Presses Universitaires de France, Paris, 2000.

LENZ, Flávio. Rede divulga carta de princípios. **In: beijo da rua**, São Paulo, 2008.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York, Oxford University Press. 1986.

LIMA, Mairá. **Profissão prostituta**. Disponível em www.revistafale.com.br. Fortaleza, 2006.

LIMA, Mayrá. Em audiência na Câmara, parlamentares e entidades afirmam que “democracia está ameaçada”, **IN: AGÊNCIA BRASIL DE FATO**, São Paulo, 2008.

LISBOA, Márcia Eliza Sérvio. **Mulheres em situação de prostituição e substância psicoativa**: uma relação de trabalho? Monografia de especialização em saúde mental coletiva com ênfase na atenção dos usuários de álcool e outras drogas. PUCRS, Porto Alegre, 2006.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KARA, Siddharth. **SexTrafficking** -Inside the Business of Modern Slavery (Tráfico Sexual por dentro do Negócio da escravidão moderna, Columbia University Press,2000.

MAGALHÃES, JOSÉ. Contra o tráfico de seres humanos: **IN Ministério da Administração Interna**,Portugal, 2008.

MALAGUTI. Manoel L., **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARQUÉZ, Gabriel García. **Memória de minhas putas tristes**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

MATTOS Rogério Botelho de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro, **IN: Revista Brasileira de Geografia**, v. 59, 2004.

MATTOS, Ricardo de. O Livro das Cortesãs, de Susan Griffin. **IN: digestivo cultural**. Taubaté, São Paulo, 2004.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. **O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século**. São Paulo, Ed. Scritta, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora,1999.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição,Lenocínio e Outros *Delitos*. - São Paulo 1870/1920, **IN: Revista Brasileira de História**, vol.18 n.35, São Paulo 1998. Disponível em www.scielo.br/scielo.php.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social**. In: Revista Presença Ética. Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Ano I, nº 1, Recife: Unipress, 2001.

MENEGUELLO Cristina. O passado nas cidades do futuro. IN: **Comciência revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: www.comciencia.br, 2002.

MORAIS, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 1992.

_____. Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro :Ed Fiocruz, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, E. R. Violência para todos.IN: **Caderno Saúde Pública**, v. 9, n. 1, 1993.

NASH, Mary. **As Mulheres no Mundo, história, desafios e movimentos**, V. Nova de Gaia, Editora Ausência, (2005), p. 104.

NATAL. **PROJETO DE LEI Nº 128/2005**). Sala das Sessões da Câmara Municipal do Natal, em 03 de agosto de 2005.

NETO, José Correia Torres. A primeira dama de Natal. IN: **Alma do beco**. Natal, 2005.

NOBRE, Miriam. Introdução à Economia Feminista. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 2002.

_____, A Mulher e a sua Luta contra a Opressão e a Exploração. In: **Revista Espaço Acadêmico** n 58, 2006.

OUTEDA,Dionísio. El Mundo detona Natal. In: **Diário de Natal**, 2006.

OLIVEIRA. Sylvie. “**Le féminisme n’a jamais tué personne - le machisme tue tous les jours**” [Benoîte Groult]. O Mal da indiferença. 2008. In: **Prostituição** www.wordpress.com.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1983.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Marcelo Matias. **Lei 9.099/95 - Breves Considerações e Questões Pontuais**. Lex Editora, Boletim Jurídico v. 1 Uberaba , 2006.

PERPONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Ed Fundação Perceu Abramo, 2008.

PHETERSON Gail. "Postitution II", in: **Dictionaire Critique du Féminisme**, Paris, Puf, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Prostituição e Trabalho. In: **Transformando as Relações Trabalho e Cidadania: Produção, Reprodução e Sexualidade**. São Paulo, 2007.

_____. Gênero no mercado do sexo. São Paulo In: **Cadernos Pagu**: Unicamp, 2005.

_____. Re-criando a categoria mulher? In: **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor: representações sociais sobre violência conjugal**. Tese de doutorado em Serviço Social. UFPE, Recife, 2005.

_____. **Violência contra a mulher: "o pessoal é político"**. Texto didático. Mossoró, 2004.

_____. O poder em Foucault e sua contribuição para os estudos de gênero. In: **O poder em debate**. Unipress, 2002.

_____. 2008

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar-Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____, **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930): Paz e terra, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, M. ^a C . & MATTOS, R. B. - Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. In: **Território**, LAGET, UFRJ. Rio de Janeiro, 1996. Relume Dumará: vol 1, No 1 (Jul./Dez).

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Tradução. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992.

RYAN, C. HALL, M. **A Dialética do turismo sexual**. Tradução: Bem, A. S. Papyrus Campinas, Sao Paulo:, 2005.

SANTOS, Carlos Oliveira "A prostituição em Portugal, nos séculos XIX e XX", in: ***História***, nº 41, Portugal, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Ed Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Gênero e patriarcado: violência contra mulheres**. IN: A mulher nos espaços públicos e privados. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____. A ontogênese do gênero. In: **A construção dos corpos: Perspectivas Feministas**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1990.

SILVA, Rosane. Trabalho doméstico: uma reflexão necessária. **Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT-CUT. 2008**.

SILVA, José Fernando Siqueira. Violência, Serviço Social e Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 79, ano XXV. Cortez Editora, 2004.

_____. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 89, ano XXVII. Cortes Editora, 2007.

SILVA, Claudia Gabriele da. **Mulher como sujeito da criminalidade: um estudo sobre a realidade das presidiárias do Complexo Penal Dr João Chaves**, dissertação de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2008.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2004.

SOUZA, Deliane Macedo Farias de. **Sexo não é brincadeira: o sentido de infância para adolescentes inseridas na exploração sexual comercial**. Dissertação de Mestrado em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de exclusão social: in capacitação em serviço social e política social. Brasília: **CEAD**, 1999.

SWAIN, Tânia Navarro. **Dossiê as múltiplas faces da violência**, banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. Montes Claros, v.6, n.2 - jul./dez. 2004.

_____, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo: in: **A Construção dos Corpos. Perspectivas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

TAVARES, Manuela. **Prostituição** diferentes posicionamentos no movimento feminista, Portugal UMAR, 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista- Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TANAKA, Oswaldo Y. MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente**: um modo de fazer. São Paulo : Edusp, 2001.

TELES, Maria Amélia de MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos nº 314).

TEIXEIRA, Marlene. **Polícia e prostituição feminina em Brasília** -um estudo de caso. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília-DF, 2003.

_____. **Prostituição sem vigilância no DF**, Jornal de Brasília. Ministério da Saúde DST AIDS, 2004a.

_____. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. **IN: Sociedade e Estado** vol.19 no.1 Brasília Jan./June 2004.

TERRIBILI, Alessandra. Prostituição, legalizar ou não? **IN: Juventude em pauta**, acesso em 12 de fevereiro de 2008.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900-2000. Tradução: Elisabete Dória: São Paulo: Editora Contexto, 2006.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. **In: Velho e Alvíto** (org) Cidadania e violência. Rio de Janeiro, 1996.

VIANNA, Tyrteu. A legalização/regulamentação da prostituição no Brasil: **IN política, sociedade, cultura no Brasil e no mundo**. Artigo publicado originalmente *en la revista NIKK* -, "Cuerpos através de las fronteras – prostitución y tráfico" 2002.

WELZER-LANG, Daniel. **Les hommes violents**. Paris: Côtéde-femmes, 1991.

YAZBEC, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2001.

VADE MECUM, **Obra coletiva de autoria da editora Saraiva**. Colaboradores: Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 5.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

VIGIL, Carmen y Vicente, María Luisa. ***Prostitución, liberalismo sexual y patriarcado***. Madri, 2006.

ZANCHETT, Romeo Nicéas. Os bordéis na vida e nas artes, **in: recanto dos texto**, Rio de Janeiro, 2008.

SITES DA INTERNET

NOGUEIRA, PABLO, Matriarcado História ou mito? Disponível em: www.globo.com revistagalileu, 2005. Acesso em janeiro de 2009.

GRUPOGAY da BAHIA, **Homicídio de homossexuais no Brasil sobe 55%**. Disponível em Kaosenlared.net Acesso em 23 de mar de 2009.

SEMURB. **Natal Ontem e Hoje**, Disponível em www.natal.rn.gov.br/semurb Acesso em 01 de set. 2008